

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

PAULA ROBERTO DE CARVALHO

**Mulheres, extrativismo e políticas públicas: uma análise a partir da trajetória da
Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas.**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

PAULA ROBERTO DE CARVALHO

**Mulheres, extrativismo e políticas públicas: uma análise a partir da trajetória da
Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia (PROPEC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na linha de pesquisa Desenvolvimento Econômico, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C331m Carvalho, Paula Roberto de
Mulheres, extrativismo e políticas públicas : uma análise a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas / Paula Roberto de Carvalho ; orientadora Christiane Senhorinha Soares Campos. – São Cristóvão, SE, 2024.
144 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Mulheres do campo – Alagoas. 4. Comunidades – Desenvolvimento – Alagoas. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Política pública. 7. Neoliberalismo. I. Campos, Christiane Senhorinha Soares, orient. II. Título.

CDU 330.341:316.334.52(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL
EM ECONOMIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

MESTRANDO(A): **Paula Roberto de Carvalho**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **Mulheres, extrativismo e políticas públicas: uma análise a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu - AL**

DATA DA DEFESA: **dia 30 de agosto de 2024**

EXAMINADORES:

1. **Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos**
(Orientadora)
PROPEC/Universidade Federal de Sergipe
2. **Profa. Dra. Denisia Araujo das Chagas**
PROPEC/Universidade Federal de Sergipe
3. **Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa**
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

PARECER COMPREENSIVO:

Depois de avaliarmos a dissertação intitulada: “**Mulheres, extrativismo e políticas públicas: uma análise a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu - AL**” e realizados os ritos acadêmicos de defesa, em que o(a) candidato(a) apresentou em sessão presencial, o seu projeto e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que o(a) candidato(a) foi (X) aprovado(a) / () reprovado(a) na Atividade de defesa de dissertação a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.

Documento assinado digitalmente

 **CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS**
Data: 02/09/2024 16:28:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos (participação à distância por videoconferência)

Documento assinado digitalmente

 **DENISIA ARAUJO DAS CHAGAS**
Data: 02/09/2024 12:05:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Denisia Araujo das Chagas (participação à distância por videoconferência)

Documento assinado digitalmente

 **LUCIANO CELSO BRANDAO GUERREIRO BARBO**
Data: 31/08/2024 23:23:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa (participação à distância por videoconferência)

Documento assinado digitalmente

 **PAULA ROBERTO DE CARVALHO**
Data: 02/09/2024 15:25:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paula Roberto de Carvalho (participação à distância por videoconferência)

São Cristóvão, 30 de agosto de 2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que é a fonte de toda sabedoria e força, sempre esteve presente na minha vida. Sou profundamente grata a Nossa Senhora, que sempre esteve ao meu lado e intercedeu em momentos difíceis, oferecendo proteção ao longo dessa jornada.

Minha trajetória acadêmica não se restringe apenas à busca pelo conhecimento e à conclusão de um ciclo educacional, mas também reflete um compromisso profundo com a contribuição para a sociedade. Ao longo deste percurso, busquei não apenas absorver informações e desenvolver habilidades, mas também aplicar o que aprendi. Dediquei-me à pesquisa e ao aprendizado com o desejo de evidenciar a importância do trabalho feminino no ambiente rural.

Devo gratidão a muitas pessoas que, de diferentes maneiras, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço à minha amada família, que foi meu pilar de apoio constante, e ao meu esposo, Jorge, pelo amor, paciência e apoio incondicional em cada etapa deste processo. A presença de vocês foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

À minha orientadora, Christiane Campos, por sua orientação, sabedoria e encorajamento constantes. Sou grata pela paciência, pelo incentivo e pela disposição em compartilhar seu conhecimento, sua dedicação e confiança em meu trabalho foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

À banca de qualificação, pelas valiosas orientações e sugestões que enriqueceram significativamente este trabalho. Suas contribuições foram essenciais para o aprimoramento da pesquisa.

Agradeço ao professor Luciano Barbosa, que me apresentou a Associação Aroeira durante minha graduação e me incentivou a seguir a qualificação profissional.

Em especial, agradeço ao meu amigo Érick Melo, que esteve comigo durante as viagens e as aulas. Sou grata pela parceria, pelas experiências compartilhadas e pelos aprendizados divididos. Nossa parceria foi importante para enfrentar os desafios do percurso acadêmico.

Ao meu amigo Neto, que desde o início acreditou no meu potencial e me incentivou a seguir este caminho. Sua amizade e apoio foram motivadores importantes para a realização desse sonho.

Aos meus colegas de sala, pelo companheirismo e pelas discussões enriquecedoras ao longo do curso. A convivência com vocês tornou essa jornada mais leve e prazerosa.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação Profissional em Economia (PROPEC) pelos valiosos ensinamentos que me proporcionaram crescimento acadêmico e contribuíram para o meu aprimoramento profissional.

Agradeço às mulheres da Associação Aroeira por me receberem com tanta receptividade e por compartilharem suas experiências de forma tão aberta. Agradeço a todas as mulheres integrantes da associação, principalmente a Diretora Financeira Rita Paula, que sempre esteve disponível para explicar as particularidades desse grupo de mulheres, essencial para entender o funcionamento da associação e o ambiente em que estão inseridas. Sou profundamente grata pela participação e apoio contínuo de todas.

“É justo que muito custe o que muito vale”

Santa Tereza D'Ávila

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a atividade extrativista realizada por mulheres a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu, AL, de modo articulado com o debate das políticas públicas no contexto contemporâneo, marcado pelo predomínio do neoliberalismo. As mulheres dessa associação se organizaram a partir de um projeto de fomento a geração de renda por meio de atividades econômicas sustentáveis, financiado pela Petrobras. No entanto, esse projeto durou pouco tempo deixando o grupo com muitas fragilidades. Nesse sentido, é que se considera pertinente articular a análise desse processo organizativo de mulheres extrativistas com o debate de políticas públicas, buscando evidenciar as potencialidades e as limitações que as políticas públicas podem ter, bem como debater os rebatimentos do contexto macroeconômico neoliberal sobre o campo das políticas públicas. A discussão das políticas públicas também se justifica porque, apesar do potencial econômico da pimenta rosa para a comunidade rural de Piaçabuçu, a extração da aroeira vermelha é uma atividade sazonal, de modo que a população rural dessa localidade precisa desenvolver outros tipos de atividades para diversificar a produção e manter a renda, bem como acessar políticas públicas para assegurar a reprodução social. No que tange aos aspectos metodológicos essa pesquisa se alicerça no método estruturalista, buscando analisar causas e consequências dos processos estudados. Trata-se de um estudo do tipo explicativo, ancorado em uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e análise documental sobre a temática proposta, bem como uma pesquisa de campo com realização de entrevistas e observações nos locais de trabalho das mulheres. Os resultados evidenciam a contribuição do processo de trabalho associativo para uma maior autonomia das mulheres, sobretudo no aspecto econômico, bem como uma preocupação das mulheres com a questão ambiental e ampliação da participação política de algumas mulheres. Contudo, também indicam a existência de limitações, uma vez que após a criação e apoio inicial as mulheres tiveram que continuar o trabalho sozinhas em meio a muitas dificuldades. Importante registrar que apesar da aroeira ser nativa da região e ter muitos usos terapêuticos e gastronômicos, a pimenta rosa não era produzida e consumida localmente, sendo sua produção (beneficiamento), armazenamento e comercialização processos novos para as mulheres. Desta maneira, os resultados evidenciam que a organização coletiva do trabalho das mulheres extrativistas vem contribuindo sobretudo no âmbito econômico e socioambiental: economicamente as mulheres tem conseguido ter mais renda e isso se reflete em maior autonomia feminina; e do ponto de vista socioambiental a partir da associação passaram a se preocupar com a preservação das áreas de restinga, cuidando para assegurar reflorestamento de matas ciliares, evitar desmatamento, desenvolver atividades extrativistas sem causar danos ambientais. Por outro lado, a pesquisa também aponta que há uma carência de políticas públicas voltadas para trabalho extrativista das mulheres, constata que são poucas as políticas implementadas e são marcadas pela fragmentação e descontinuidade o que contribuiu para que o extrativismo, particularmente o que é realizado pelas mulheres, siga sendo uma atividade muito vulnerável do ponto de vista socioeconômico, ainda que de enorme relevância socioambiental.

Palavras-chave: Trabalho feminino no campo; Trabalho de mulheres extrativistas da Associação Aroeira; Políticas públicas; Neoliberalismo.

ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze the extractive activity carried out by women based on the trajectory of the Aroeira Association in Piaçabuçu, AL, in an articulated manner with the debate on public policies in the contemporary context, marked by the predominance of neoliberalism. The women of this association organized themselves based on a project to promote income generation through sustainable economic activities, financed by Petrobras. However, this project lasted a short time, leaving the group with many weaknesses. In this sense, it is considered pertinent to articulate the analysis of this organizational process of extractive women with the debate on public policies, seeking to highlight the potentialities and limitations that public policies can have, as well as to discuss the repercussions of the neoliberal macroeconomic context on the field of public policies. The discussion of public policies is also justified because, despite the economic potential of pink pepper for the rural community of Piaçabuçu, the extraction of red pepper is a seasonal activity, so the rural population of this location needs to develop other types of activities to diversify production and maintain income, as well as access public policies to ensure social reproduction. Regarding the methodological aspects, this research is based on the structuralist method, seeking to analyze causes and consequences of the processes studied. This is an explanatory study, anchored in a qualitative approach. The methodological procedures used were bibliographical research and documentary analysis on the proposed theme, as well as field research with interviews and observations in the women's workplaces. The results show the contribution of the associative work process to greater autonomy for women, especially in the economic aspect, as well as a concern of women with environmental issues and the expansion of political participation of some women. However, they also indicate the existence of limitations, since after the creation and initial support, the women had to continue the work alone amid many difficulties. It is important to note that although the aroeira is native to the region and has many therapeutic and gastronomic uses, pink pepper was not produced or consumed locally, and its production (processing), storage and marketing were new processes for women. Thus, the results show that the collective organization of the work of women extractivists has contributed above all in the economic and socio-environmental spheres: economically, women have been able to earn more income and this is reflected in greater female autonomy; and from a socio-environmental point of view, since the association, they have become concerned with the preservation of restinga areas, taking care to ensure the reforestation of riparian forests, avoid deforestation, and develop extractive activities without causing environmental damage. On the other hand, the research also points out that there is a lack of public policies aimed at women's extractive work. It finds that few policies have been implemented and are marked by fragmentation and discontinuity, which has contributed to extractivism, particularly that carried out by women, remaining a very vulnerable activity from a socioeconomic point of view, despite being of enormous socio-environmental relevance.

Keywords: Women's work in the field; Work of women extractivists from the Aroeira Association; Public policies; Neoliberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Localização do Estado de Alagoas na região Nordeste do Brasil.	22
Mapa 2: Mesorregiões de Alagoas	24
Mapa 3: Microrregiões de Alagoas	25
Mapa 4: Localização geográfica do município de Piaçabuçu, Alagoas.	27
Figura 1: Árvore e fruto da Aroeira-vermelha (<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi), Piaçabuçu, Alagoas, 2023.	30
Figura 2: Sede da Associação Aroeira, Piaçabuçu, 2023.	33
Figura 3: Unidade de Beneficiamento artesanal da pimenta rosa com estufa de desidratação termosolar, estufa a gás liquefeito de petróleo (GLP) e sala de beneficiamento artesanal, Piaçabuçu, Alagoas, 2023.....	34
Figura 4: Painéis fotovoltaicos e estufa coberta com lâminas de policarbonato, Piaçabuçu, Alagoas, 2018.	35
Figura 5: Capacitação dos extrativistas do Projeto Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2010.	39
Figura 6: Coleta da pimenta rosa manejada pelos extrativistas da Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.....	46
Figura 7: Sala de refrigeração e cozinha industrial, Piaçabuçu, Alagoas, 2023.....	104
Figura 8: Viveiro de mudas, Piaçabuçu, Alagoas, 2023.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSM	Brasil Sem Miséria
CADSUAS	Cadastro Nacional de Entidades do Sistema Único de Assistência Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NPM	Novo Gerencialismo Público
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLT	Programa Luz para Todos
PNAD CONTÍNUA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária

POPMR	Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia
PROINF	Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SD	Seguro Defeso
SE	Sergipe
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPM	Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: ASSOCIAÇÃO AROEIRA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS.....	21
1.1 Localização e caracterização da área de estudo	21
1.2 O extrativismo da aroeira em Piaçabuçu	28
1.3 A organização produtiva das mulheres extrativistas de Piaçabuçu – um breve resgate histórico.....	31
1.4 A construção da Associação Aroeira e trajetória das associadas.....	36
1.5 O projeto Aroeira e a inserção das mulheres de Piaçabuçu	42
1.6 Aspectos da autonomia das associadas	48
CAPÍTULO 2: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL.....	57
2.1 Políticas Públicas	57
2.2 Os rebatimentos do neoliberalismo nas políticas públicas	60
2.3 Políticas Públicas no Brasil.....	64
2.4 Políticas públicas para mulheres do campo	68
2.5 Mercado institucional como instrumento de geração de renda para mulheres	79
2.5.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	79
2.5.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	82
CAPÍTULO 3: MULHER E O TRABALHO EXTRATIVISTA NO ESPAÇO AGRÁRIO – uma análise a partir da Associação Aroeira	85
3.1 Extrativismo e trabalho feminino no Brasil	85
3.2 Entre campo e casa: o trabalho das mulheres extrativistas em Piaçabuçu.....	91
3.3 Conflitos socioambientais que caracterizam a atividade extrativista das mulheres em Piaçabuçu	95
3.4 O acesso às políticas públicas pelas mulheres do campo e da floresta.....	100
3.5 A luta das mulheres extrativistas de Piaçabuçu pelo acesso a políticas públicas	103
4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS:	121
APÊNDICES	135

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido por mulheres no ambiente rural, via de regra, é voltado para subsistência do grupo familiar. De modo que, apesar de fundamental para a reprodução social dessa população, em uma sociedade em que as relações são mediadas pelo dinheiro, esse trabalho é considerado inferior ao desenvolvido por homens. A literatura aponta que as mulheres desempenham um papel importante nas atividades produtivas, mas frequentemente são excluídas dos processos decisórios e do acesso aos benefícios econômicos gerados pelo seu trabalho. Nesse sentido, é que em várias áreas de conhecimento, incluindo as ciências econômicas, têm se buscado realizar o reconhecimento da importância das mulheres em diferentes aspectos da vida social. Essa pesquisa busca contribuir nesse processo de evidenciar a relevância do trabalho feminino no extrativismo.

Tendo em vista que a falta de investimentos em políticas públicas destinadas para o fortalecimento de comunidades rurais gera diversos impactos para a população, o que se percebe é que uma variedade de grupos vivencia de forma distinta as consequências das políticas de desenvolvimento implementadas nos territórios. Dessa forma, as perguntas que orientaram esta pesquisa foram: Quais fatores contribuem para assegurar a participação das mulheres na Associação Aroeira? Quais efeitos que esse processo organizativo produz na vida dessas associadas? Quais as potencialidades e limitações que as políticas públicas geram na atividade extrativista dessas mulheres?

Como hipótese orientadora desta pesquisa, tem-se que, utilizando a extração dos recursos naturais disponíveis na região com práticas de manejo sustentável e por meio do trabalho organizado na associação, as mulheres da comunidade rural de Piaçabuçu, em Alagoas, ampliaram sua inserção econômica e fortalecimento social, e que as políticas públicas podem contribuir para alavancar esses processos produtivos, mas, no contexto neoliberal, as políticas têm caráter cada vez mais limitado e descontínuo.

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar a atividade extrativista realizada por mulheres a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu, AL, de modo articulado com o debate das políticas públicas no contexto contemporâneo, marcado pelo predomínio do neoliberalismo.

Os objetivos específicos são:

1. Resgatar a trajetória de construção da Associação Aroeira, verificando como se deu a inserção produtiva da pimenta rosa nesse grupo de mulheres e sua influência nas condições de vida das associadas;
2. Realizar o debate teórico e histórico sobre as políticas públicas, buscando identificar como o contexto neoliberal impactou a construção das políticas públicas no Brasil, particularmente as voltadas para as mulheres rurais;
3. Identificar ameaças e conflitos socioambientais que podem comprometer o desenvolvimento produtivo da Associação, bem como verificar quais ações desenvolvidas na Associação Aroeira implicam em avanços socioeconômicos e ambientais.

Segundo Aguiar (2016), as mulheres rurais se organizam em associações para se afirmarem como sujeitos políticos e conquistar visibilidade para seus trabalhos, que muitas vezes são esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Nesse contexto, a valorização social e econômica das trabalhadoras rurais é fundamental para promover o desenvolvimento local e reforçar sua identidade. Assim, a organização dessa população rural em associações, potencializa a produção e comercialização, constituindo uma forma de promoção do desenvolvimento socioeconômico.

A adoção de um sistema coletivo de trabalho e dos meios de produção surgiu como uma fonte de renda para tornar sustentáveis as atividades desenvolvidas por associações em comunidades rurais mais pobres (Toniasso, et al., 2007). Segundo Beserra (2011, p. 11), “[...] o uso de práticas solidárias e cooperativas, portanto, tem sido entendido como um mecanismo que pode facilitar o processo produtivo, além de propiciar melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas e com a sociedade de maneira geral [...]”. Assim, na busca por novas estratégias para produzir e garantir a vida no campo, a população rural se apropria dos recursos naturais com técnicas de extrativismo sustentável buscando a manutenção da biodiversidade, tendo em vista a conservação para as gerações futuras.

Mesquita e Mendes (2012) consideram que as mulheres têm papel fundamental no processo de desenvolvimento da agricultura nas pequenas unidades de produção familiar. No entanto, na sociedade patriarcal as atividades desenvolvidas pelas mulheres ainda são pouco consideradas no aspecto econômico. Conforme destacam Mendes et al (2014, p. 72):

[...] apesar da invisibilidade do trabalho feminino no campo, na atualidade comprova-se a presença e participação das mulheres na produção agrícola e na transformação desses produtos em gêneros alimentícios. Portanto, pode-se afirmar que o trabalho da mulher no campo é decisivo para a garantia da segurança alimentar e, em muitos casos, para a manutenção da unidade produtiva.

Castro (2001) aponta que as mulheres da agricultura familiar promovem uma melhor utilização dos recursos naturais.

[...] Suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, de seus cursos d'água, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo [...] (Castro, 2001 p.15-16).

O ambiente rural alagoano apresenta uma rica biodiversidade de recursos naturais que constituem elementos capazes de viabilizar a inclusão de atores sociais marginalizados por meio da gestão eficiente desses recursos. Nessa perspectiva a Associação Aroeira objeto deste estudo, localizada em Piaçabuçu – Alagoas se apresenta como empreendimento econômico solidário tornando-se uma alternativa de inclusão social e econômica para as mulheres extrativistas da região.

A Associação Aroeira, situada na região do Baixo São Francisco, na área rural do município de Piaçabuçu em Alagoas, foi fundada em 2011, com a união de trabalhadores rurais extrativistas das cidades de Penedo, Piaçabuçu em Alagoas, e de Neópolis e Santana do São Francisco em Sergipe, que pretendiam melhorar a atuação da comunidade extrativista e a qualidade de vida através da comercialização da pimenta rosa.

O projeto para criação da Associação Aroeira foi coordenado pelo Instituto Ecoengenh, com incentivos financeiros da Petrobras, sendo uma proposta para desenvolver estratégias de comercialização e ampliação do mercado consumidor da Aroeira-Vermelha (*Schinus terebinthifolius* Raddi), popularmente conhecida como pimenta-rosa. Esta planta, nativa da Mata Atlântica e mantida em área de conservação no município de Piaçabuçu, apresenta um elevado potencial econômico para a comunidade devido à demanda existente pelo produto diante das diversas possibilidades de aproveitamento de seus frutos, que possuem sabor suave e levemente adocicado, têm propriedades medicinais e culinárias. Sobretudo, o projeto incentivou o manejo sustentável da biodiversidade presente na Mata

Atlântica disponível na região, gerando renda e promovendo a inclusão social, oferecendo novas perspectivas de vida para a população local.

É importante registrar que apesar da aroeira ser nativa da região e ter muitos usos terapêuticos e gastronômicos, a pimenta rosa não era produzida e consumida localmente, sendo seu beneficiamento, armazenamento e comercialização processos novos para as mulheres. Contudo, apesar do potencial econômico da pimenta rosa para a comunidade rural de Piaçabuçu, a extração da aroeira vermelha apresenta uma sazonalidade que reflete problemas estruturais que afetam a sustentabilidade da renda da população rural. Diante dessa realidade, a diversificação da produção constitui uma estratégia para mitigar os efeitos dessa sazonalidade e manter a renda. Assim, a população rural dessa localidade precisa desenvolver outros tipos de atividades, como a pesca, agricultura de subsistência e comercialização de produtos de porta em porta. Entretanto, mesmo com várias manobras para superar as dificuldades de obtenção de renda, as pessoas associadas têm necessidade de acessar um conjunto de políticas públicas que garantam acesso a financiamento, assistência técnica e redes de comercialização para assegurar a reprodução social.

A Associação Aroeira realiza atividades extrativistas de base ecológica, sendo a maioria de seus membros mulheres. As associadas enfrentam diversas dificuldades para manter sua autonomia, além de exercer simultaneamente múltiplos trabalhos: extrativismo, cuidar da casa e da família.

Campos (2009, p. 80), aponta que “um dos indicadores da maior desigualdade de gênero na área rural é a maior dificuldade da mulher residente na área rural em se tornar economicamente ativa [...]”. O trabalho desenvolvido por mulheres ainda é muito desvalorizado, contudo, as mulheres do espaço rural vêm rompendo barreiras sociais tornando-se mais ativas, diversificando as atividades realizadas no campo promovendo o desenvolvimento da produção e segurança alimentar.

Assim, a reapropriação social da natureza com autogestão dos recursos naturais pelas mulheres da Associação Aroeira é capaz de gerar transformações socioeconômicas de desenvolvimento mais próximas da realidade local. A participação feminina ativa na Associação fortalece as atividades desenvolvidas proporcionando uma renda própria, é um espaço para transmitir e aumentar o conhecimento sobre técnicas de manejo sustentáveis, aprender a utilizar o seu dinheiro de forma autônoma e desenvolver maior participação na tomada de decisão da Associação.

Apesar da produção de estudos sobre mulheres extrativistas ainda ser pequena, os estudos evidenciam as lutas das mulheres rurais para obter sua autonomia e reconhecimento. No trabalho de Linhares (2016), é analisado o processo de luta das Quebradeiras de Coco Babaçu, mulheres agroextrativistas que buscam afirmação de uma identidade coletiva, além de superar a apropriação desigual de renda entre os diferentes atores (produtores, intermediários, comerciantes), bem como as formas de acesso ao babaçu e a terra para garantir os direitos territoriais com acesso livre, a conservação do meio ambiente e dos modos de vida. Destacando ainda o reconhecimento do papel produtivo da mulher e de sua importância na organização social e na luta pela garantia de direitos.

O trabalho de Mota et al (2008) analisa o trabalho da mulher no extrativismo da Mangaba com iniciativas para ressaltar a importância do trabalho da mulher a fim de torná-las mais visíveis e valorizadas. Relata a desvalorização do trabalho feminino em relação às atividades exercidas pelo homem, enquanto a renda da mangaba obtida pelas mulheres é considerada complementar para sobrevivência da família, o estudo demonstra que ocorre o contrário. Evidencia também como a atividade extrativista tem promovido à conservação dos recursos naturais mesmo diante do contexto de desequilíbrio ambiental.

O trabalho de Ribeiro (2014) trata do extrativismo da castanha do Brasil realizado por mulheres que se organizaram em associações buscando uma alternativa econômica que viesse gerar emprego e renda na Reserva Extrativista do Rio Cajarí no Amapá. As mulheres dos castanhais passaram por dificuldades até encontrarem uma alternativa econômica viável e condizente com as normas de uso coletivo da reserva, além disso, sofrem com o não reconhecimento e a invisibilidade em ser considerada como organização de mulheres extrativistas. No entanto, a organização de mulheres do Alto RESEX-CA vem superando as dificuldades e obtendo maior visibilidade na comunidade e no estado. A organização possibilitou às mulheres dos castanhais autonomia econômica, maior participação política, reconhecimento de seu trabalho, antes julgado como perda de tempo. Além de fomentar e contribuir para novas reconfigurações no âmbito das relações de gênero e o aumento da renda familiar.

A pesquisa de Bezerra (2013) analisa o papel do Estado por meio das políticas públicas, para a desconstrução da divisão sexual do trabalho e a construção da autonomia econômica das mulheres. O estudo busca avaliar o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais na Região Oeste Potiguar (POPMPR) no período de 2008 a 2012. Os dados da

pesquisa apontam que o POPMR contribui para o desenvolvimento da região expandindo as capacidades das mulheres rurais. As políticas públicas podem contribuir com a autonomia financeiramente e pessoal das mulheres. Entretanto, a pesquisa também destaca as deficiências estruturais nas políticas que dificultam a acessibilidade das mulheres rurais e que precisam ser modificadas para alterar esse quadro.

O trabalho de Uchôa (2019) promove um debate sobre direitos sociais das mulheres e a necessidade de elaboração de políticas públicas, para efetivação e implementação desses direitos em uma associação rural na Amazônia. A pesquisa mostra que, apesar da existência de diversas normas nacionais e internacionais sobre os direitos das mulheres, na prática, a efetivação e a implementação desses direitos, ainda ocorre de forma precária, prejudicando o acesso das mulheres as políticas públicas. O estudo evidencia que as mulheres tem acesso a políticas públicas gerais, voltadas para a educação, trabalho e previdência social, e que não há políticas públicas específicas para as associadas. No entanto, o estudo revela que, apesar das dificuldades no acesso as políticas públicas, o fato das mulheres estarem associadas possibilita que tenham o conhecimento sobre os seus direitos e recebam orientações de como reivindicá-los.

A produção acadêmica sobre a Associação Aroeira é tímida, poucos estudos têm ênfase sobre as mulheres da aroeira no espaço rural, a maioria dos estudos trata de aspectos relacionados à Associação. Em 2019 teve início a discussão na monografia analisando a Associação Aroeira sob a ótica do Associativismo e Economia Solidária trazendo ainda uma pequena abordagem interligando o extrativismo sustentável e as mulheres rurais.

No trabalho de Mombelli (2019) é feito um estudo de caso sobre o Projeto Aroeira desenvolvido pelo Instituto Ecoengenhos com o apoio da Petrobras, tendo como objetivo analisar a relação entre a atuação dos empreendedores sociais com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS 7 - Energia Limpa e Acessível) na perspectiva de verificar se pode ser caracterizada como inovação social. Com relação aos ODS, algumas transformações sociais e ambientais foram geradas pelo projeto, como a capacitação de um pequeno grupo de extrativistas que hoje busca novas fontes de renda e financiamentos, e a inserção da sustentabilidade e da consciência ambiental de forma permanente na atividade de extração.

Já o trabalho de Oliveira (2016) trata de analisar dimensões do capital social e o desenvolvimento de tecnologia social dos membros da Associação Aroeira. Observando a

tecnologia desenvolvida para o beneficiamento da pimenta-rosa como tecnologia social utilizando a potencialidade dos membros da Associação Aroeira. Quanto ao capital social analisado, os membros da Associação Aroeira demonstraram ter aprofundado estas dimensões a partir do desenvolvimento da tecnologia social, no entanto, há menor envolvimento com a tecnologia social pela fragilidade encontrada devido à baixa dedicação de alguns membros associados em participar ativamente das atividades pela ocorrência da sazonalidade do fruto da aroeira.

No trabalho de Maciel (2020) tem enfoque as ações organizativas e as estratégias de reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da Associação Aroeira, em Piaçabuçu/AL. Faz uma análise sobre a importância do trabalho associado para a melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres rurais extrativistas, ressaltando a valorização do trabalho das mulheres da aroeira e as interações sociais do trabalho em grupo que favorece a conquista de resultados coletivos e o aumento de capital social no grupo.

Contudo, apesar de outros trabalhos já terem sido realizados com a Associação Aroeira, consideramos pertinente à realização dessa pesquisa uma vez que busca promover um debate sobre as mulheres, extrativismo e políticas públicas voltadas para o ambiente agrário a partir da análise da trajetória da Associação Aroeira.

No que tange aos aspectos metodológicos essa pesquisa se alicerça no método estruturalista. Conforme Richardson (2012) esse método é adotado em pesquisas que visam explicar a realidade por meio de um modelo estruturado que possa analisar todos os fatos observados considerando que os elementos constitutivos são interdependentes, de forma que qualquer modificação em um dos elementos altera todos os outros do conjunto. Para Gil (2008) a investigação estruturalista propõe que os fatos devem ser observados e descritos sem permitir que a análise dos fatos seja enviesada por preconceitos teóricos deixando clara a natureza e importância dos fatos. Dessa forma, esta pesquisa buscou realizar uma análise da realidade social identificando a influência dos fenômenos sociais que ocorrem no ambiente em que vivem as mulheres extrativistas da Associação Aroeira assim como o processo de mudanças no seu modo de vida considerando os fatos e a relação com o conjunto.

A pesquisa é do tipo explicativo, pois buscou, além de descrever as características do trabalho das mulheres catadoras de aroeira, explicar as causas e consequências da organização da associação e os rebatimentos que esta produziu para as extrativistas o local em que vivem. Conforme aponta Gil (2008, p. 28) a pesquisa explicativa “[...] têm como preocupação central

identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas [...]”.

Este estudo está ancorado em uma abordagem qualitativa de pesquisa. Segundo Richardson (2012, p. 80):

[...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos [...].

Assim, a adoção de tal abordagem proporciona o estudo das questões sociais de cunho qualitativo. Conforme apontam Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. [...] envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Os procedimentos metodológicos utilizados na execução dessa pesquisa são: **(a)** revisão de literatura com pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática proposta; **(b)** pesquisa de campo com realização de entrevistas e observações *in loco*. Entre as autoras e autores que alicerçaram o debate teórico podemos destacar: Brumer (2004), Hora e Butto (2014), Leff (2001), Souza (2006), Oliveira (2021), Fernandes e Mota (2014).

Para a realização da revisão de literatura foi feita pesquisa bibliográfica com leitura de livros, teses, dissertações, periódicos e artigos científicos sobre mulheres, extrativismo e políticas públicas; a fim de analisar a evolução do tema e ideias de diferentes autores. Como destaca Gil (2008, p.50) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. [...]”.

Para pesquisa documental foi feito levantamento de registros junto à Associação Aroeira buscando informações sobre o processo de constituição da Associação e atuação de gestão. É importante a utilização de documentos para entender a contextualização histórica e sociocultural.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

A pesquisa de campo consistiu em visitas técnicas à Associação Aroeira em Piaçabuçu para coletar dados, observar os processos de trabalho e realizar entrevistas semiestruturadas com as mulheres membros da Associação. Foram realizadas duas visitas, nas quais ocorreram as entrevistas conduzidas com um formulário com questões abertas e fechadas. Além disso, foi possível acompanhar um pouco do trabalho de beneficiamento, sendo feita uma análise das potencialidades e desafios dessa atividade produtiva, considerando o contexto socioespacial em que a associação está inserida.

Atualmente, a associação é conduzida por 30 membros, sendo sua maioria mulheres. Assim, foram entrevistadas um total de 07 mulheres associadas que apresentaram disponibilidade durante as visitas de campo e concordaram previamente em participar da pesquisa, seguindo o acordo do Termo de Consentimento do Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe.

Também foi realizada entrevista ao Secretário de Agricultura do Município de Piaçabuçu, em Alagoas, para avaliar a existência e aplicação de leis para mulheres rurais no município. Foram realizados registros fotográficos da biodiversidade existente no local de estudo e nos sistemas de produção que foram visitados. Para evitar a exposição dos nomes e atendendo também às normas do Comitê de Ética, as mulheres são identificadas como associadas e um número.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além da Introdução e considerações finais. O primeiro capítulo descreve o recorte espacial pesquisa, caracterizando a área de estudo e apresentando a Associação Aroeira, tendo como finalidade discorrer sobre a organização produtiva das mulheres extrativistas de Piaçabuçu realizando um breve resgate histórico sobre a formação e trajetória do caminho trilhado pelas associadas, bem como a inserção produtiva das mulheres de Piaçabuçu após a implantação do Projeto Aroeira até a contextualização desse processo atualmente.

O segundo capítulo aborda o papel das políticas públicas e transformações no contexto neoliberal no Brasil, discorrendo sobre as novas formas de gerencialismo público que incide

nos processos de redução da atuação do Estado quanto à implementação das políticas sociais e ampliação do papel do setor privado na implementação de projetos voltados para atender demandas sociais.

No terceiro capítulo é realizada uma análise das condições e estratégias de desenvolvimento das mulheres extrativistas, buscando identificar potencialidades e desafios que enfrentam para manter esse processo produtivo, bem como aprofundar a análise dos rebatimentos da associação na vida das mulheres e no contexto socioespacial em que estão inseridas.

CAPÍTULO 1: ASSOCIAÇÃO AROEIRA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS

Este capítulo tem a pretensão de analisar a Associação Aroeira em perspectiva ampla para que se possa compreender o contexto social, econômico e ambiental no qual está inserida a associação, mas para iniciar esse processo analítico considera-se relevante caracterizar brevemente o município que constitui o recorte espacial da pesquisa. Em seguida será realizada uma breve análise espaço temporal da organização produtiva das mulheres extrativistas da Associação Aroeira.

1.1 Localização e caracterização da área de estudo

O estado de Alagoas é constituído por 102 municípios e se localiza na parte leste da região Nordeste, fazendo divisa com Sergipe (sul), Bahia (oeste), Pernambuco (norte) e Oceano Atlântico (leste), ocupando uma área territorial de 27.830,661 km², e possui uma população de 3.127.511 habitantes (IBGE, 2022). Em 2010, a população total era de 3.120.494, em que 822.634 pessoas se concentram na zona rural, o equivalente a 26,4% desse total, o censo apontou ainda que 49% da população alagoana é masculina e 51% feminina. Quanto à etnia, 67% da população se declararam negra.

Mapa 1: Localização do Estado de Alagoas na região Nordeste do Brasil.



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG, 2021.

Conforme dados do IBGE, em 2021, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) revelou que Alagoas apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), com média de 0,684, enquanto o IDH do Brasil apresenta um índice de 0,754 em 2021. A renda per capita de Alagoas em 2021 era de R\$1.396,00, tendo reduzido para R\$935,00 no ano de 2022, um valor 42% menor comparando com a renda per capita nacional de R\$1.625,00. A taxa de analfabetismo no estado de Alagoas é de 14,4%, cerca de 370 mil pessoas analfabetas, e a taxa de pessoas com 18 anos ou mais desocupadas é de 151 mil pessoas. No que se refere à taxa de extrema pobreza e de pobres, em 2021, 11,89% e 24,22%, respectivamente, da população se encontrava nessas situações, e 49,99% da população se encontrava vulnerável à pobreza (ATLAS BRASIL).

No Estado de Alagoas a característica central da agropecuária é sua antiga e reafirmada concentração fundiária, o que limita o acesso de muitas famílias a terra e condições de produção ou a coloca sob relações precárias de propriedade (assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área). No Estado,

predomina a produção açucareira, mas existem outras propriedades rurais que cultivam frutas e hortaliças, além disso, existe também a criação de rebanhos. Dessa forma, a renda das famílias agrícolas é proveniente de atividades agropecuárias, entretanto, considerando a baixa renda familiar dos produtores rurais existem outras fontes de renda não agrícolas, como aposentadorias e salários obtidos por atividades fora do estabelecimento ou de programas do Governo Federal (Veras, 2011).

Barbosa e Brandão (2020) destacam que a agropecuária, especialmente a agricultura familiar, desempenha um papel fundamental no progresso socioeconômico de Alagoas. Segundo os autores, o estado está atualmente passando por mudanças na sua estrutura produtiva na área agropecuária, com terras antes dedicadas à produção de cana-de-açúcar, predominantemente em propriedades não familiares, sendo agora destinadas a outras culturas agrícolas.

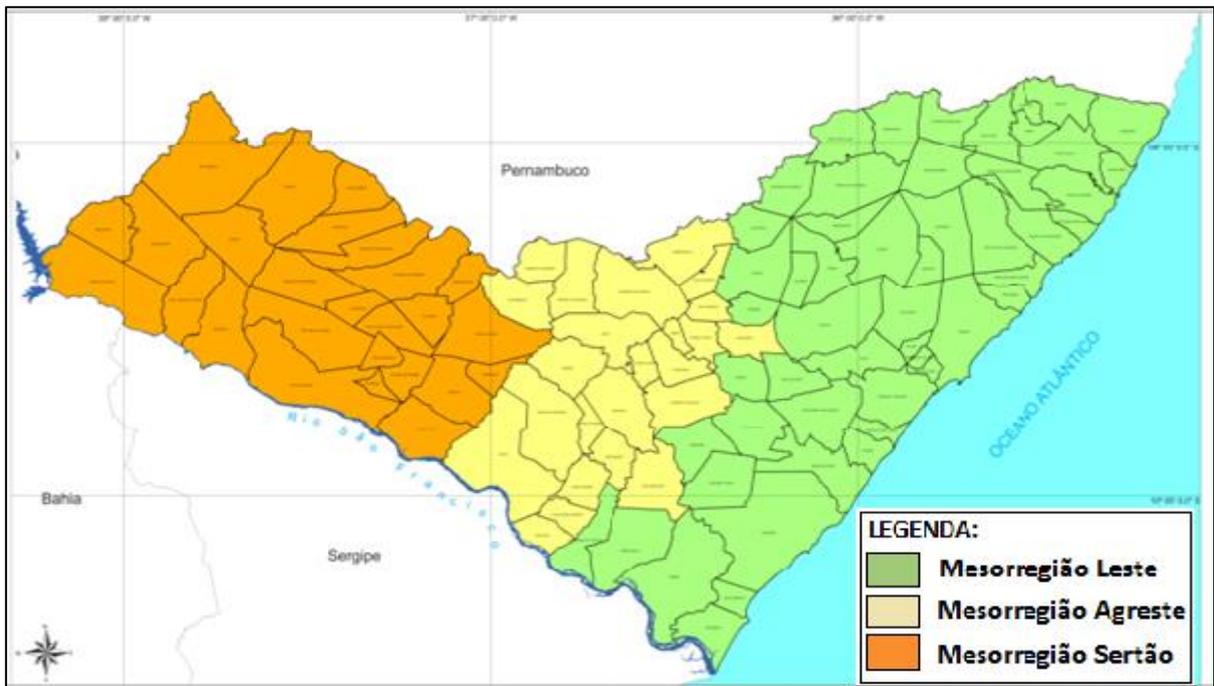
Em Alagoas, de acordo com dados do Censo Agropecuário (2017) a agricultura familiar se constitui num grupo importante para o rural. O Estado tem 98.542 estabelecimentos agropecuários e apenas 16,41% desse total são caracterizados como não familiares, enquanto 83,59% dos estabelecimentos são caracterizados como familiares. Mas quando se trata da área de terra a situação se inverte, os estabelecimentos familiares ocupam apenas 33,7% da área total explorada pela atividade agropecuária. Quanto ao gênero do dirigente responsável pelos estabelecimentos da agricultura familiar no Estado, os homens representam a maioria com 75,4% e as mulheres representam 24,6%. Dentre os estabelecimentos da agricultura familiar apenas 334 realizam a extração vegetal, isso corresponde a 0,4% do total de estabelecimentos de agricultores familiares de Alagoas.

O estado de Alagoas é formado pelo bioma Mata Atlântica e pelo bioma Caatinga. A Mata Atlântica aparece nas áreas tropicais, no litoral, juntamente com as vegetações litorâneas, denominada como zona da mata. Na área oeste do estado, há a prevalência da vegetação característica da Caatinga.

De acordo com o IBGE (2010), Alagoas possui clima semiárido e tropical úmido, é banhado pelo Rio São Francisco. O estado está subdividido nas mesorregiões do Sertão, Agreste e Leste Alagoano, que se subdividem em 13 microrregiões. A mesorregião do Sertão apresenta o clima quente e seco, sendo escasso o número de rios, sua vegetação é constituída predominantemente de caatinga. O Agreste corresponde às localidades com características climáticas áridas e semiáridas, localiza-se em uma região de transição, entre o Sertão e a Zona

da Mata, possui terras mais férteis que o Sertão e apresenta maior diversificação produtiva principalmente na agricultura familiar.

Mapa 2: Mesorregiões de Alagoas



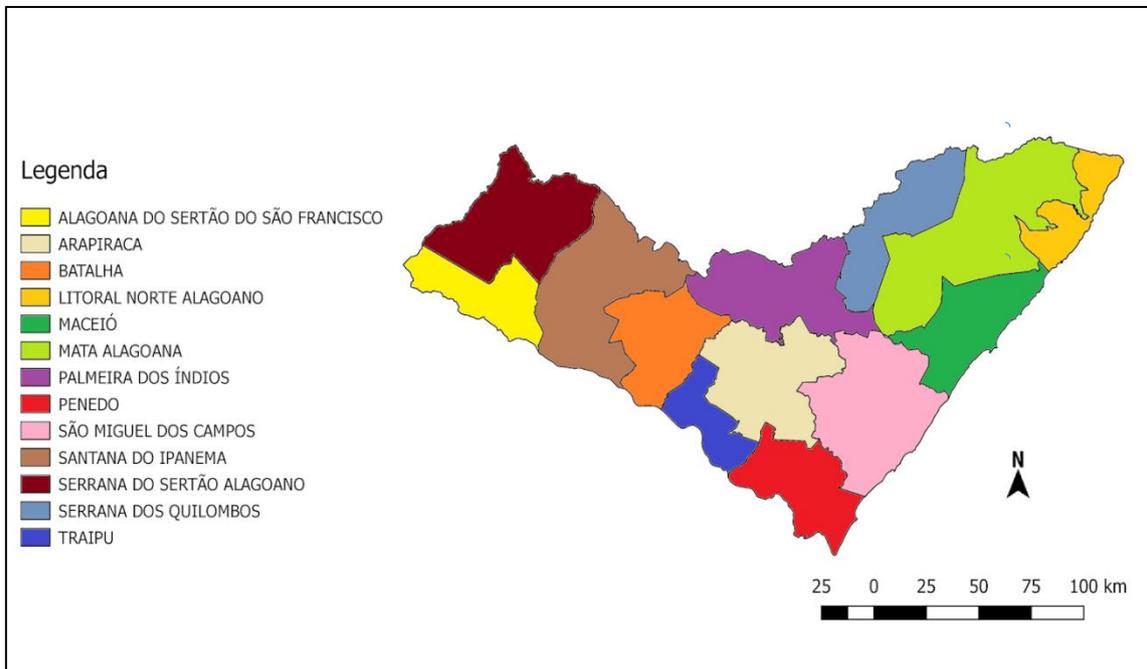
Fonte: Adaptado pela autora do Mapa de Mesorregiões do Estado de Alagoas da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG, 2021.

O Leste é a maior mesorregião, abrange o Litoral e a Zona da Mata que é originalmente coberta pela Floresta Atlântica. O Leste é composto por 52 municípios subdivididos em quatro microrregiões (São Miguel dos Campos, Litoral Norte, Serrana dos Quilombos, Maceió, Mata Alagoana e Penedo), em um território de 13,2 mil km², equivalente a 47,52% do estado. De acordo com Andrade (2005), é a mesorregião mais adequada ao plantio da cana-de-açúcar por ter o solo e as condições climáticas e hidrográficas ideais.

Na mesorregião leste, as condições climáticas e hidrográficas apresentam diferenças conforme as microrregiões, essas diferenças geográficas influenciam na produção canavieira. Existem áreas mais férteis como nas microrregiões do Litoral Norte e da Mata Alagoana, mas a topografia não favorece o plantio. Enquanto a parte central, formada pelas microrregiões de São Miguel dos Campos e Maceió, possui ambas as características ideais para plantação canavieira. Já a parte sul, o caso da microrregião de Penedo, tem a topografia adequada, porém com solo de baixa fertilidade (Anjos e Lajes, 2010). Nessa mesorregião, cabe destacar

a microrregião de Penedo, onde está o município de Piaçabuçu, em que se encontra a Associação Aroeira.

Mapa 3: Microrregiões de Alagoas



Fonte: Suporte Geográfico, elaborado a partir da base cartográfica do IBGE.

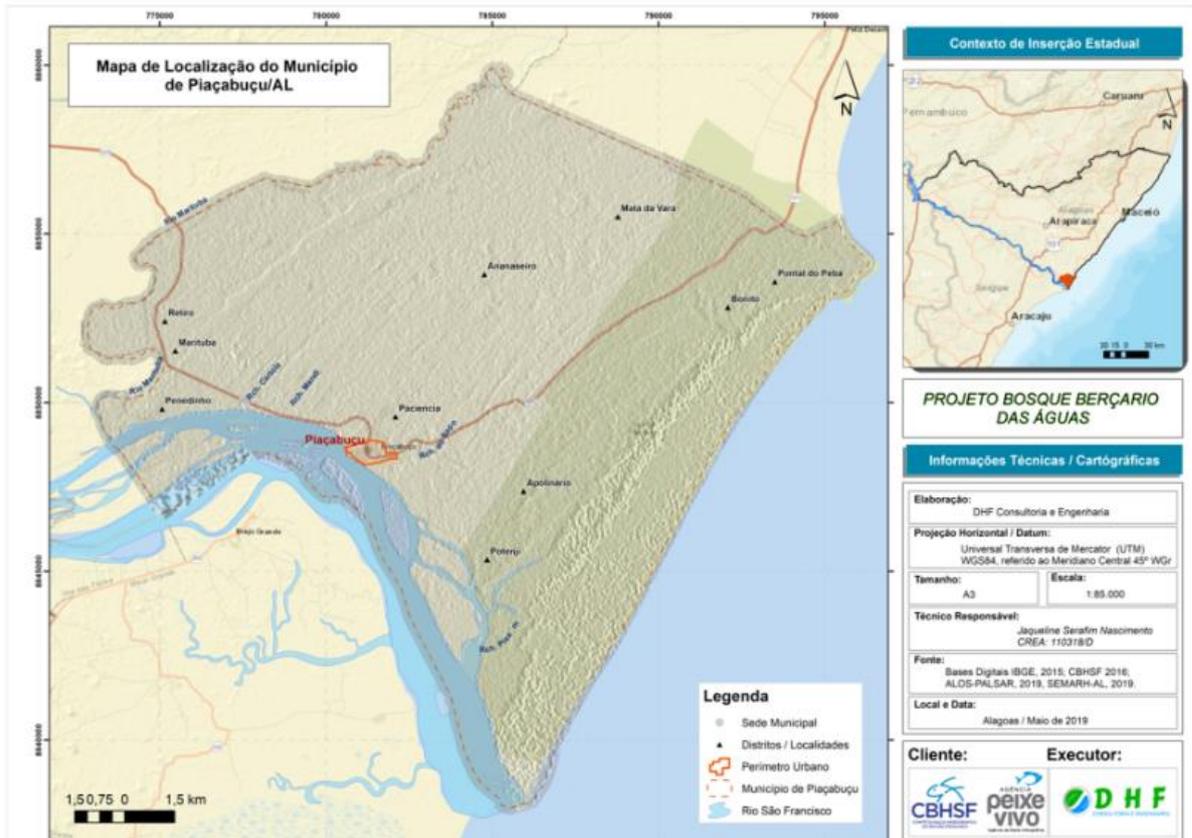
A microrregião de Penedo é composta pelos municípios de Piaçabuçu, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, Feliz Deserto e Penedo, apresentam níveis de desenvolvimento baixo para o estado de Alagoas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio para as 05 cidades que compõe a microrregião é de 0,577, enquanto o IDH do estado de Alagoas é 0,631 (IBGE, 2010). De acordo com dados da PNAD (2021) essa microrregião apresenta um percentual de 47,85% extremamente pobres. As características dessa microrregião incluem clima tropical chuvoso com verão seco. Na região parte da vegetação foi substituída por grandes pastagens para criação de gado e recentemente pelo plantio de cana-de-açúcar, além da extração de lenha para o consumo local.

O município de Piaçabuçu localizado em Alagoas ocupa uma área territorial de 243.686 km², situa-se na mesorregião do Leste alagoano e microrregião de Penedo, está na sua maior parte inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, mais precisamente na região denominada Baixo São Francisco. Limitando-se a norte com os municípios Feliz Deserto, a sul com o rio São Francisco, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Penedo.

Conforme dados do último censo realizado pelo IBGE (2022), atualmente a população de Piaçabuçu é de 15.897 habitantes, demonstrando uma redução no número de habitantes em comparação ao censo de 2010 em que a população era de 17.203, dos quais 8.615 pessoas são do sexo masculino (50,1%) e 8.588 do sexo feminino (49,9%), em que 6.767 (39,3%) dos habitantes se concentram na zona rural (IBGE, 2010). A taxa de analfabetismo da população no município de Piaçabuçu é de 30,1%, desse total cerca de 35,4% corresponde a população rural e 26,8% população urbana (DATASUS, 2010).

Este município se distancia a 137 km da capital alagoana, Maceió, está localizado dentro dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental - APA de Marituba do Peixe e APA Federal de Piaçabuçu, Al. Em relação aos indicadores socioeconômicos de Piaçabuçu, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indica que em 2010, o município apresentava uma renda per capita de R\$ 227,65, um índice de Gini de 0,52 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,572, sendo considerado um IDHM baixo, ocupando a 38ª posição no ranking do estado de Alagoas, encontrando-se abaixo da média nacional de 0,727. A taxa de pessoas com 18 anos ou mais desocupadas é de 151 mil pessoas, no que se refere à taxa de extrema pobreza e de pobres, em 2021, 23,35% e 49,21%, respectivamente, da população se encontrava nessas situações, e 75,54% da população se encontrava vulnerável à pobreza (ATLAS BRASIL).

Mapa 4: Localização geográfica do município de Piaçabuçu, Alagoas.



Fonte: Elaborado por DHF Consultoria, 2020.

Atualmente Piaçabuçu é o 4º município mais populoso da microrregião de Penedo, com 15,9 mil habitantes. Conforme dados do IBGE, em 2020, o PIB da cidade correspondia a cerca de R\$ 404 milhões de reais, sendo que 2,12% decorrem de impostos, 61,41% do valor adicionado advém da agropecuária, na sequência aparecem às participações da indústria (2,95%), dos serviços (14,08%) e da administração pública (19,44%). Com esta estrutura, em 2021, o PIB per capita de Piaçabuçu corresponde a R\$ 25.6 mil, valor superior à pequena região de Penedo (R\$ 15,3 mil).

Segundo Carvalho (2019) a base econômica do município de Piaçabuçu é predominantemente voltada para agropecuária, constituída assim, por uma pequena parcela concentrada na pecuária, mas se mantém principalmente voltada para pesca e agricultura familiar. Outra atividade que vem se destacando na região é o turismo, que vem demonstrando crescimento devido adaptações de embarcações que possibilitaram à realização de passeios a foz do rio São Francisco. Quanto à atividade agropecuária, as atividades primárias como o plantio do arroz, coco e pesca são as que mais se destacam principalmente a

pesca que apresenta um forte papel econômico, contudo, essa atividade vem sofrendo com a crescente redução do pescado no Baixo São Francisco, AL, decorrente dos impactos socioambientais gerados pelo setor hidrelétrico, vale ressaltar, que a agricultura familiar vem demonstrando crescimento.

Segundo Gomes et al. (2013), nas comunidades ribeirinhas, a estrutura produtiva local está intrinsecamente ligada à diversidade dos recursos naturais disponíveis. A relação direta com o rio, que se desdobra na pesca, influencia diretamente na economia local, dando origem também ao artesanato. Além disso, a terra desempenha um papel crucial, tanto na agricultura de subsistência quanto na coleta de frutos de aroeira.

As desigualdades e os altos índices de pobreza apresentados pelos indicadores sociais nesse município são desfavoráveis às populações locais no tocante à qualidade de vida. Isso reflete a situação socioeconômica e as desigualdades sociais presentes nesse local, decorrentes da forte concentração fundiária, da exclusão social, dos índices de pobreza e baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Esses fatores indicam as dificuldades enfrentadas para garantir uma vida digna, atendendo às necessidades básicas.

1.2 O extrativismo da aroeira em Piaçabuçu

É comum em ambientes rurais existir uma dependência exclusiva das políticas sociais, como o Bolsa Família e o Seguro Defeso que é proporcionado em períodos nos quais a pesca não é uma opção viável. No entanto, as políticas sociais podem não ser suficientes para garantir a segurança financeira das famílias. Assim, a diversificação das fontes de renda, por meio da exploração econômica dos recursos naturais locais de forma sustentável, representa uma importante estratégia para a superação socioeconômica da comunidade rural de Piaçabuçu.

Maciel (2020) aponta que, o município de Piaçabuçu possui áreas de ocorrência natural de ervas e espécies frutíferas que podem ser exploradas e valorizadas economicamente. Nesse sentido entende que a coleta de frutos de aroeira emerge como uma estratégia viável na busca por alternativas para melhorar a renda familiar no campo, criando um ambiente propício para um maior desenvolvimento das famílias rurais, especialmente para as mulheres, que têm sido historicamente invisibilizadas no trabalho rural.

Os frutos da aroeira vêm sendo amplamente utilizados pela indústria condimentar, mas também, são procurados pelo seu forte potencial terapêutico, atividade antioxidante e aplicações farmacêuticas. Popularmente conhecida como aroeira vermelha ou pimenta rosa, a espécie vem se destacando cada vez mais na utilização como condimento alimentar, cuja demanda tem aumentado, no mercado nacional e internacional (Gomes et al., 2013).

Segundo Bertoldi (2006), no Brasil, os frutos da aroeira são utilizados geralmente em sua forma desidratada e comercializados na maioria das vezes a granel. O uso dos frutos secos da aroeira como tempero torna-se uma alternativa a utilização de outros tipos de pimenta que possuem substâncias prejudiciais ao organismo, sendo assim, a pimenta rosa, tem se popularizado consideravelmente, gerando uma grande demanda e tendo um alto valor no mercado.

O extrativismo da aroeira possui uma grande perspectiva de mercado e potencial para a prática de manejo sustentável, podendo garantir a obtenção de renda adicional para comunidades locais que dependem da colheita da aroeira como fonte de emprego e renda durante os períodos de safra, favorecendo assim, o desenvolvimento socioeconômico da população regional e consequente redução do êxodo rural (Gomes et al., 2013).

Nesse cenário, diante da situação de vulnerabilidade social e dificuldades para acessar o mercado de trabalho o extrativismo da aroeira se estabelece como alternativa a geração da renda familiar para a comunidade rural de Piaçabuçu. É importante ressaltar que a realidade rural de Piaçabuçu é constituída por pessoas com níveis de educação extremamente baixos, que não tiveram acesso à educação básica e muitas vezes são analfabetos, eles se sustentam com os escassos recursos oferecidos pelo ambiente.

A Aroeira-Vermelha (*Schinus terebinthifolius Raddi*), popularmente conhecida como pimenta-rosa, aroeira-pimenteira ou aroeirinha, é uma planta nativa da Mata Atlântica, rica em propriedades medicinais. Esse fruto é abundante na região de Piaçabuçu. Esta espécie “[...] têm uma grande demanda na gastronomia, possuem também propriedades farmacêuticas e medicinais, com atividade antimicrobiana, podendo controlar bactérias e fungos. Além disso, são aplicados na indústria de alimentos e de cosméticos” (Ventura et al., 2018, p.01).

Segundo Gomes et al. (2013), a espécie vem se destacando cada vez mais pelo consumo de seus frutos que tem sabor suave e apimentado, sendo utilizado na condimentação e ornamentação de pratos doces e salgados. O uso dos frutos da aroeira, também conhecida como pimenta rosa, é reconhecido pela alta culinária e está ganhando adeptos em todo o

Brasil. Os autores apontam que há um grande potencial de mercado e potencial para o manejo sustentável, o que garantirá a complementação de renda para comunidades tradicionais que dependem da colheita da aroeira durante os períodos de safra, além de produtores e industriais que veem a aroeira com opção rentável de negócio (Gomes et al., 2013).

De acordo com Gomes et al. (2013), a aroeira vermelha é a principal fonte de extrativismo na região do baixo São Francisco, onde seus frutos e sementes são colhidos e comercializados como pimenta rosa para outros estados brasileiros. No entanto, o Instituto Ecoengenh (2011), observa que a pimenta rosa é um condimento pouco familiar no Brasil, sendo mais popular nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em Alagoas, o uso desse fruto é bastante restrito, somente alguns restaurantes utilizavam essa especiaria, que era comercializada exclusivamente por uma rede de supermercado na capital alagoana, que obtinha o produto de fornecedores da região sudeste do país (Instituto Ecoengenh, 2011).

Figura 1: Árvore e fruto da Aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius* Raddi), Piaçabuçu, Alagoas, 2023.



Foto: Paula Carvalho (2023).

Entretanto, apesar da aroeira ser nativa da Mata Atlântica, região onde as mulheres da Associação Aroeira estão inseridas, as associadas entrevistadas evidenciam que, mesmo diante dos muitos usos terapêuticos e gastronômicos da pimenta rosa, essa não era produzida nem consumida localmente pelos atores sociais locais da comunidade de Piaçabuçu. Até então, a prática era apenas a extração dos frutos de aroeira e venda direta aos atravessadores. Assim, somente após o Projeto Aroeira que os catadores de aroeira passaram a ter conhecimento sobre o potencial econômico e as formas de utilização desse fruto. Com a iniciativa do projeto, os processos de beneficiamento, armazenamento e comercialização tornaram-se novidades para as mulheres.

A atividade extrativista da aroeira também é praticada em outras comunidades da região do Baixo São Francisco: Penedo em Alagoas, Santana do São Francisco e Neópolis em Sergipe. Entretanto, nessas comunidades a atividade é desenvolvida sob a orientação do atravessador local, bem como alguns atores sociais de Piaçabuçu também participam dessa atividade, contudo, esta pesquisa está voltada para os extrativistas que integram a Associação Aroeira em Piaçabuçu e que comercializam o produto através da associação. Estes atores rurais, em vez de competir pelos recursos naturais até a sua extinção, aprenderam a cooperar para garantir sua sobrevivência.

Cabe destacar que o extrativismo da pimenta rosa vem se promovendo não somente como uma atividade importante na composição da renda das famílias da comunidade rural de Piaçabuçu, mas também, cria possibilidades para o desempenho de papéis na estrutura do poder local, política e cultural dessa comunidade a fim de reduzir as desigualdades sociais.

1.3 A organização produtiva das mulheres extrativistas de Piaçabuçu – um breve resgate histórico

O processo de organização produtiva das mulheres extrativistas em Piaçabuçu tem início em 2010, por meio do projeto Aroeira conduzido pelo Instituto Ecoengenho, com financiamento do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, aprovado por Edital Público no mesmo ano. Com sede em Maceió-AL, o Instituto Ecoengenho é uma Organização Não Governamental (ONG) dedicada ao desenvolvimento de projetos que promovam a geração de renda com a comercialização de produtos de alto valor agregado utilizando energia sustentável para melhorar a qualidade de vida da população em áreas de extrema pobreza no

Nordeste do Brasil. A ONG se destacou pelo projeto H2Sol Água Solar, reconhecido por sua tecnologia social voltada ao desenvolvimento sustentável em São José da Tapera, no semiárido alagoano.

A memória oral registra que o extrativismo da pimenta rosa ocorre há bastante tempo na região do Baixo São Francisco, devido a sua riqueza de biodiversidade presente na Mata Atlântica disponível no território. Antes a atividade extrativista exercida pelos moradores era conhecida popularmente como catador de fruta, após a implantação do Projeto Aroeira e realização de capacitações os moradores estão construindo ao longo do tempo o processo de identidade, interação e auto-reconhecimento (Maciel, 2020).

Além disso, de acordo com o Instituto Ecoengenh (2011) a nova forma de extração da pimenta rosa com técnicas de manejo sustentável como a definição das áreas de coleta, ponto de maturação adequado e uso de equipamentos de corte, de poda e transportes corretos, é fundamental para preservar/conservar o fruto da aroeira visando sua manutenção para as gerações futuras.

O Projeto Aroeira inicialmente tinha previsão de duração de dois anos, mas foi prorrogado por mais dois anos. Em Piaçabuçu o projeto consistiu na criação de uma unidade de beneficiamento para que os extrativistas pudessem selecionar, desidratar, embalar e rotular a pimenta rosa, com a finalidade dos produtos acessarem nichos especiais de mercado. Durante o período de incubação do projeto (2010-2014) houve mobilizações para articular os moradores com foco no associativismo e capacitações técnicas para adoção de práticas de manejo sustentável para preservar/conservar o fruto da aroeira. Ainda nesse período era realizada apenas a produção de pimenta rosa, ficando retido o valor de 30% sobre a produção comercializada, destinado à construção da sede da Associação Aroeira.

O Projeto Aroeira cadastrou inicialmente 500 membros extrativistas, que seriam orientados desde a coleta extrativista até a comercialização final. Assim, com as novas técnicas de coleta adotadas e valorização do processamento de beneficiamento artesanal da aroeira, os extrativistas, que eram explorados pelos atravessadores, que compravam o produto in natura a R\$ 0,50 por quilograma, passaram a realizar a comercialização direta por meio da Associação. O produto passou a ser vendida em unidades de 30 gramas por R\$10,00 a unidade, valor pago pelo consumidor final. A pimenta rosa, no seu auge, chegou a ser comercializada a R\$ 300,00 por quilograma e atualmente está sendo vendida a R\$ 240,00 e R\$ 160,00 por quilograma, e a R\$15,00 a unidade de 30 gramas. A variação do preço ocorre

de acordo com a localidade da entrega do produto, pois os custos tornam-se maiores para longas distâncias.

Em 2011, trabalhadores rurais extrativistas das cidades de Santana do São Francisco e Neópolis, em Sergipe, e de Penedo e Piaçabuçu, em Alagoas, organizaram-se com o propósito de melhorar as condições de vida das famílias rurais. Assim, 48 membros extrativistas da pimenta rosa (33 do sexo feminino e 15 do sexo masculino) fundaram a Associação Aroeira.

Figura 2: Sede da Associação Aroeira, Piaçabuçu, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Na imagem acima se observa a parte externa do prédio onde funciona a Associação Aroeira. Está situada na área rural do município de Piaçabuçu em Alagoas, na região do Baixo São Francisco. A sede da Associação Aroeira foi construída em um terreno cedido em comodato pelo Município de Piaçabuçu/AL. A sede da Associação possui uma área de 300m², sua infraestrutura esta subdividida em recepção, dois banheiros, sala para secagem com duas estufas de desidratação termosolar e uma estufa a gás liquefeito de petróleo (GLP) apenas para os dias de pouca insolação, sala de beneficiamento, sala de refrigeração, estoque, uma cozinha industrial para produção de bolos, doces e geleias, um espaço para realização de reuniões e cursos.

Figura 3: Unidade de Beneficiamento artesanal da pimenta rosa com estufa de desidratação termosolar, estufa a gás liquefeito de petróleo (GLP) e sala de beneficiamento artesanal, Piaçabuçu, Alagoas, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023; Instituto Ecoengenh.

Na área externa da Associação existem painéis fotovoltaicos, que geram energia para as estufas de desidratação da pimenta rosa, e uma estufa externa coberta com lâminas de policarbonato para uma pré-secagem da pimenta utilizada na época de grande produção.

Figura 4: Painéis fotovoltaicos e estufa coberta com lâminas de policarbonato, Piaçabuçu, Alagoas, 2018.



Fonte: Calista, 2018.

A organização institucional da Associação Aroeira é constituída pelo Conselho Fiscal; pela administração da associação que atua de forma descentralizada de maneira que todas as decisões são tomadas pelos membros associados em assembleias ordinárias e extraordinárias. A estrutura organizacional está dividida em diretorias, compostas pelos próprios extrativistas, para facilitar o processo operacional, administrativo e financeiro da unidade. A cada quatro anos é realizada a eleição das gestoras e do Conselho Fiscal.

Dos 500 membros inicialmente cadastrados no Projeto Aroeira apenas 48 membros formalizaram a Associação Aroeira em 2011. Atualmente a Associação é composta por 30 membros associados somente de Alagoas. A diretoria da Associação Aroeira relata que essa variação no número de integrantes decorre, principalmente, de fatores cotidianos, alguns adoeceram ou faleceram, outros se mudaram para outras cidades. Outro fator limitante da Associação é marcado pela falta de consolidação de mercado para o produto beneficiado e também pela falta de interesse por parte de alguns membros em participar efetivamente de todas as atividades produtivas realizadas pela Associação, participando apenas da coleta da aroeira, chegando a entregar o produto diretamente ao atravessador por um valor inferior ao de mercado. No entanto, esse comportamento não condiz com o regimento da Associação levando a saída desses membros.

Em 2015, com a finalização do Projeto Aroeira e conseqüentemente a saída do aporte financeiro pela Petrobras e dos idealizadores do projeto os extrativistas associados passaram a conduzir a Associação e unidade de beneficiamento com recursos próprios. Inicialmente, foi um choque para os membros já que estes não tinham conhecimento sobre os canais de venda da aroeira, não possuíam capital de giro e nem aporte financeiro. A falta de conhecimento sobre os mercados em que os produtos deveriam ser comercializados impossibilitou a realização de vendas ocasionando perda de parte da produção da aroeira, gerando assim, conflitos internos dos membros associados com a gestão da Associação que atuava na época, o que resultou na saída de parte dos membros associados.

Os conflitos internos, bem como a instabilidade financeira da Associação, implicaram nas desistências de grande parte do grupo extrativista, acarretando em uma nova eleição de Presidente da Associação. Com a nova gestão, os associados perceberam que apenas a comercialização da aroeira não era suficiente para manter a Associação funcionando, devido os períodos de entressafra desse produto decidiram pela diversificação da produção. A diversificação da produção é importante para a existência da Associação e manutenção de suas atividades, pois é crucial para manter a geração de renda do grupo associado ao longo do ano.

1.4 A construção da Associação Aroeira e trajetória das associadas

As mulheres entrevistadas possuem idade entre 33 e 68 anos, a maioria delas são negras e todas moram em áreas rurais ao longo da região litorânea de Piaçabuçu. Essa região é rica em recursos naturais, incluindo a aroeira e outros frutos da biodiversidade local, que são fundamentais para a subsistência dessas comunidades. Com relação ao estado civil, algumas são casadas, divorciadas e uma é viúva, observou-se ainda que o número de filhos por mulher entrevistada varia de 2 a 5 filhos.

Quanto à escolaridade, observa-se que entre as mulheres mais jovens algumas possuem ensino médio completo, e uma delas está atualmente cursando ensino superior. Por outro lado, as mulheres com idade mais elevada possuem apenas as séries iniciais, com muitas delas sendo semianalfabetas, capazes apenas de assinar seus nomes. Essa realidade reflete os dados do último Censo Agropecuário (2017), que indicam que a maioria dos agricultores familiares possui baixo nível de escolaridade.

O relato da Associada 7 (2024) reflete uma realidade enfrentada por muitas pessoas em áreas rurais, onde o acesso à educação historicamente foi limitado.

Não tive chance de estudar, me criei no interior muito longe das escolas. Minha mãe trabalhava na roça mais meu pai e tinha muito menino pequeno e eu sou a mais velha de tudo, minha mãe teve 11 filhos e eu era a mais velha aí criava os pequeninhos e minha mãe ia pra roça. Quando os outros começaram a crescer e ir estudar eu ficava com os mais pequenos, nunca tive a oportunidade de estudar.

A falta de acesso à educação pode perpetuar o ciclo da pobreza e limitar as oportunidades de crescimento econômico e social para essas comunidades. No caso das mulheres da aroeira, elas desempenham múltiplos papéis e participam de diversas atividades produtivas, enfrentando uma sobrecarga de trabalho que abrange uma dupla ou até tripla jornada. Suas responsabilidades incluem não apenas o cuidado com a casa, e os filhos, mas também com a pesca e o agroextrativismo realizando a coleta sustentável de recursos naturais, para a contribuição na renda e na segurança alimentar de sua família.

Antes da formalização da associação, os catadores de aroeira consideravam que o extrativismo da pimenta rosa era apenas uma atividade complementar na renda da população da comunidade rural local de Piaçabuçu, AL. As sócias-fundadoras da associação relatam que existiam divergências entre os coletores, os quais atuavam de forma independente, sem orientação ou técnica, e costumavam vender o produto aos atravessadores, que vinham de outros estados e adquiriam o produto in natura por valores extremamente inferiores ao de mercado. Nesse sentido, a criação da Associação Aroeira foi fundamental, pois fortaleceu a coleta da pimenta rosa e ampliou suas vendas, permitindo que os coletores tivessem maior controle sobre o processo e recebessem preços mais justos pelos seus produtos.

Uma das sócias-fundadoras relata, ainda, que a motivação para organizarem a associação foi porque queriam melhorar de vida. “Quando foi para fundar a Associação eu senti vontade de ser uma associada após o Projeto Aroeira, foi pela proposta de melhorar de vida. Através da Associação nós teríamos condições de melhorar de vida, ia ser o divisor de águas. Eu acreditei e entrei como sócia, hoje eu sou reconhecida por ser da Associação Aroeira” (Associada 1, 2023).

Após a formalização da Associação, a autogestão exercida pela Associação Aroeira buscou realizar o processo de reapropriação coletiva dos recursos naturais e culturais. Com o objetivo de reduzir a superexploração dos recursos e combater a degradação ambiental,

resultando na valorização da natureza como fonte de riqueza para as mulheres do campo. No entanto, a trajetória desse processo de reapropriação da natureza foi árdua e turbulenta, enfrentando dificuldades para implantar uma nova cultura ecológica e democrática na comunidade rural extrativista de Piaçabuçu, AL.

Para Leff (2006, p.417) “[...] as práticas culturais de manejo dos ecossistemas não apenas contribuem para a preservação do equilíbrio ecológico do planeta, como também para potencializar a sustentabilidade das comunidades rurais”. Nesse contexto, a necessidade de implementar mudanças nas práticas produtivas, como a participação na gestão dos recursos naturais e o manejo sustentável da natureza, é importante para garantir a sobrevivência e melhorar o bem-estar dessas comunidades.

De acordo com a Diretoria da Associação inicialmente teve de ser feito um trabalho de base para disseminar a cultura do associativismo com várias campanhas de mobilizações e reuniões para assim conquistar a confiança dos extrativistas que até então não conheciam a atuação de uma associação e as vantagens de valorização do seu trabalho e potencial produtivo. Como também, foram realizadas capacitações para aumentar o conhecimento sobre suas atividades e os recursos naturais disponíveis na região, e aprender boas técnicas de manejo produtivo preservando a sustentabilidade ecológica, além de obter representação de seus interesses e ganhar voz frente às instituições políticas para alcançar reconhecimento do trabalho rural associado.

Figura 5: Capacitação dos extrativistas do Projeto Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2010.



Fonte: Instituto Ecoengenh

Na fala das associadas é observada a vontade e a necessidade do reconhecimento da atividade extrativista como digna e também da aprovação social da comunidade. Conforme aponta a Associada 2 foi necessário:

Mostrar as instituições políticas à necessidade de ter uma associação, ganhar sua confiança [...] tiveram que ver e conhecer o que estava sendo feito, da humilhação que passava os extrativistas e que era necessária a Associação, até porque é um futuro pra eles, para o bem e o histórico da cidade em si era bom pra todo mundo (Associada 2, 2023).

Nas falas das fundadoras, constata-se que, para o engajamento no processo de organização coletiva, predominou o desejo em mudar a realidade a qual estavam submetidas, de pertencerem a um grupo, a ter mais confiança no outro e além de tudo se ajudar para superar a situação de precarização existente na comunidade. Além disso, houve uma transmissão de aprendizado coletivo, havia ainda membros associados que não sabiam ler nem escrever e após a implantação do Projeto Aroeira na comunidade de Piaçabuçu tiveram a oportunidade de ter acesso ao conhecimento.

Outro ponto de fundamental importância para o processo de organização desse grupo foi a vontade coletiva para aumentar a renda familiar e ter uma fonte de renda própria,

independente do marido. As sócias fundadoras relatam que o grupo produtivo passou a ser um espaço de união e preparação para ampliar a participação das mulheres nos espaços públicos, para além de suas casas. No entanto, 29% das associadas entrevistadas afirmam que ainda não exercem a liberdade de fazer suas próprias escolhas, tomar decisões e planejar suas vidas de forma autônoma.

As sócias fundadoras relatam que, houve um grande número de desistências pelos participantes da fase inicial do projeto, tendo em vista a saída dos recursos financeiros oriundos da Petrobras e que os beneficiários participaram apenas quando havia vantagem econômica. Além disso, a ocorrência de conflitos internos em torno da presidência da Associação, bem como a inconsistência de mercado para a pimenta beneficiada e embalada, além da ocorrência de fatores cotidianos, como a mudança de alguns associados para outras cidades, o envelhecimento de alguns fundadores e seu afastamento por motivos de doença ou por morte levaram a saída de vários membros.

Sobre a saída de alguns membros, a Associada 7 (2024) comenta que “Muita gente desanimou porque queria chegar lá entregar a semente e receber logo. Não é assim né, lá é associação né, tinha gente que queria entregar sem beneficiar e receber o dinheiro de uma beneficiada”. A associada 6 (2024) observa que, apesar das orientações da diretoria sobre o processo de beneficiamento, ainda havia pessoas que tentavam fazer de forma simplificada, sem seguir os procedimentos corretos. Ela exemplifica dizendo que algumas pessoas queriam apenas limpar superficialmente a aroeira e embalar, mas quando conferiam o resultado, encontravam lagartas e perdiam o produto, enquanto ela preferia dedicar tempo para uma seleção minuciosa. A Associada 1 (2024) complementa que: “[...] Mesmo após a saída dessas pessoas eu achei que a produção aumentou [...] porque para ter a pimenta de qualidade tem que sentar e selecionar grão a grão, mesmo sabendo que vou receber R\$ 200,00 em um quilo nem todos querem ficar sentados em uma mesa para selecionar (Associada 1, 2023)”.

Atualmente a Associação Aroeira conta com 30 membros associados, grande maioria mulheres. De acordo com a Associada 1, todos os membros que estão na associação atualmente participam ativamente do trabalho produtivo: “[...] são realmente pessoas que querem fazer o trabalho, a dificuldade está em selecionar a aroeira, não é um trabalho fácil é um trabalho muito árduo”.

A Associada 1 sempre desempenhou um papel proeminente na coordenação do grupo, mesmo antes da formalização da associação. Segundo relatos das sócias entrevistadas, foi ela

quem buscou as mulheres para participarem do Projeto Aroeira e, posteriormente, para a construção da associação. A Associada 1 (2024), ainda afirma que esteve envolvida na gestão da associação desde sempre, ressaltando que sua participação “Exige atividades na produção, na gestão, organizar se vai pra o campo, observar qual a região que já tá dando a fruta”. É importante ressaltar que os associados reconhecem na figura dessa sócia uma líder que não só participa ativamente da administração da Associação, mas também é uma extrativista ativa da pimenta rosa.

Entre os fundadores que atualmente compõe a Associação, existe o consenso de que todos participam ativamente das atividades de coleta e beneficiamento dos frutos, e que o trabalho em grupo sempre foi desempenhado em conjunto, “Quando vai a campo todos vão, ninguém quer ficar. Para tomar decisão é todo mundo, eu digo: acho que devemos fazer isso, a gente se reúne e todos opinam, aqui ninguém fica calado não, todo mundo dá pitaco. Eles cobram um ao outro, vão se gerenciando (Associada 1, 2023)”.

Quanto à forma de organização, alguns extrativistas assumiram funções administrativas e de gestão, passaram de extrativistas a diretores, “[...] A diretoria da Associação é 100% mulheres, duas mulheres no conselho administrativo e seis mulheres no conselho fiscal, elas administram os homens na Associação [...] (Associada 1, 2023)”. A participação e o trabalho das mulheres são fundamentais para constituição da Associação, bem como a formação de lideranças femininas. Assim, a participação dos homens ocorre apenas como uma ajuda às mulheres nas áreas de coleta, para realização de trabalho pesado.

Outra sócia-fundadora relata que nesse processo de organização sempre participou do trabalho na associação “[...] era diretora financeira, ficava no almoxarife, ficava como secretária, na administração, limpeza, era um x-tudo. Depois veio a parceria com outras meninas e me deu uma folga (Associada 2, 2023)”. É importante ressaltar que dentro da Associação Aroeira “[...] Tem poucas mulheres que não se identificam com a parte da diretoria, alguns dizem que não sabem por terem medo, existe esse medo dentro das mulheres. Eu vou as reuniões em eventos ouvir e aprender, hoje eu já falo, porque agora eu sei o que vou dizer, tudo isso é incentivado pela Associação (Associada 1, 2023)”.

Após a execução do Projeto Aroeira e a subsequente construção da Associação, algumas mulheres associadas assumiram papéis de liderança que foram formadas no processo de execução do projeto. Pode ser observado que algumas mulheres da associação se destacam como articuladoras e gestoras, empenhadas em aprimorar o desenvolvimento das atividades

da associação e envolver mais mulheres nesse processo. A lógica adotada pela Associação Aroeira fortalece o desenvolvimento sustentável da comunidade, proporcionando a inserção dos atores sociais locais e incentivando a participação coletiva para promover o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da comunidade extrativista local.

No trabalho de campo pode-se observar que as sócias-fundadoras desempenham papel fundamental no desenvolvimento da associação, especialmente no que diz respeito às decisões tomadas. Identifica-se também que, as relações de aprendizado dessas extrativistas com a Associação Aroeira as tornam aptas para a busca de novas fontes de recursos e novos projetos de capacitação e geração de renda dentro da associação.

1.5 O projeto Aroeira e a inserção das mulheres de Piaçabuçu

De acordo com o Instituto Ecoengenh (2011), o objetivo do Projeto Aroeira era gerar renda e inclusão social para as famílias da região do Baixo São Francisco (Piaçabuçu, Penedo, Santana do São Francisco e Neópolis) por meio da coleta da pimenta rosa desenvolvendo assim, um modelo de gestão sustentável contribuindo para a preservação da mata ciliar do rio São Francisco e agregar valor ao produto final.

Após o beneficiamento da pimenta rosa o produto final obteve agregação de valor, assim, o produto que antes era vendido pelo valor de R\$ 0,50 a 1,50 por quilograma aos atravessadores, passou a ser comercializado diretamente pelos extrativistas através de uma associação, alcançando o valor de R\$ 160,00 por quilograma.

Foram trabalhados os aspectos técnicos, através da busca por qualificação e conhecimentos, como pode ser notado na fala da Associada 2 (2023): “Pra agregar valor ao produto primeiro foi estudar os componentes dele, daí vimos o alto teor de valor dele como na medicina, como na culinária e como na área de cosméticos. A partir daí nós mesmos passamos a experimentar em nosso paladar e vimos que realmente é saboroso”.

Antes do projeto, os extrativistas não tinham conhecimento sobre os potenciais do fruto da aroeira nem os mercados que poderiam ser acessados para comercialização. Eles entregavam os frutos coletados in natura diretamente aos atravessadores, a coleta era feita de forma inapropriada e com forte exploração sobre as árvores prejudicando as colheitas seguintes.

Após a adequação das técnicas de coleta, a forma de extração da pimenta mudou, passando a ocorrer com definição das áreas de coleta e ponto de maturação adequado, além do uso de equipamentos de corte e de poda adaptados.

Dentro dessa perspectiva sustentável cerca de 20% dos frutos de cada árvore não sejam coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local. Além disso, o uso de equipamentos adequados de corte e o transporte correto são essenciais, para não danificar as árvores e aumentar a produtividade para as próximas safras (Instituto Ecoengenh, 2011, p.11).

Com a capacitação dos extrativistas a comunidade tem consciência da necessidade de preservação da árvore para as próximas safras. Dessa forma, é possível identificar o papel positivo da Associação Aroeira enquanto promotora de boas práticas de extrativismo e atuação na conscientização de seus associados quanto ao manejo sustentável da aroeira, sem a utilização de agrotóxicos. Assim, fica clara a compreensão de que a preservação das plantas e do ecossistema passou a ser fundamental para todos.

Conforme relato das associadas, pode ser verificado que algumas mulheres associadas já conheciam a coleta da pimenta rosa antes de se associar e outras tiveram sua inserção na atividade extrativista após a criação da Associação com o objetivo de conseguir uma renda. Existe uma diversidade de papéis e identidades relacionadas a essas mulheres como: “De tudo faço um pouco, eu pesco, sou agricultora, cato aroeira, trabalho lá na associação, faço faxina nas fazendas” (Associada 6, 2024). Vale ressaltar que as mulheres associadas entrevistadas se autodenominam como catadoras de frutas, agricultoras e extrativistas/agricultoras e que o termo extrativista veio após o projeto e criação da Associação.

A palavra extrativismo foi inserida através do projeto aroeira, ninguém conhecia essa palavra chamada de extrativismo e nem se reconhecia como extrativista era catador de fruta. Depois do projeto que houve as capacitações e o termo extrativismo. A partir do processo de capacitação da Associação que nos enxergamos como extrativistas (Associada 1, 2023).

Inicialmente, a extração da aroeira era um serviço realizado para complementar a renda, já era uma opção comum na localidade, uma atividade desenvolvida principalmente pelas mulheres que se ajustava com as expectativas de papéis e identidades moldadas pelas relações de gênero. É importante ressaltar que “[...] historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico [...]” (Faria, 2011, p.40).

As mulheres da aroeira são as principais protagonistas, desenvolveram mais habilidades e dedicação à coleta e seleção da pimenta rosa. Elas também trabalham na agricultura e na pesca, entre outras profissões, e conseguem conciliar com as tarefas domésticas do dia a dia, que são tradicionalmente atribuídas às mulheres. Enquanto isso, os homens da região tendem a se concentrar mais nas atividades ligadas à pesca.

Segundo Kergoat (2009), a estrutura da divisão sexual do trabalho demonstra de forma clara a diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher, em que o trabalho masculino é frequentemente mais valorizado do que o feminino. Essa divisão sustenta uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres, em que ocorre [...] a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado [...] (Kergoat, 2009, p. 67).

Na fala da Associada 3, é observado que sua perspectiva sobre a predominância das mulheres nesse trabalho se relaciona ao contexto local: “Por conta que nós moramos aqui, na zona rural, as mulheres é mais voltada a trabalhar na terra com o extrativismo”. A Associada 4 considera que “É porque as muler, acho que é a única que gosta de trabalhar nessas coisas de extrativismo. A muler tem mais habilidade, calma, tem mais perfeição, mais cuidado. A gente muler somo mais cuidadosa nas coisas”.

As mulheres têm poucas opções de trabalho remunerado, desempenham atividades domésticas fora de casa e vão acumulando maiores responsabilidades no decorrer da vida. Além de conciliarem diferentes atividades, encontraram no extrativismo e no trabalho associado uma oportunidade de trabalho remunerado para suprir as necessidades da família, seja economizando ou contribuindo com as despesas. Dessa forma, Oliveira (2016, p.102) sugere que “[...] esta participação maior de mulheres no extrativismo se deve ao fato das mesmas tentarem reverter sua situação social através da diversificação de atividades para a geração de renda” (Oliveira, 2016, p.102).

Segundo Melo e Di Sabbato (2011, p. 74) “[...] Nas regiões onde predominam as atividades rurais, as mulheres vivem as piores situações, a grande maioria destas trabalhadoras tem a condição de trabalhadoras sem remuneração e/ou são trabalhadoras para consumo próprio [...]”. Assim, para as mulheres da aroeira o extrativismo da pimenta rosa é o recurso que lhes é mais acessível, e por mais que não seja a maior fonte de renda da casa, devido à oscilação de mercado, o período de entressafra do produto e adversidades da natureza, ele garante a renda que é utilizada para complementar o sustento da família.

Conforme pode ser observado na fala da Associada 1 “Nosso carro chefe é a aroeira, porque a aroeira dá dinheiro. Dá muito trabalho, mas é um dos únicos produtos que nós temos que dá mais dinheiro, tem a maior rentabilidade” e também na fala da Associada 3 “[...] tirei um bom lucro de lá, meu sustento de casa”.

As mulheres consideram que por meio da Associação, a renda obtida com a venda da pimenta rosa possibilitou aos associados extrativistas começarem a construir e realizar pequenas reformas em suas casas, assim como também, alguns membros colocaram pequenos negócios, como mercadinho.

Os associados conseguiram ajeitar suas casas, tinha uma que a casa dela era de taipa ou o piso de areia e conseguiu reformar a casa dela. No caso da minha casa tinha só o contra piso e eu consegui reformar, com o dinheiro que entrava a partir daqui conseguimos melhorar nossas casas em estrutura, comprando coisas pra dentro de casa, na alimentação, eu sustentei minha família a partir do trabalho daqui, se a gente ficava doente ou alguma criança ficava doente tinha de comprar o medicamento e nós não tínhamos outra renda tinha que vir daqui (Associada 2, 2023).

Figura 6: Coleta da pimenta rosa manejada pelos extrativistas da Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.



Fonte: Jorge Santos, 2019; Instituto Ecoengenh.

A extração da pimenta rosa na região da Foz do São Francisco é uma atividade realizada por mulheres em situação de pobreza, que partem de suas casas logo cedo em direção à mata em busca da árvore de aroeira, com o objetivo de adquirir sua renda. Algumas dessas mulheres já estão aposentadas, mas continuam dedicadas à catação de aroeira simplesmente porque gostam do trabalho com a planta. Enquanto isso, outras mulheres que ainda não se aposentaram consideram a extração da aroeira como uma boa fonte de renda.

Eu comecei a catar porque gosto de trabalhar e achava bom tá andando assim pelos matos mais as meninas, uma fazia uma coisa, outra fazia outra, uma conversava dizia uma coisa e é bom, hoje tô meio cansada mais ainda tenho vontade. Eu quis catar aroeira porque gosto de trabalhar e dava dinheiro né, pouco ou muito a gente vendia e dava dinheiro (Associada 7, 2024).

A Associação Aroeira fortalece o engajamento feminino por meio da confiança mútua entre seus membros. Além de participarem de todo o processo produtivo, as mulheres também atuam na comercialização da produção, o que indica uma maior autonomia e participação das associadas em atividades produtivas que geram renda para as famílias.

A pimenta rosa é comercializada in natura sem utilização de agrotóxicos, tem foco para restaurantes, eventos de culinária, tem forte potencial no mercado de turismo. A Associação faz uma reserva de aroeira durante o período de safra a fim de se preparar para a entressafra e assim garantir renda durante o ano.

A aroeira só dá nos quatro meses, de maio a agosto, mas se fizer uma coleta boa dá para manter até a próxima coleta no período de entre safra da aroeira. Fazemos um estoque para se manter, no período que está colhendo você consegue vender, mas o melhor período para vender aroeira é no verão, que é o período que você não tem a aroeira, consegue vender a um preço melhor. No período de safra se eu consigo vender a X, no período de entressafra eu consigo vender a pouco mais de X, porque é o período de turismo, os turistas são os que mais consomem, o pessoal do sul e do sudeste, nesse período é onde ocorre uma procura maior e gera uma maior renda (Associada 1, 2023).

O sistema de comercialização da pimenta rosa adotado pela Associação Aroeira é composto por um sistema de venda indireta, estabelecida por meio de parcerias com comerciantes na área turística da Foz do Rio São Francisco e na capital do estado, Maceió. Além disso, a associação mantinha relações mercadológicas com um intermediário de compra e venda no Estado de São Paulo, que, infelizmente, veio a falecer durante a pandemia do Covid-19. Além disso, a associação também emprega um sistema de venda direta, caracterizado pela venda aos consumidores finais mediante encomendas ou na própria sede da associação.

As coletoras de aroeira procuram utilizar os melhores produtos para a comercialização, mantendo assim o padrão de boa qualidade do produto. Quando os frutos não estão dentro desse padrão de qualidade, são moídos e utilizados como condimentos para temperos amplamente utilizados na culinária, evitando qualquer forma de desperdício.

No processo de construção da Associação Aroeira, destaca-se a importância da organização coletiva com a participação ativa das mulheres. Elas unem esforços para adquirir conhecimento em conjunto, visando promover a autonomia e o protagonismo feminino. A participação das mulheres na associação possibilita o acesso a capacitações, aumento do

aprendizado, recursos e oportunidades econômicas, trazendo benefícios significativos na obtenção de renda para suas famílias e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do trabalho dos pequenos extrativistas familiares. Essa abordagem não apenas contribui para o desenvolvimento sustentável, mas também para a preservação do ambiente.

1.6 Aspectos da autonomia das associadas

Com o objetivo de compreender melhor o modo de vida das associadas, a pesquisa explora a percepção das mulheres sobre possíveis mudanças nas relações familiares e no processo de conquista de autonomia por parte das associadas.

Apenas uma das sócias, a Associada 5, afirmou não ter percebido mudanças na sua relação com a família desde que ingressou na associação. Ela argumentou que, em sua concepção, não houve mudanças, pois sempre esteve envolvida em atividades fora de casa ao longo de sua vida. No entanto, as demais sócias entrevistadas observaram que a relação com a família mudou após ingressarem na associação. Elas compartilharam uma percepção comum de melhorias nas relações familiares desde que se tornaram membros da associação.

Entre as mudanças percebidas pelas associadas nas relações familiares, destaca-se o impacto nas famílias, caracterizado por um aumento da participação na constituição da renda familiar. Isso resultou em uma melhoria na alimentação da família, na alteração da forma de educar os filhos em casa e o compartilhamento do conhecimento adquirido na associação com os membros da família.

Além disso, houve observação de mudanças relatadas pelas entrevistadas nas condições de vida das mulheres associadas, decorrentes da participação em atividades na associação, levando ao crescimento pessoal e à independência financeira, além de contribuir para a preservação dos recursos naturais. Duas sócias ressaltaram a importância de adquirir conhecimento e habilidades a partir das experiências vivenciadas na Associação, resultando em maior autonomia, melhoria da autoestima e crescimento pessoal. Uma sócia mencionou que aprendeu a se comunicar e se expressar. Aqui, observou-se a importância do papel desempenhado pelas mulheres na Associação Aroeira, sua conquista de maior protagonismo dentro do grupo, bem como o impacto positivo das orientações recebidas pelo Projeto Aroeira sobre as atividades realizadas.

Chama atenção, nas falas das entrevistadas, a importância de se ter um trabalho e obter renda por meio dele. Assim, Bezerra (2013, p. 154) considera que “[...] a renda é a porta de

entrada para as mulheres buscarem sua autonomia [...]”. Dessa forma, a organização coletiva das mulheres acaba por contribuir para a melhoria das condições de vida das associadas. A Associada 6 (2024) destaca a importância do seu trabalho como uma fonte adicional de recursos financeiros, reconhecendo o valor da natureza e da disponibilidade dos recursos naturais, mas ressaltam a necessidade de esforço, engajamento e trabalho conjunto para garantir o sucesso coletivo: “Meu trabalho é bom pra mais dinheiro, mais bufunfa que cai pra gente. É bom sim. Agora, que tem gente que não ajuda, o meio ambiente ajuda a gente, a gente tem que ajudar também, tem que lutar também, trabalhar também, que ali é uma coisa que é da gente” (Associada 6, 2024).

É possível observar que as mulheres entrevistadas expressam de modo enfático a superação da dependência financeira de seus maridos. Elas relatam que a participação na associação ajudou a conquistar maior autonomia. Essa autonomia vai além da simples geração de renda, pois elas não apenas conseguiram aumentar sua renda, mas também adquiriram a capacidade de decidir como alocar essa renda. Isso lhes proporciona liberdade para tomar decisões quanto ao uso da renda gerada. Quando questionadas sobre o papel da participação na Associação Aroeira em sua autonomia, responderam que:

Sim, no meu caso não só depender do marido também é uma forma de ter autonomia né, de ter o seu próprio dinheiro, seu próprio trabalho é uma forma de ser independente, a associação traz isso (Associada 3, 2024).

Ficou mais independente, porque a mulher que trabalha né, tem o dinheiro dela na mão, aí é independente né, não depende muito do esposo em casa, não fica em casa esperando marido me dê aí ele diz: mulher tenho não (Associada 7, 2024).

O que eu queria fazer eu consegui através desse dinheiro, recebi meu dinheiro aí comprei a casa da minha filha. Criei meus filhos sozinha, meu ex-marido nunca deu uma pensão (Associada 6, 2024).

Oxe, é a melhor coisa. Eu não peço dinheiro ao meu companheiro, eu compro eu pago, eu não tenho que ficar fulano eu preciso disso ou fulano preciso daquilo, eu vou lá e compro, eu faço meus planos (Associada 1, 2024).

A organização das mulheres catadoras de aroeira, por meio do associativismo, incentivou a realização da atividade extrativista, proporcionando-lhes uma fonte de renda para sua própria subsistência e de suas famílias. No entanto, a venda proveniente de todos os produtos da associação ocorre de forma fracionada. Embora a pimenta rosa seja o principal produto, sua produção, assim como das demais frutas, depende de condições climáticas, o que pode resultar em colheitas variadas, levando a situações de instabilidade quanto à quantidade de produto comercializado, afetando diretamente a renda das associadas.

Ao analisar o nível de renda das mulheres extrativistas associadas, observa-se um nível de renda considerado baixo. A maioria das associadas entrevistadas pertence ao grupo com faixa de renda de até um salário mínimo (1000-1500 reais). É relevante notar que duas

dessas associadas são aposentadas, enquanto outras declararam que sua principal fonte de renda provém do recebimento do benefício do governo, Bolsa Família, e dos rendimentos de seus maridos. Uma associada relatou uma renda entre 1500-2000 reais, provenientes da venda do leite e produção de queijo. Outra associada afirmou uma renda semelhante, devido à sua participação ativa em todas as atividades da associação, não se limitando apenas à produção de pimenta rosa. Além disso, essa associada também recebe auxílios, como o Bolsa Família e uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ¹.

É importante ressaltar que as associadas não consideram que a renda proveniente de seu trabalho na associação é uma renda fixa, sendo considerada uma renda extra ou complemento, devido à sazonalidade dos frutos que são a matéria prima para a fabricação dos produtos. Assim, o dinheiro recebido é direcionado para necessidades individuais e para os cuidados com a família, em demandas que envolvam a casa e os filhos.

Vários estudos que investigaram a divisão do trabalho por gênero na agricultura sugerem que essa concepção de que o trabalho feminino realizado no campo representa apenas uma renda extra, reflete uma visão histórica arraigada na sociedade patriarcal, que subestima a importância do papel feminino na atividade econômica, e este acaba sendo reduzido diante do trabalho desenvolvido pelos homens. Nesse sentido, Oliveira (2022, p.109) “[...] aponta que tanto nos espaços da agricultura familiar ou em atividades de cunho extrativo, o trabalho produtivo feminino é visto como uma ajuda ou uma complementaridade da renda familiar”.

A conquista da independência financeira das mulheres da Associação Aroeira sempre esteve atrelada a muitos desafios. Segundo Chaves, Castro e Menezes (2018), ao se unirem em associações, as mulheres desempenham um papel coletivo significativo na busca pelo reconhecimento de seus direitos e pela valorização do trabalho feminino, fundamental para sustentar suas famílias. Nesse sentido, a criação da associação foi crucial para a organização produtiva dessas mulheres, contudo as associadas entrevistadas relatam a necessidade de serem valorizadas pelo seu trabalho e de ganharem visibilidade tanto na comunidade como na família. Elas apontam a falta de apoio por parte das autoridades políticas locais como um obstáculo para impulsionar a venda dos produtos fabricados na associação.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, as associadas entrevistadas expressam sentir-se representadas pela associação para discutir as demandas pertinentes ao trabalho que

¹ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) representa um estímulo fundamental para o ingresso de universitários nas pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento. Os projetos de pesquisa dos quais os alunos participam devem atender a critérios rigorosos de qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada por parte de um pesquisador qualificado.

desenvolvem. A organização da associação atua sob o princípio da autogestão, onde as decisões são tomadas pelo coletivo, proporcionando às associadas uma maior autonomia para se tornarem protagonistas de suas histórias.

Esse formato de organização fortalece a confiança entre as associadas, graças à transmissão das informações e a participação na gestão. A autonomia das mulheres na condução das atividades produtivas evidencia o desejo de transformar as condições de vida a que estão condicionadas.

Para a Associada 1 (2024), a implantação do Projeto Aroeira e a disseminação do associativismo entre as catadoras de pimenta rosa proporcionaram melhorias significativas em sua vida.

[...] Aqui eu conheci pessoas que me envolveu num círculo e me ajudou a chegar nesse lugar. [...] Às vezes eu paro pra pensar e começo a olhar a minha origem. Eu nasci de uma família pobre que não tinha nada, nem uma maçã. Hoje eu tenho casa, eu tenho terras, tenho autonomia de ir e voltar à hora que eu quiser (Associada 1, 2024).

A Associada 4 (2024) relata que “A associação melhorou, até hoje eu tive benefício que eu comprei de lá, como minha casa”. Segundo a Associada 6 (2024) “Porque foi o projeto melhor que teve ali, foi o melhor, as vendas foi melhor, a atenção é melhor, tudo ali é melhor”. A Associada 7 (2024) também compartilha sua experiência: “[...] a gente trabalha, ganha bem né na associação, assim, as que querem trabalhar e se interessam aí ganham bem né, quem não trabalha, não ganha né. Eu merma gostei porque ganhei bem na associação, mas eu trabalhava com força”. Ela ainda destaca a importância do trabalho realizado pelo Projeto Aroeira, mencionando uma vizinha que reformou completamente sua casa com o dinheiro ganho com a venda da pimenta rosa: “[...] ela ganhou muito dinheiro ali, viu. A mulher que mais tirava semente aqui de pimenta era ela, quando eu tirava 30 kg, ela tirava 50 kg a 60 kg. A casa dela era de taipa, caindo, não tinha banheiro, não tinha nada, ela conseguiu fazer a casa” (Associada 7, 2024).

Os depoimentos evidenciam transformações positivas nas vidas dessas mulheres. Suas habilidades foram ampliadas em várias áreas, e suas condições materiais foram modificadas, como quando mencionam que hoje tem casa e terras. O acesso a essas condições materiais e controle sobre os recursos financeiros gerados amplia a capacidade das mulheres de decidir sobre suas próprias vidas. Entretanto, as realizações não são iguais para todas as mulheres que fazem parte da associação, algumas conquistaram participação ativa em espaços públicos e

mediáticos, enquanto outras são mais reservadas. Ainda assim, todas essas mulheres conseguiram integrar-se a um sistema produtivo, alterando a realidade em que estão inseridas.

Para a Associada 1 (2024) a Associação Aroeira se destaca por ser pioneira em ser liderada por mulheres na comunidade. Ela enfatiza: "[...] A Associação Aroeira é a primeira associação organizada e liderada por mulheres aqui, foi à primeira. Então, a partir de todo nosso trabalho, hoje tem duas associações que nasceram através daqui e começaram a trabalhar na nossa cozinha" (Associada 1, 2024). Nota-se o orgulho que essa associada sente pelo trabalho desempenhado pelas mulheres da aroeira, que enfrentam longas e intensas jornadas de trabalho, dedicando seu tempo e esforço às atividades da associação, enquanto equilibram suas responsabilidades em suas propriedades, suas casas e com a família.

De acordo com Leonello (2010), a participação em empreendimentos solidários, como o associativismo, promove a geração de trabalho e renda resultando no aumento da renda dos participantes envolvidos. Essa prática é vista como uma experiência coletiva capaz de valorizar tanto os indivíduos quanto o trabalho por eles realizado. Assim, a cooperação entre os membros "[...] passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos" (Leonello, 2010, p.57).

Dessa forma, para as mulheres associadas, os processos de trabalho tornam-se ainda mais educativos. Além de aprender sobre o manuseio dos alimentos e o processo de beneficiamento, também desenvolvem a capacidade de formar opiniões e tomar decisões. Essa forma de geração de trabalho e renda, por meio da utilização dos recursos naturais disponíveis, geram novas perspectivas de vida, desviando-se da lógica excludente do mercado. Isso possibilita para que essas mulheres assumam o controle sobre seu trabalho, influenciem os rumos dessa organização e alcancem maior autonomia.

Entretanto, nas entrevistas, um problema identificado foi à baixa participação das associadas na administração e nas atividades da Associação. Segundo relatos das sócias entrevistadas ocorreram conflitos entre algumas associadas e a diretoria devido à maneira de como as decisões são tomadas. Embora ocorram as reuniões e assembleias, algumas associadas sentiam que a decisão já estivesse sido tomada pela diretoria e apenas informada a elas. Nesse sentido, Singer (2002) explica que na prática autogestionária os gestores das empresas solidárias frequentemente se deparam com questões urgentes, que exigem decisões rápidas, sem tempo para consultar outros sócios. Assim, nas assembleias, problemas e soluções adotadas são frequentemente relatados como fatos consumados.

Para Singer (2002, p.19) "o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios". Sendo assim, o autor considera que nas organizações coletivas que adotam a prática

autogestionária, as decisões são tomadas democraticamente pelo grupo, com participações e responsabilidades de todos, não ficando restritas apenas à direção da empresa, como ocorre em empresas tradicionais. Dessa forma, é possível verificar dificuldades no desenvolvimento de uma cultura autogestionária na Associação Aroeira, atribuídas a conflitos e entraves na gestão da associação.

Além disso, muitas associadas demonstraram desconhecimento sobre o processo de comercialização e a parte financeira, apontando que uma das sócias fundadoras, que atualmente ocupa a função de Diretora Financeira, é quem possui maior conhecimento técnico sobre esses aspectos. Apesar de considerarem o trabalho na associação uma prioridade, nem todas participam ativamente das reuniões ou das atividades devido a diversos fatores, como distância, falta de transporte, tempo limitado, responsabilidades domésticas e cuidados com a família.

De acordo com a diretoria, outro fator que contribui para a baixa participação é o imediatismo de algumas associadas em receber o pagamento pela venda de seus produtos, o que resultou, em uma redução no número de membros associados. A diretoria também aponta que existe uma falta de comprometimento por parte de algumas sócias e que muitas não demonstram interesse em participar da administração.

É notável uma liderança identificada na Diretora Financeira, à qual as associadas atribuem maior responsabilidade na gestão da Associação. A Diretoria menciona que nem todas as associadas possuem o sentimento de “pertencimento” que é essencial para o desenvolvimento da associação. Além disso, surgiram divergências em relação à forma como o dinheiro é utilizado, mantendo-se uma perspectiva de assalariamento por parte de algumas associadas, que sugerem a alocação dos recursos financeiros destinados a impulsionar as vendas e a produção para pagamento de salário. Contudo, essa perspectiva não contribui para o crescimento da associação.

Apesar das fragilidades enfrentadas, a gestão da associação promove a participação em todas as atividades realizadas para fortalecer os laços com as mulheres associadas. A associação organiza momentos de lazer, como encontros no Dia das Mães, oferecendo serviços de cuidados com a beleza, incluindo cabelo e unhas, proporcionando momentos de descontração e aumentando a afetividade do grupo. Isso fortalece a união das mulheres que trabalham juntas em busca de um bem comum. De acordo com relatos das sócias entrevistadas, há um forte estímulo para participar de cursos, reuniões e eventos.

A Associada 5 (2024) compartilha que nos encontros realizados pela associação ocorrem bons momentos de partilha:

“Gosto de participar muito da reunião, porque você fica sabendo de toda opinião daquelas mulheres. Porque tem umas que são muito tímidas ficam lá quietinhas, eu mesmo sou quietinha e não gosto de falar muito né, através daquilo ali você fica sabendo o que aquela pessoa pensa, do que ela gosta”.

A oferta de um ambiente de interação e de convivência causa impactos benéficos nos associados. Como afirmam Skonieczny e Schafaschek (2015, p. 35) “[...] o relacionamento interpessoal presente afeta a estrutura sociocultural e o ambiente físico, bem como aqueles envolvidos”. Dessa forma, a interação social entre os membros não apenas suaviza a rigidez do trabalho, mas também fortalece os laços afetivos e sociais, promovendo uma atualização constante dessas relações (Mota et al., 2011).

Todas as entrevistadas afirmaram que não enfrentam impedimentos ou dificuldades por parte de seus familiares para participar das atividades na associação. No entanto, em momentos de interação entre as sócias, foi compartilhado que algumas foram vítimas de dependência e violência de gênero, tanto verbal quanto física, dentro de seus lares. Essa interferência dos companheiros levou algumas delas a abandonar a participação na associação, enquanto outras optaram por romper esses relacionamentos abusivos. Assim, é possível observar que algumas mulheres estão começando a exercer protagonismo em suas vidas, especialmente ao romper com relacionamentos abusivos. O envolvimento na associação, e conseqüentemente a geração de renda própria, proporcionou-lhes segurança para garantir a reprodução socioeconômica familiar, com capacidade para tomar decisões sobre suas vidas e as de suas famílias.

Com relação à superação da dependência e violência de gênero, pode-se mencionar o caso da Associada 1. Ela relata não ter recebido apoio do ex-marido e ter a obrigação de conciliar o trabalho doméstico dentro e fora do lar pra conseguir sustentar a família. Essa associada explica que foi por meio da associação que pôde ampliar e aprimorar suas habilidades, conquistando autoconfiança e independência financeira, o que lhe permitiu libertar-se do relacionamento abusivo e tornar-se a chefe da família.

A literatura mostra que é comum às mulheres enfrentarem várias privações, como a falta de acesso a terra, escolaridade e planejamento familiar o que muitas vezes as levava a se casar cedo. A falta de oportunidades educacionais e econômicas para as mulheres as levam a ver o casamento como uma das poucas opções disponíveis para melhorar sua condição. Isso dificulta sua participação social, com maior risco de violência doméstica, menor autonomia, sem participação nas decisões familiares e longe de alcançar uma vida digna.

Segundo Hora e Butto (2014, p.26) a promoção e beneficiamento do desenvolvimento para as mulheres “[...] implica em garantir o acesso das mulheres aos bens naturais, aos recursos financeiros e aos serviços rurais, independente da sua condição civil, ou seja, sem a mediação dos homens [...]”. Assim, isto se faz necessário para superar a atual forma de inserção desigual das mulheres no desenvolvimento de atividades promovendo a sua inserção econômica autônoma e sustentável.

A associada 1, que se casou jovem devido às dificuldades em casa, incluindo o trabalho desde a infância e a falta de algumas oportunidades, esperando que o casamento trouxesse mais liberdade, mas encontrou desvalorização e falta de apoio por parte do marido, é um exemplo da dinâmica de gênero dentro das relações conjugais. Sua decisão de se separar após começar a trabalhar na associação e ganhar outras perspectivas para sua vida também reflete a importância do aspecto econômico para engendrar mudanças em outras dimensões na vida das mulheres.

Maciel (2020) destaca que a independência financeira é, sem dúvida, um dos pilares para que as mulheres conquistem autonomia e se afirmem em suas vidas. No entanto, é importante destacar que essa independência precisa estar acompanhada de condições e capacidades que permitam a atuação livre das mulheres em suas escolhas, na tomada de decisões e no planejamento de suas próprias vidas. Estudos mostram que, além do aspecto financeiro, para que as mulheres alcancem uma verdadeira autonomia, é necessário um ambiente que promova sua capacitação, acesso à educação, saúde, segurança e igualdade de oportunidades.

Nesse contexto, a Associação Aroeira desempenha um papel importante no apoio à independência dessas mulheres, proporcionando espaços para interação com indivíduos fora de seu círculo familiar. A participação nessa associação tem promovido uma maior mobilidade e oportunidades de inserção em diferentes esferas sociais, permitindo que estabeleçam suas próprias redes de relacionamento, compartilhem informações e conhecimentos, e construam laços de solidariedade.

É perceptível o comprometimento de todas as entrevistadas com a continuidade e o progresso do empreendimento. No entanto, quase todas elas não demonstram desejo de que seus filhos participem do trabalho extrativista, devido às dificuldades enfrentadas nesse tipo de atividade. Em vez disso, expressam o desejo de que seus filhos desenvolvam uma consciência de preservação ambiental e se engajem no reflorestamento das áreas degradadas. Além disso, mostram interesse para que os filhos continuem nas atividades do processo de beneficiamento dos frutos processados na associação. Essa atitude reflete uma preocupação

com a sustentabilidade ambiental e o legado deixado para as futuras gerações, evidenciando a importância atribuída à conservação da natureza e ao desenvolvimento de práticas que promovam a regeneração dos ecossistemas degradados.

Não se pode desconsiderar também o impacto da pandemia do COVID-19 na percepção das mulheres sobre seu trabalho. No contexto pandêmico a Associação Aroeira viu-se obrigada a manter suas atividades paralisadas, o que resultou na estagnação do seu desenvolvimento e prejudicou a renda das associadas.

A gente fechou as portas durante 02 anos, prejudicou bastante porque a gente saiu com os produtos que foram desenvolvidos e não colocamos porque veio a pandemia, até hoje a gente ainda tá sofrendo com as consequências da pandemia. A gente passou dois anos sem coletar a pimenta rosa aí em 2022 veio as chuvas pesadas que ninguém coletou nada e 2023 foi a mesma coisa, então basicamente são 04 anos com o mínimo de pimenta rosa, foi um impacto muito grande, mas as contas vêm. Quem tinha bolsa família e o auxílio que manteve todo mundo, o maior cliente que nós tínhamos morreu de Covid. Mas esse ano de 2024 as coisa vai melhorar, eu tenho muita fé que não vai ter muita chuva (Associada 1, 2024).

Essa interrupção prolongada das operações teve um impacto negativo não apenas nas finanças da associação, mas também no sustento das pessoas envolvidas nessas atividades extrativistas. A recuperação dessas perdas pode ser um desafio considerável e exigirá esforços coordenados e apoio adequado para mitigar os impactos a longo prazo.

Outra situação que vem gerando dificuldades para as extrativistas é causada pelas chuvas intensas ocorridas nos últimos anos, que resultaram em uma diminuição drástica na produção dos frutos, afetando diretamente a produção e fonte de renda das associadas. De acordo com a Associada 7 (2024) “A queda tá grande, tem dois anos que tá fraco. Esses dois anos muito chuvoso aí não deu não semente. Depois desses dois anos de inverno bem chuvoso aí caiu muito à produção”.

Como se constatou ao longo desse resgate histórico e caracterização da Associação no contexto atual às políticas públicas cumprem papel essencial nesse processo de organização produtiva das mulheres. Nesse sentido, considera-se pertinente realizar um debate sobre políticas públicas, buscando analisá-las em perspectiva teórica e fazendo um breve resgate de como vem sendo implementadas no Brasil para identificar as transformações que o contexto macroeconômico vem produzindo nas políticas públicas e os rebatimentos socioespaciais que produz, sobretudo, para os grupos sociais que carecem dessas políticas, como é o caso das mulheres extrativistas de Piaçabuçu. O próximo capítulo tem como escopo esse debate sobre as políticas públicas e o caminho percorrido pelas mulheres em busca de acesso a essas políticas.

CAPÍTULO 2: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL

Este capítulo analisa as políticas públicas no Brasil e as mudanças ocorridas no contexto neoliberal. Discute como o novo gerencialismo público tem levado à redução da atuação do Estado na implementação de políticas sociais e ao aumento do papel do setor privado na execução de projetos voltados para demandas sociais. Além disso, apresenta como a organização das mulheres rurais influenciou o Governo e promoveu a criação de programas direcionados às mulheres rurais brasileiras. O capítulo também aborda os programas e políticas destinados às mulheres rurais e como as mulheres acessam as políticas e programas ofertados pelo Governo.

2.1 Políticas Públicas

Originada nos Estados Unidos da América – EUA, no início dos anos 1950, os estudos da análise de políticas públicas surgiram nos espaços acadêmicos analisando diretamente a ação dos governos (Souza, 2006), que foram se transformando e se expandiram ao longo dos anos, sendo assim, é importante “[...] compreender as razões pelas quais os governos escolhem determinadas ações para executar medidas empíricas [...]” (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 14).

Segundo Souza (2006) na área das políticas públicas se destacaram quatro teóricos considerados fundadores, H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965). A expressão análise de Política Pública (Policy Analysis) apresentada por Laswell (1936) procurou conciliar conhecimento científico e acadêmico com a produção de ações governamentais. Buscou identificar opções de políticas que resolveriam o problema com base exclusiva na racionalidade buscando eficiência e eficácia, partindo desse princípio a racionalização seria o único caminho para a organização da sociedade (Souza, 2006).

Como aponta Souza (2006) o conceito de Policy Makers foi introduzido por Simon (1957) para apresentar o conceito de racionalidade limitada às interpretações dos tomadores de decisão. Os tomadores de decisão possuem um número limitado de alternativas, seja por falta de informação, pouco tempo para chegar a uma decisão ou por suas próprias preferências

e interesses, assim, é necessário um arcabouço teórico que enquadrem o comportamento dos autores para dar suporte às ações que deveriam ser racionais, levando os tomadores de decisões a utilizar e explorar as informações disponíveis até alcançar a melhor alternativa a ser tomada diante das possibilidades mais viáveis disponíveis naquele momento.

Segundo Souza (2006) o autor Lindblom (1959) crítica à racionalidade nos processos de políticas públicas de Laswell e Simon, pois os tomadores de decisão deixavam de analisar outras variáveis que estão sujeitas a tomada de decisão. O tomador de decisão não teria sua ação racionalmente organizada, mas com distintas estratégias que o levariam ao incrementalismo ou método das comparações sucessivas, com tentativas e erros para redução das alternativas, dessa forma o processo decisório não teria necessariamente um princípio e um fim bem definidos. As políticas são construídas em um processo de aproximações sucessivas aos objetivos pretendidos, precisando incorporar variáveis ignoradas pelas abordagens racionalistas, como o papel das eleições, dos partidos, grupos de interesse e das burocracias, assim, as políticas seriam construídas e reconstruídas interminavelmente.

Para Easton (1965) as políticas públicas são um produto da relação entre o processo político, o contexto social e econômico. As políticas públicas sofrem influência através da apresentação de exigências, problemas e necessidades intermediada pelos inputs (partidos, grupos de interesse, da mídia) que também alimentam e mantêm ativo esse sistema (Souza, 2006).

Existem várias definições para políticas públicas, para Thomas Dye (1975, p. 2), políticas públicas são “[...] o que quer que os governos escolhem fazer ou não fazer [...]”, assim, o Governo é o principal produtor de políticas públicas. Simeon (1976 p. 548) define que a política pública é “o que os governos fazem e porque o fazem”. Para Jekins (1978, p.4) política pública é “[...] um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator - ou grupo de atores – de acordo com uma seleção de meios e objetivos e dentro de uma situação onde as decisões, em princípio, estão naquilo que os atores podem obter”.

Segundo Muller (2003) as políticas públicas são compostas por ações coordenadas realizadas com o objetivo de alcançar evolução ou modificação no problema público ou coletivo. Corroborando, Pal (1992) considera que uma política pública é constituída por uma série de ações ou falta de ações que autoridades públicas escolhem para responder a um problema ou um conjunto deles. Contudo, o questionamento: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz de Laswell tornou a sua definição de política pública mais conhecida, assim,

esse questionamento consiste em responder provocações que orientam o estudo do que pode ser considerada uma política pública (Souza, 2006).

Uma política pública para ser implementada passa por processos, onde o todo é considerado mais importante. O campo das políticas públicas é heterogêneo, existem vários aspectos que influenciam uma política que vão desde diferentes ambientes institucionais, decisões variadas e diversos atores, destarte, é possível perceber que as políticas públicas depois de formuladas irão se transformar em programas, planos e projetos que carecem de acompanhamento e análise constante (Souza, 2006).

A formulação de políticas públicas confere legitimidade ao Estado e ao Governo, constituindo o estágio em que os governos democráticos convertem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que trarão mudanças para o povo. Dessa forma, Souza (2006, p.26) resume política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Nesse contexto, as decisões públicas são consideradas estratégias adotadas para consolidação da democracia, manutenção de poder e bem estar social, orientando as ações que compõe a política pública. Assim, Saraiva (2006, p.29) define política pública como:

“[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos”.

No processo de política pública o Estado possui uma autonomia relativa que gera determinadas capacidades criando oportunidades para implementação e execução de políticas públicas, com um espaço próprio de atuação no qual recebe influências por fatores externos e internos. Contudo, não apenas os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, mas também, os grupos de interesse e movimentos sociais compõem outros segmentos que influenciam na elaboração da política pública, mas existem limites à atuação dos entes não estatais.

2.2 Os rebatimentos do neoliberalismo nas políticas públicas

Com a crise estrutural do capitalismo, em 1970, o Estado do Bem Estar Social e as políticas públicas sofreram com as transformações, retomada e ampliação da acumulação capitalista incidindo diretamente sobre os direitos trabalhistas. A grande questão dessas transformações era a crise do capital, o encolhimento das taxas de lucro, que de acordo com Hayek (1977), o pai da ideologia neoliberal, precisava de mudanças para chegar a melhores resultados econômicos que resultariam na não intervenção do Estado sobre o mercado.

Para os neoliberais, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da acumulação capitalista e também o responsável pela crise são as ações do Estado na forma de políticas públicas sociais para tentar harmonizar os desequilíbrios gerados pelo capitalismo. “[...] A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio [...]”. (Höfling, 2001, p.37).

A ideologia neoliberal projeta uma cultura movida pela busca de soluções ágeis e eficientes. Para Souza (2006, p. 34) “[...] a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política [...]”. A razão para a ênfase na eficiência está na crise fiscal e ideológica do estado, pois os neoliberais consideram que as instituições públicas estavam sendo influenciadas pelas políticas distributivas² e redistributivas, deixando de lado o caráter eficiente.

Para Souza (2006) o trabalho de Olson (1965) mesmo que indiretamente, favoreceu o ataque às possibilidades das ações coletivas interferindo nas decisões sobre políticas públicas. Para Olson (1965) existe um interesse público que não é a soma dos interesses dos grupos, assim, pequenos grupos têm capacidade de organização de interesses substancialmente superior à dos grandes grupos, isso acontece porque a coletividade geralmente encontra

² As Políticas Distributivas não consideram a limitação dos recursos públicos e possuem características de concentração de benefícios por algum grupo em detrimento de outros, são determinadas a atender a necessidades de um determinado grupo social que não possui as mesmas oportunidades para desfrutar de determinado direito. As Políticas Redistributivas têm o benefício direcionado para uma categoria e resulta em custos sobre as outras, assim como nas políticas distributivas também são voltadas para um grupo específico, mas neste tipo de política, o objetivo é redistribuir bens, recursos e serviços.

dificuldades práticas de lutar e se organizarem com os interesses difusos de muitos. Sendo assim, as formas de organização de grandes grupos, não teriam o poder de pressão e articulação de pequenos grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas, a derrota da classe operária, por exemplo, implica na destruição de direitos conquistados no contexto das políticas do Estado de Bem Estar Social favorecendo as taxas de exploração e lucratividade do capital (Olson, 1965).

Entre os rebatimentos do neoliberalismo nas políticas públicas está o Novo Gerencialismo Público ou New Public Management (NPM). Nascido nos países anglo-saxões a NPM refere-se a um conjunto de reformas inspiradas nos métodos e formas de gestão do setor privado (Reis, 2019). Segundo Melo (2022), os preceitos do novo gerencialismo foram transferidos a diversos países ocidentais transmitindo a ideia de modernizar e inovar o setor público, visando racionalizar a máquina burocrática considerada incapaz de prover serviços de maneira eficiente, além de reduzir os gastos públicos e, conseqüentemente, diminuir a presença do Estado. Com efeito, a aplicação da NPM resultou na privatização e terceirização de algumas áreas que antes eram de responsabilidade do setor público e no aumento da exclusão, do desemprego e da desigualdade (Brito, 2016).

O destaque para a questão da eficiência tem como finalidade ressaltar que as novas políticas públicas poderiam diminuir os riscos da ação coletiva, assim seria facilmente aplicada a desregulamentação e privatização (Souza, 2006). O governo está delegando parte de sua responsabilidade para outras instâncias visando à racionalidade das políticas públicas, assim, no Estado neoliberal as estratégias e ações sociais governamentais incidem principalmente em políticas compensatórias, em programas focalizados que tenham ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia.

O Estado é o responsável pela execução das políticas públicas, no entanto, a abordagem neoliberal afirma que o Estado apresenta falta de capacidade para gerir com qualidade todas as ações sociais. Sendo assim, nessa ótica, o remédio para acabar com a crise seria a redução dos gastos públicos com gastos sociais e nas intervenções econômicas, levando a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa para manter a estabilidade monetária como meta de qualquer governo (Anderson, 1995).

Nesse contexto, a presença de um estado mínimo necessário apenas para reprodução do capital levaria a um liberalismo econômico, assim, o mercado se conduziria livremente a melhores resultados econômicos. Dessa maneira, para o ideário do neoliberalismo o privado é

eficiente e produtivo, enquanto a noção de público é reconfigurada para uma gestão sem eficácia tornando-se ineficiente e com gastos desordenados.

A redução gradativa da intervenção estatal na economia e na sociedade ocasionou “[...] uma modificação organizacional, estrutural e funcional do Estado, minimizando o seu papel (no que diz respeito à garantia dos direitos sociais), tendo como principal preocupação limitar a esfera de influência do público no privado [...]” (Giron, 2008, p.19).

O Consenso de Washington, na reunião ocorrida em 1989, juntamente com técnicos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional – FMI, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o governo dos Estados Unidos definiram orientações neoliberais sugerindo diminuir a interferência do Estado nos setores da sociedade e da economia. Essa reestruturação baseia-se na redução do papel do Estado na abertura econômica e comercial permitindo ao capital internacional o investimento direto (de acordo com suas necessidades e interesses) nos países em desenvolvimento, além de diminuir a intervenção estatal e sua participação na sociedade, sem interferir nas privatizações e demissões, com desregulamentação trabalhista, criação de contratos temporários e terceirizações (Negrão, 1996).

Segundo Bresser Pereira (1996) a crise fiscal do Estado é considerada a causa da crise econômica, admitindo assim que o Estado tem um importante papel econômico, era imprescindível à reforma do Estado e a redefinição do seu modo de intervenção na economia para que a capacidade financeira e administrativa de governar fosse restabelecida.

A crise do Estado possui três aspectos: uma crise fiscal que diz respeito à perda do crédito público com elevada dívida pública, déficit público, altas taxas de inflação, elevadas taxas de juros internas e taxas decrescentes de crescimento; a crise do modo de intervenção refere-se à exaustão das formas protecionistas de intervenção, subsídios e excessos de regulação; a crise da forma burocrática de administração do Estado que pode ser atribuída à rigidez e ineficiência do serviço público (Bresser Pereira, 1996).

Bresser Pereira (1996) aponta ainda para o fato de que se o Estado social entrou em crise, uma das causas foi à estratégia burocrática de monopólio sobre os serviços sociais de saúde, educação e assistência social por meio da contratação de funcionários públicos, sendo assim, a solução para superar essa crise era tornar esses serviços não-exclusivos de Estados, executando-os por intermédio de organizações públicas não-estatais competitivas. Dessa

forma, o compromisso do Estado é continuar subsidiando a implementação dos direitos sociais, mas viabilizados pelo mercado.

O Estado deixa então de “[...] promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a própria sociedade, dada a suposta incapacidade deste Estado de responder a todas as demandas sociais” (Cruz, 2003, p. 65). A redução das funções do Estado ao mínimo incorre no repasse de demanda para a iniciativa privada, fortalecendo a segmentação social da população que terão que pagar para ter acesso a serviços que antes eram ofertados pelo setor público, assim os direitos sociais se transforma em mercadorias favorecendo o setor privado que se apropria dos bens públicos.

Segundo Silva (1999) no neoliberalismo os serviços sociais básicos passam a ser transferidos a esfera privada e a dinâmica do mercado. O sacrifício dos direitos básicos, sociais e políticos proposto pelo neoliberalismo levam ao distanciamento da democracia, que levará a uma participação estatal minguante no controle dos desajustes provocados pela desregulação dos mercados e incentivos a uma tendência igualitária (Negrão, 1996).

A noção de público e privado adquiriu uma nova forma pela privatização, terceirização, flexibilização e abertura econômica, reconfigurando as conquistas históricas da classe trabalhadora sendo substituídas por políticas precárias ou mesmo eliminadas, mudando a forma de produzir “[...] substituindo o trabalhador fordista por um trabalhador diversificado e plural, sendo uma condição objetiva para o desgaste e desmonte das organizações sindicais, tendo em vista o desemprego estrutural e as formas fragmentadas de trabalho [...]” (Mazetto, 2015, p. 13).

Mazetto (2015, p.13) aponta ainda para a reforma do Estado ter sido conduzida por “[...] processos acelerados de privatização e desestatização das coisas e serviços públicos, ampliando as manobras do capital no sentido de encontrar áreas para acumulação ampliada de sua lucratividade [...]”. Nesse sentido, o neoliberalismo assume o controle das políticas públicas com redução dos gastos sociais pautados nos princípios neoliberais de privatização.

O desenvolvimento dos segmentos privados que passam a executar as políticas públicas se fortalecem diante da ideologia da eficiência e impossibilidade do Estado de atender as gigantescas demandas de “[...] atendimento e transferindo, ou concedendo em forma de mercadoria (e não mais direitos) para o meio empresarial (ou na figura disfarçada de

Ongs [...] a realização, sob remuneração e garantias de risco quase zero, de serviços públicos de forma mais eficiente” (Mazetto, 2015, p. 14).

O discurso da reforma neoliberal tem como justificativa contribuir para o desenvolvimento e criar políticas para combater os problemas socioeconômicos, objetivando o fortalecimento do Estado, de aumentar a sua governança. No entanto, para promover esse Estado forte, são realizadas diversas operações financeiras, nas quais organismos internacionais viabilizam empréstimos para os países em desenvolvimento com cláusulas que, por vezes, ultrapassam as taxas de juros praticadas no mercado, prevendo penalidades rigorosas como multas e suspensão de repasses, caso o país beneficiado não possua condições de cumprir os acordos e metas estipulados (Fonseca, 1998).

Desse modo, os enormes volumes de dinheiro emprestado aos países subdesenvolvidos, nesse caso ao Brasil, os tornam dependentes do auxílio financeiro do sistema monetário, desembocando em endividamento público que tem sido utilizado como instrumento de captação de recursos públicos para o setor financeiro privado. A monstruosa dívida pública brasileira gera diversos malefícios a coletividade, ocasionou uma situação de dependência dos países periféricos que além de precisarem acatar as determinações dos países centrais são também dominados pelo mercado financeiro internacional.

A proposta de reforma, a fim de conceder auxílio para revitalizar as economias dos países latino-americanos devastadas pela crise econômica resultou na redução do Estado ao mínimo no que tange às políticas sociais. Desse modo, a partir da década de 1990 se estabeleceu um conflito entre as demandas da sociedade expressas na Constituição de 1988 e a redução de recursos para viabilizar as políticas públicas em decorrência da adoção do receituário neoliberal na condução macroeconômica do país. Esse contexto conflitivo será analisado no próximo item.

2.3 Políticas Públicas no Brasil

Enquanto a Ciência Política se ocupa em compreender as formas de acesso ao Estado, o processo de estabelecimento da agenda e de formulação de políticas, bem como a relação entre instituições e atores no processo de tomada de decisão política, a Administração Pública passou a ser percebida como o momento técnico de execução, resultante do processo político

anterior. Segundo Fernandes (2007) as políticas públicas se expressam por meio de duas dimensões: uma dimensão de caráter administrativo e técnico, e outra de natureza política.

“[...] costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto ‘político’ propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório”. (Fernandes, 2007, p. 203)

A partir do término dos anos 70 até a primeira metade dos anos 80, surge no Brasil a área de estudos voltada para as políticas públicas, decorrente da transição do regime autoritário para a democracia. Segundo Hochman, Arretche e Marques (2007) a definição das políticas públicas no Brasil é bem recente, os estudos das políticas públicas tratavam da análise das estruturas e instituições ou da caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. A inclusão das políticas setoriais na pauta de políticas visa à compreensão do funcionamento do Estado brasileiro, através da análise das características institucionais de tais políticas. Considerando a estrutura interna do Estado, suas bases sociais e seus fundamentos doutrinários, esses elementos são considerados variáveis explicativas essenciais.

No Brasil, a década de 1980, foi marcada por um período de profundas mudanças políticas, sociais e institucionais, reflexos do intenso processo de lutas em busca da democracia da gestão pública brasileira. Iniciaram-se a trajetória de lutas e mobilização pela democratização com participação efetiva da sociedade nos processos de decisão da gestão e controle dos recursos públicos. O processo de ruptura da ditadura militar foi intensificado pela participação de setores organizados da sociedade que lutavam por melhores condições de vida buscando formas e instrumentos capazes de influenciar as administrações públicas no país (Rocha, 2009).

A Constituição Federal de 1988 é um marco legal de garantias e direitos da sociedade. Propiciando, assim, a partir de duras lutas, o direito a participação da população através de organizações representativas nas manifestações pelo reconhecimento de seus direitos políticos e cidadania, dessa forma esta garantida a participação da população no processo de formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis do governo (municipal, estadual e federal). A constituição de 1988 apresenta uma nova forma de gerenciar as políticas

públicas, introduzindo novos mecanismos nos processos de tomada de decisão garantindo uma gestão descentralizada e participativa.

Nos anos de 1990, a análise da produção de políticas públicas passou a ser debatida pela perspectiva de suas relações com as instituições políticas, sua capacidade de afetar as estratégias dos atores e as decisões tomadas, esses elementos passaram a ser a principal variável explicativa (Hochman; Arretche; Marques, 2007).

[...] ao final dos anos de 1980 aos anos de 1990 as propostas de mudanças políticas se foram redefinindo, sendo enfatizada a necessidade de estabelecimento de prioridades de ação, a busca de novas formas de articulação com a sociedade civil e com o mercado, envolvendo a participação de ONG's, comunidade organizada e setor privado na provisão de serviços públicos e a introdução de novas formas de gestão nas organizações estatais, de forma a dotá-las de maior agilidade e efetividade, superando a rigidez derivada da burocratização estatal e da hierarquização excessiva dos processos decisórios. (Rocha, 2009, p. 45)

Os preceitos que fundamentam a Reforma correspondem à análise de que o Estado como principal indutor de crescimento econômico não seria capaz de dominar os conflitos sociais de um país com graves desigualdades sociais e econômicas. Nessa perspectiva, a visão neoliberal considera que o papel do Estado enquanto condutor de políticas públicas deve ser limitado, garantindo ao indivíduo o direito a liberdade econômica e apropriação de bens (Oliveira, 2006).

Segundo Oliveira (2006) a Reforma do Estado no Brasil aparece intensificada na central da agenda política dos anos de 1990, revisando as funções do Estado que se processa em longo prazo e pode ser dividida na fase da abertura dos mercados, privatização e desregulamentação e em outra fase corresponde à reconstrução das capacidades administrativas e institucionais do Estado. Esse processo deve ser entendido no contexto de redefinição da função do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento social e econômico e passa a desempenhar a função de promotor e regulador desse desenvolvimento (Oliveira, 2006).

De acordo com Bresser Pereira (1998) a reforma do Estado brasileiro conjuga quatro processos interdependentes: a) Reestruturação das funções do Estado com o objetivo de reduzir seu tamanho nesse processo está inserida as ideias de adoção de programas de privatização, terceirização e publicização; b) Diminuição da interferência do Estado, por meio da implementação de programas de desregulamentação e realização de reformas econômicas

voltadas para o mercado; c) Aumento da governança do Estado existem três aspectos, um refere-se à capacidade do governo implementar políticas públicas de maneira eficiente e em cooperação com a sociedade, o segundo envolve o ajuste fiscal voltado para a recuperação da autonomia financeira do Estado e o terceiro corresponde a implementação da administração pública menos burocrática; d) Reforço da governabilidade, que consiste em fortalecer a capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

A tão sonhada participação democrática nas decisões e ações públicas tem sido conquistada diante de um processo de duras lutas pela sociedade em um Estado privatista. Nesse sentido, para Rocha (2009) as mobilizações sociais ocorreram para afirmar a participação na gestão pública mesmo diante de um Estado paternalista.

[...] Trata-se, no Brasil, de um Estado com uma história de mistura promíscua entre o público e o privado, marcada pela exclusão de conquistas sociais e democráticas coletivamente construídas, apesar de os segmentos sociais definirem persistentemente seu lugar como atores nessa história, bem como de suas possibilidades de participar da fixação de seus rumos [...]. (Rocha, 2009, p.46)

Desde o início da década de 1990 com a redução dos recursos para que o Estado implementasse as políticas sociais se ampliou o papel do setor privado na implementação de projetos voltados para atender demandas sociais, como a geração de emprego e renda. Portanto, é nesse cenário complexo de maior participação social, mas também de influência do neoliberalismo tanto no âmbito da política macroeconômica quanto das políticas públicas que se ampliam as políticas públicas para o campo no Brasil.

Os programas de combate à pobreza alinhado com o crescimento econômico constitui a reestruturação socioeconômica proposta pelo Governo Federal, contudo, conforme enfatiza Souza (2015) e Echeverri (2010), a implantação de políticas públicas direcionadas às demandas do agricultor familiar convencional, dos assentados, dos quilombolas, pescadores e extrativistas não pode ser reconhecida como um ato de boa vontade dos gestores nacionais, mas sim, como resultado da pressão exercida por atores rurais através da organização de movimentos sociais que lutam pela terra e pelo reconhecimento dos direitos do trabalhador rural. É no bojo dessas lutas pela ampliação dos direitos sociais que as mulheres do campo se fortalecem como protagonistas de reivindicações por políticas públicas voltadas para as mulheres do espaço agrário.

2.4 Políticas públicas para mulheres do campo

Segundo Uchôa (2019), no Brasil, a partir de 1985, o movimento de mulheres ganhou força lutando pelo reconhecimento dos direitos das mulheres a terra. Durante o Governo de José Sarney, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), para participar das discussões sobre a nova Constituição Federal e garantir a expansão dos direitos das mulheres, com o objetivo de combater a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais. A autora destaca que o CNDM obteve grande representatividade frente ao Estado com as demandas das mulheres. No entanto, conforme aponta Pimenta (2010), em 1989, devido à crise econômica ocorreu um corte orçamentário que atingiu o CNDM impactando negativamente em suas ações e programas.

Historicamente, os movimentos sociais rurais desempenharam papel crucial na efetivação de políticas públicas “[...] como a luta pela terra na efetivação da política de assentamentos, o movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social rural e um crédito agrícola voltado especificamente para a agricultura familiar [...]”. (Heredia e Cintrão, 2006, p.6).

Segundo Aguiar (2016) as atividades desempenhadas por mulheres rurais foram marcadas como trabalho reprodutivo, considerado improdutivo e sem valor monetário, onde o trabalho na agricultura é considerado produtivo quando é atribuído aos homens. Nesse sentido, Bordalo (2011) aponta que a luta pelo direito a sindicalização e por direitos sociais se constituiu como eixo de mobilização dos movimentos de mulheres para conquistar espaços, onde fosse possível questionar a invisibilidade do trabalho realizado pela mulher no meio rural batalhando pelo “[...] reconhecimento do estatuto profissional de trabalhadora e, por consequência, a garantia de direitos trabalhistas e direitos previdenciários então existentes somente em áreas urbana [...]” (Bordalo, 2011, p.28).

Conforme Deere (2004) a participação das mulheres rurais no processo de construção da Constituição de 1988 foi imprescindível para garantir oficialmente a igualdade de direitos entre homens e mulheres, proporcionar a inclusão das mulheres como beneficiárias na previdência social, bem como assegurar às mulheres o direito à aquisição de terras,

estabelecido no Artigo 189, paragrafo único, que trata dos beneficiários da distribuição das terras pela reforma agrária, dispõe que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil nos termos e condições previstos em lei” (Artigo 189). Somente após a constituição de 1988 as mulheres do campo conquistaram os mesmos direitos que os homens rurais, assim, o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres a terra reflete a busca por autonomia e empoderamento feminino, sendo importante para minimizar as desigualdades no acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais das trabalhadoras rurais.

Conforme Brumer (2004), as reivindicações dos movimentos sociais colocaram o trabalho rural como um dos pontos centrais de debate durante a formação da constituinte, impulsionando assim, a inclusão e aprovação de leis que garantissem o acesso das mulheres rurais aos benefícios e direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores rurais em geral. Essas discussões enfatizaram a informalidade do trabalho rural, e evidenciaram a situação precária das mulheres rurais, que historicamente foram negligenciadas no reconhecimento de seus direitos.

Estudos sobre movimentos sociais apontam que o movimento entre as trabalhadoras rurais no Brasil buscou ampliar seu espaço político e reivindicar direitos fundamentais. Segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016, p. 398), [...] As principais questões centravam-se no reconhecimento da profissão de agricultoras e não mais como doméstica ou “do lar”, buscando quebrar a invisibilidade do trabalho da mulher na propriedade [...]. As trabalhadoras rurais se mobilizaram em resposta às condições precárias de trabalho, à falta de acesso a direitos básicos e à marginalização política que enfrentavam. Dessa forma, as mulheres rurais estavam reivindicando não apenas direitos individuais, mas também uma mudança nas estruturas que perpetuavam a desigualdade e a exclusão.

No Brasil, a primeira década dos anos 2000 pode ser considerada como o período de lutas das mulheres pelo reconhecimento profissional enquanto agricultoras. Foi nesse período que as “[...] agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado [...]” (Siliprandi, 2011, p. 172).

Durante os governos de Lula e Dilma, no período de 2003 a 2015, de acordo com Filipak (2017), os movimentos sociais conquistaram espaços para debater e construir políticas

públicas voltadas para as mulheres rurais. Nesse período, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental foram oficializadas, com uma ênfase especial na busca pela igualdade social e de gênero e no fortalecimento da autonomia da mulher que vive no campo.

Heredia e Cintrão (2006) apontam ainda que em 2003, durante a segunda Marcha das Margaridas³, as camponesas entregaram uma série de reivindicações ao Presidente da República, abrangendo questões relacionadas à reforma agrária, acesso a terra, ampliação e garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres rurais. Além disso, incluíam-se outras demandas, tais como:

[...] acesso das mulheres rurais a políticas que fortaleçam seu papel enquanto agricultora, como o acesso ao crédito (com a criação de uma linha especial de crédito agrícola voltado para as mulheres agricultoras familiares: o Pronaf – mulher), o acesso das mulheres aos programas de geração de renda e formação profissional, à assistência técnica, a programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar, participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental [...] (Heredia e Cintrão, 2006, p.9).

Os movimentos de mulheres desempenharam um papel fundamental na luta pelos direitos e pela ampliação das políticas públicas para mulheres. Segundo Pontes e Damasceno (2017), a luta das trabalhadoras do campo por políticas públicas em áreas como educação, saúde, trabalho, assistência e posse da terra, proporciona maior visibilidade e garantia de direitos às mulheres rurais. Isso cria uma base segura para suas atividades produtiva, permitindo-lhes maior controle sobre seus meios de subsistência e, conseqüentemente, maior independência financeira.

Segundo Heredia e Cintrão (2006), no governo Lula em 2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), voltada ao combate da violência contra a mulher, evidenciou o quanto à ampliação da representatividade feminina foi importante para a criação de políticas públicas direcionadas a questão de gênero. Entretanto, os autores ressaltam que a secretaria tem uma atuação reduzida em relação às mulheres rurais. Para

³ A Marcha das Margaridas iniciou no ano 2000, tem esse nome em homenagem a Margarida Alves uma mulher que lutou pelos direitos trabalhistas das trabalhadoras do campo e foi brutalmente assassinada. É um movimento constituído por mulheres do campo e da floresta (agricultoras, extrativistas, camponesas, pescadoras artesanais, ribeirinhas, assentadas, acampadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba etc.) que estão inseridas em várias organizações e movimentos sociais e sindicais. É uma manifestação pública que busca visibilidade as demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado.

Bandeira (2005, p.17) as trabalhadoras rurais geralmente são vistas como donas de casa, desempenhando atividades domésticas, sem remuneração. Como resultado, as mulheres rurais encontram barreiras que dificultam o acesso à previdência social, e “[...] são poucas vezes beneficiadas com oportunidades à capacitação profissional e ao crédito agropecuário, além de terem maiores dificuldades de acesso a benefícios sociais básicos” (Bandeira, 2005, p.17).

A pressão dos movimentos sociais trouxe o debate sobre as questões das mulheres rurais e a perspectiva de gênero que em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2001, resultou na criação do Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, esse programa originou o Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), em 2003, a fim de aperfeiçoar as políticas públicas que corrigissem a exclusão. Seu objetivo era promover e articular ações que fortalecessem a cidadania e a justiça no meio rural (Heredia e Cintrão, 2006).

Segundo Bezerra (2013), a mobilização de mulheres resultou na criação do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, em 2004. Contendo as reivindicações das mulheres o I PNPM buscou promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres. Atuando sob a forma de combate às desigualdades de gênero fortalecendo a cidadania e a promoção dos direitos das mulheres, o Governo buscou impulsionar o maior acesso das mulheres ao crédito agrícola.

O estabelecimento de espaços de diálogo com a sociedade a partir do Governo Lula foi crucial para elaboração de políticas públicas que permitissem e garantissem a igualdade de gênero, bem como a inclusão das trabalhadoras rurais na agenda dos direitos econômicos e políticos (Butto, 2011).

[...] A estratégia adotada para ampliar e fortalecer a participação econômica das trabalhadoras rurais por meio da garantia do acesso aos recursos produtivos, da sua participação social e da promoção da cidadania, baseou-se numa forte integração com os principais programas do Ministério, a saber: o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – além da criação de ações finalísticas, que também incluíram outros órgãos federais, além de governos estaduais e locais (Butto, 2011, p.17).

Segundo Hernández (2009), embora o PRONAF seja visto como uma ferramenta importante para o desenvolvimento das áreas rurais do Brasil, direcionada especificamente aos agricultores familiares, as mulheres enfrentaram restrições no acesso a esse programa. O autor ressalta que a falta de informação, assistência técnica e a burocracia dificultam ainda mais esse acesso. Castro e Pereira (2017, p.15) observam que “[...] para poder obter recursos do Pronaf, é necessária a aprovação documental, o que, em muitos casos, dificulta o acesso do agricultor aos empréstimos do programa [...]”.

Para tentar reduzir a falta de acesso das mulheres ao PRONAF, o Governo criou o PRONAF Mulher. Esta linha de crédito especial dentro do PRONAF foi criada para atender às necessidades de “[...] investimento em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher, desde que enquadrada como agricultora familiar” (Brumer e Spanevello, 2012, p.95). Mesmo diante de mudanças realizadas sob o mandato do governo Lula, incluindo a criação do Pronaf Mulher para aumentar a participação e presença financeira do trabalho feminino agrícola, resultando no crescimento da participação das mulheres no crédito do Pronaf, elas ainda enfrentam uma série de limitações que dificultam seu acesso ao programa (Hernández, 2009).

De acordo com Spanevello, Matte e Boscardin (2016), as mulheres possuem uma autonomia econômica limitada, com seus maridos sendo considerados chefes da família e da propriedade dominando os espaços de gestão e comercialização. Além disso, diversos fatores complicam o acesso ao crédito para as mulheres rurais, incluindo a falta de informação e assistência técnica, bem como a necessidade de apresentar documentação que comprove sua condição de agricultora familiar e um projeto produtivo ao solicitar o crédito. Isso requer conhecimento financeiro e de mercado, o que muitas mulheres rurais podem não possuir. Como resultado, o ingresso das mulheres no Pronaf acabou sendo restrito (Spanevello, Matte e Boscardin, 2016).

Para Bezerra (2013), o papel do Estado enquanto promotor de políticas públicas, especificamente voltadas para mulheres, muitas vezes não considera adequadamente as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres. Conforme observado por Hernández (2009), as mulheres não possuem autonomia na tomada de decisões e na destinação dos recursos, que geralmente são direcionados para atividades comandadas pelos maridos.

Pode-se afirmar que o Estado elabora e executa as políticas públicas considerando as relações estabelecidas entre o Estado, o mercado e família, sem perceber que existe estágio de conflito no interior dessas instâncias. Elaboras e executas sobre determinados valores e poder de grupos sociais específicos e sobre hegemonia de determinados valores. (Bezerra, 2013, p. 72)

Segundo Delgado (2007), o Estado passou a incidir sobre as relações sociais de sexo abordando os aspectos da desigualdade entre mulheres e homens até recentemente, em resposta às ações dos movimentos de mulheres. O autor enfatiza o papel estrutural das relações sociais de sexo na orientação das políticas públicas, argumentando que o Estado deve ir além do combate à discriminação e intervir de forma ativa para superar a desigualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da vida social.

Nesse contexto, a integração de uma política reivindicada pelas mulheres em uma conjuntura de mobilizações promovidas pelos movimentos sociais pode alterar a visão da ação pública em relação ao reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e sociais. Essas políticas, em princípio, “[...] favorecem o reconhecimento das mulheres como atores sociais, com direito a participar nos espaços públicos - onde se identificam e constroem as necessidades sociais - e a serem interlocutoras do Estado [...]” (GUZMÁN, 2000, p. 65).

Para Heredia e Cintrão (2006), as desigualdades de gênero na zona rural brasileira são parte de um conjunto de outras desigualdades sociais, evidenciadas pelas péssimas condições de vida e pelo acesso limitado a políticas públicas. Esse cenário é especialmente marcante na disparidade entre a população rural e urbana, onde as políticas públicas e os direitos trabalhistas foram implementados tardiamente e somente após muitas lutas, para a maioria dos trabalhadores rurais. As autoras destacam a importância dos movimentos de mulheres e feministas na promoção de políticas públicas que contribuíram para a redução das desigualdades entre zona rural e urbana. Dessa forma, Sales (2007, p.438) considera que “Ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano”.

Segundo Brumer (2004, p.225):

[...] às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar – evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra –, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens [...].

Heredia e Cintrão (2006) destacam que as mulheres trabalhadoras rurais batalham para conquistar à quebra da invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura por meio de modificações na legislação. Para Butto e Hora (2008) é necessário desenvolver políticas para mulheres rurais reconhecendo as desigualdades de gênero e adotar uma estratégia para superação de obstáculos que interferem no alcance da autonomia econômica feminina. Assim, o acesso a benefícios como à documentação civil e trabalhista, aposentadoria rural e salário-maternidade podem criar novas condições para a permanência das mulheres no meio rural. Sales (2007), por sua vez, aponta que a organização das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos, promovendo o debate sobre a condição da mulher tanto na cidade como no campo. Isso permite que as mulheres exerçam o direito de falar, discordar, concordar, propor e reivindicar direitos de forma organizada.

De acordo com Heredia e Cintrão (2006), os avanços das mobilizações dos movimentos das trabalhadoras rurais resultaram na inclusão das mulheres rurais no sistema de previdência. Assim, o recebimento da aposentadoria rural modificou as relações familiares, à mulher passou a receber remuneração pelos serviços realizados no campo possibilitando que alcancem independência em relação aos seus maridos, companheiros ou membros familiares. Valadares e Galiza (2016) endossam essa visão ao apontar que os benefícios previdenciários rurais exercem um impacto relevante no orçamento familiar e na estrutura das unidades produtivas familiares, fortalecendo, assim, a continuidade das famílias no meio rural.

As lutas pela redução das desigualdades sociais e da pobreza rural tem sido uma batalha constante para as mulheres do campo. O processo da reforma agrária com acesso igualitário das mulheres a terras ocorreu de forma precária, com uma presença tímida das mulheres como titulares da terra (Fernandes, 2009). Para Deere (2004, p.176) “[...] o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem estar de sua comunidade e sociedade [...]”. Nesse sentido, a garantia de acesso das mulheres a terra realiza mudanças nas regiões onde a população rural se encontra. No entanto, este acesso não se configura na prática, a condição de igualdade entre os gêneros escrita na Constituição de 1988 não é suficiente para assegurar à mulher sua posição como titular da terra, pois enfrentam discriminações relacionadas à sua posição no processo produtivo e ao não reconhecimento como trabalhadora rural pelos órgãos públicos (Heredia e Cintrão, 2006).

Segundo Silva e Cury (2015) a luta pelo acesso a terra, pelo direito à moradia própria e fixa, e pelo respeito da sociedade, são importantes para produzir as relações sociais e culturais. Nesse sentido, a efetivação de assentamentos da reforma agrária possibilita um lugar melhor para as famílias assentadas viverem. Marques, Lucas e Gaspari (2014) enfatizam que os assentamentos da reforma agrária representam uma política pública incentivada pelos movimentos sociais, resultando em mudanças importantes na distribuição mais equilibrada dos recursos fundiários. Contudo, os autores apontam que existe um grande preconceito em torno dos assentados e que existe um profundo desequilíbrio social. Vasquez (2009) destaca que as desigualdades de gênero continuam bem presentes nos assentamentos, marcadas principalmente pela invisibilidade das atividades laborais femininas, bem como agressões físicas, sexuais e psicológicas, tanto no âmbito familiar como também na dificuldade de acesso as políticas públicas.

A garantia de direito a terra é importante para que as mulheres do campo possam ter acesso a outras políticas públicas, como o acesso ao crédito rural. Contudo, a falta de experiência e a dificuldade na organização de documentos, o medo de utilizar o crédito para investir em outras atividades que gerem um maior valor agregado e a possibilidade de não conseguir realizar o pagamento, acabam se tornando obstáculos para a tomada de crédito pelas mulheres (Spanevello et al, 2021). Apesar desses desafios, estudos sobre as mulheres rurais indicam que o acesso ao crédito contribui para elevar a autoestima e autoconfiança das mulheres trabalhadoras rurais, que desempenham papel fundamental na geração de renda familiar. Por outro lado, autoestima e autoconfiança contribuem para o acesso aos espaços que possibilitem desenvolvimento. De modo que as mudanças nas condições objetivas das mulheres produzem rebatimentos nas condições subjetivas e vice-versa.

Conforme Hernández (2009), a implementação de programas governamentais de crédito como estratégia de desenvolvimento tem sido uma maneira de o Estado brasileiro reconhecer a situação desprivilegiada das mulheres na sociedade. Nesse contexto, Spanevello, Matte e Boscardin (2016, p.403) afirmam que “[...] Esta ação governamental de fornecimento de crédito para as trabalhadoras rurais pode auxiliar na permanência das mulheres no meio rural e na construção de sua autonomia”.

Segundo Butto (2011), a partir de 2003, o governo passou a ofertar assistência técnica e extensão rural, constituindo o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER. O apoio à organização produtiva e a comercialização das atividades das

mulheres rurais foi importante para garantir o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas. Com a criação do Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), foi possível viabilizar a autonomia econômica das mulheres rurais.

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2011), o POPMR foi criado em 2008 com o objetivo de fortalecer as organizações de trabalhadoras do campo, proporcionando a essas mulheres o acesso às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização. Segundo Faria (2011), esse programa tinha como propósito promover autonomia econômica das mulheres rurais e “[...] promover sua autonomia econômica e incentivar a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária [...]” (Faria, 2011, p.38).

O Governo buscou incentivar a comercialização dos produtos de forma integrada aos programas de formação e crédito. Foram adotadas políticas de fomento a agricultura familiar, como a criação dos mercados institucionais para compra de produtos agrícolas da agricultura familiar, mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e tem como objetivo principal “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (CONAB, 2010, p.03). O PAA incentiva a produção em bases agroecológicas. Além disso, o programa tem como objetivo auxiliar tanto na aquisição quanto na venda de alimentos provenientes de agricultores familiares, oferecendo incentivos, inclusive, para que eles participem dos circuitos formais de comercialização. Isso visa fomentar a produção de alimentos na agricultura familiar e facilitar sua comercialização para o mercado institucional.

O PAA abrange mais de 300 produtos alimentares diferentes, como batata doce, macaxeira, inhame, frutas, bolos, biscoitos, geleias, pães, queijos e doces, que estão em uma lista bem extensa. É importante destacar que o PAA gera oportunidades comerciais para produtos extrativistas, que geralmente estão ligadas a atividades desempenhadas por mulheres. Os produtos extrativos passam pelo beneficiamento até serem entregues ao PAA, como é o caso dos produtos fabricados pela Associação Aroeira, em Piaçabuçu, Alagoas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi instituído em 1979. Mas em 2009 sofreu uma importante alteração, por meio da Lei 11.947, que determina a compra direta de 30% da merenda escolar da agricultura familiar, sem a necessidade de licitação. Assim, permitiu-se a ampliação do mercado para todos os estabelecimentos públicos de ensino que oferecessem merenda escolar (OLIVEIRA et al., 2014). Essa valorização da pequena produção acabou beneficiando a articulação de diversos grupos produtivos, trazendo benefícios reais a muitas mulheres que aderiram aos programas voltados para a compra de produtos agrícolas destinados à merenda escolar.

A atuação desses programas foi crucial para reduzir as dificuldades de acesso das mulheres às atividades de comercialização. Para Siliprandi e Cintrão (2011), a participação das mulheres rurais na comercialização promove melhoria na renda, autonomia econômica, aumento do espaço social e da autoestima, como também mudanças no papel social desempenhado pelas mulheres em suas famílias.

O plano para capacitar as mulheres rurais e extensionistas foi criado no âmbito do PRONATER. Assim, a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para mulheres é uma assistência técnica que apoia a diversificação da produção, buscando fortalecer a autonomia econômica, com base no reconhecimento e na valorização do trabalho das mulheres rurais e na transição para sistemas de produção mais sustentáveis, baseados nos princípios da agroecologia (Telles, Arantes e Freitas, 2017). Contudo, Oliveira (2021) aponta que as chamadas públicas de Ater apresentaram dificuldades na gestão e efetivação dos contratos, sendo direcionadas a uma pequena parcela de mulheres e com limitação aos Territórios da Cidadania.

No entanto, Siliprandi (2011) considera a questão agrária brasileira complexa. Mesmo com ações de políticas públicas voltadas para mulheres, ainda prevalece a desigualdade de gênero, falta de autonomia econômica e pessoal. A autora destaca que ainda existe a privação de mulheres no processo de tomada de decisão sobre o uso do dinheiro. Assim, o trabalho realizado pelas mulheres continua sendo visto apenas como uma atividade secundária e de menor importância, considerando apenas o homem como representante da família.

Para Calaça (2017), a ATER para mulheres representou um avanço e uma possibilidade de valorização do trabalho feminino no meio rural a partir do reconhecimento do seu trabalho. Contudo, apesar desses avanços, a chamada pública de ATER Agroecologia, lançada em 2013, é considerada a que obteve mais avanços no atendimento às mulheres

(Telles, Arantes e Freitas 2017). Infelizmente, a crise política e econômica que resultou no impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016 impactou negativamente nas ações direcionadas à construção da autonomia das mulheres rurais e à promoção da agroecologia, resultando em um desmonte por parte do novo governo, assumido por Michel Temer.

No Brasil, políticas de transferência de renda como Bolsa Família e Aposentadoria Rural, garantem a provisão de necessidades imediatas de sobrevivência das famílias em situação de pobreza e permitem às mulheres o acesso direto a recursos monetários (Vieira, 2017). Para Gonçalves e Abreu (2018), essas são políticas públicas que as mulheres são responsáveis pela reprodução social, são programas voltados para as famílias, reafirmando a função materna. Bandejas (2005, p.34) enfatiza a necessidade de superação das “[...] barreiras que impedem que as mulheres sejam plenamente consideradas nas políticas públicas”.

As reivindicações e mobilizações dos movimentos sociais, vinculadas a um governo que abriu espaço para o diálogo, resultaram em mudanças na melhoria de vida das mulheres do campo, ainda que a passos lentos (Siliprandi, 2011). Para Sales (2007), o reconhecimento das mulheres na produção da agricultura familiar é um grande progresso. Porém, é necessário um conjunto de ações complementares para garantir que as mulheres possam usufruir dos direitos conquistados. Ressalta ainda que a burocracia presente nos programas de crédito inviabiliza o acesso das mulheres às políticas públicas, reforçando a cultura patriarcal e capitalista.

De acordo com Becher e Klanovicz (2016), não existe um programa específico para ações de gênero, mas existem ações fragmentadas voltadas para as mulheres, com foco em organizações rurais. Os autores afirmam que: “[...] os trabalhos técnicos não possuem em seu foco de trabalho a mulher agricultora, apenas generalizam a categoria agricultores familiares, não protagonizando o trabalho da mulher nas diversas comunidades” (Becher e Klanovicz, 2016 p.173).

Conforme aponta Uchôa (2019), o movimento de mulheres teve o papel importante para pressionar o governo no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres. No entanto, a autora destaca que ainda “[...] há uma espécie de dificuldade na efetivação e implementação dessas políticas, ocorre alguns entraves sociais que impossibilitam o acesso das mulheres a essas políticas [...]” (Uchôa, 2019, p.46). Nesse contexto, existe a necessidade da criação de mais políticas públicas para as mulheres rurais,

com aplicação de um modo mais eficiente de inclusão e igualdade de gênero no meio rural. É imprescindível garantir à equidade de gênero e raça, assim como a abertura de espaços de poder e decisão para as mulheres. No Brasil, um dos mecanismos que foram implementados nessa perspectiva foi a ampliação do mercado institucional, em que o próprio poder público passou a adquirir a produção das pequenas unidades de produção familiar.

2.5 Mercado institucional como instrumento de geração de renda para mulheres

Na sequência serão analisadas duas políticas públicas que ainda que surgidas no contexto neoliberal buscaram criar um mercado institucional para as pequenas unidades de produção agrícola familiar, ao mesmo tempo em que conectam a produção agrícola com as políticas de segurança alimentar e nutricional e assistência social. Esse foi o caso dos programas de compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estimulam o fortalecimento das organizações produtivas de mulheres do campo e da floresta.

2.5.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Segundo Delgado, Conceição e Oliveira (2005), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, no âmbito do Programa Fome Zero, tem o objetivo de apoiar o extrativismo e os agricultores familiares por meio da compra e venda de seus produtos. Atualmente, o programa é regulamentado pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Esse programa estimula a produção de alimentos na agricultura familiar, como também incentiva a participação nos circuitos formais de comercialização, inclusive no mercado institucional (Schmitz, Mota e Sousa, 2016).

Conforme destaca D'Ávila e Roversi (2010, p.22), a composição institucional do PAA são:

O PAA é operacionalizado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi institucionalizado pela Lei nº 10.696/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447/2008, sendo executado em parceria com estados, municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O programa opera em cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea; PAA-Leite; Compra Direta; Compra Institucional e; Apoio à Formação de Estoques. O agricultor ou agricultora podem acessar essas modalidades simultaneamente de maneira individual ou por meio de organizações associativas das quais façam parte (Brasil, 2024).

Conforme Siliprandi e Cintrão (2011), o PAA permite a aquisição direta dos alimentos provenientes de agricultores familiares e suas organizações com dispensa de licitação. Esses alimentos são doados a instituições sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ou podem ser destinados à formação de estoques públicos. Partindo de uma abordagem intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA, contribui para que a população em situação de insegurança alimentar tenha acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade.

De acordo com Grisa et al (2010), o PAA estabelece uma conexão entre a produção da agricultura familiar e a demanda do mercado. Esse programa não apenas visa garantir o acesso aos alimentos, mas também promover o desenvolvimento econômico desses agricultores, ao integrar suas produções às necessidades do mercado consumidor. Essa estratégia não só fortalece a segurança alimentar da população, mas também contribui para a inclusão social e o crescimento econômico sustentável das comunidades rurais.

Estudos indicam que o Programa vem demonstrando impactos positivos na agricultura familiar e na segurança alimentar no Brasil. Conforme indicado por Grisa et al (2010), o PAA incentiva a produção e o consumo de alimentos regionais contribuindo para a geração de renda por meio do aproveitamento de frutas nativas. Além disso, o programa realiza um resgate cultural revitalizando os saberes locais, estimula a elevação dos preços regionais e promove a independência dos produtores em relação aos atravessadores, além da criação de novos mercados. Os autores destacam que [...] o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais [...]” (Grisa et al., 2010, p, 148).

Segundo Ministério do Desenvolvimento Social (2010), participam do PAA as pessoas e famílias em vulnerabilidade social com iminente risco de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por entidades sócio-assistenciais cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades do Sistema Único de Assistência Social – CAD-SUAS.

Podem participar do PAA homens e mulheres agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Para participar do programa é preciso estar enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), através da apresentação da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF. A DAP foi criada em 2003, pelo MDA, para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. É fornecida à família agricultora. O PAA paga pelos produtos fornecidos preços de referência estabelecidos regionalmente, até um determinado limite de valor entregue “por unidade produtiva familiar”, o que se traduz num limite “por DAP” (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.15).

Para Izidoro, Silva e Barone (2013), o PAA gerou benefícios aos pequenos produtores rurais que passaram a ter conhecimento sobre como agregar valor e buscam se especializar para aumentar o nível de produção e a qualidade dos produtos para assim fornecer a outros programas governamentais que estejam vinculados a ações de combate à fome. Os autores ressaltam que o programa não somente melhorou a renda das camadas rurais, mas também diversificou a sua matriz produtiva.

Estudos realizados por Mota et al. (2014, p. 456), relatam que embora tanto homens como mulheres agricultores familiares possam participar do PAA, existe uma “[...] maior participação das mulheres agricultoras no PAA, mesmo que de forma anônima em muitos casos, frequentemente pelo fato de os homens serem considerados “o cabeça da DAP” [...]”.

O PAA requer que os grupos produtivos de mulheres estejam devidamente formalizados para obterem acesso as modalidades do programa. Dessa forma, a pesquisa de Siliprandi e Cintrão (2011), evidencia que o Programa estimula a formalização de grupos de mulheres e que esses grupos utilizam o acesso ao PAA como uma oportunidade para fortalecer tanto a estrutura do grupo quanto da produção, pretendendo assim aumentar e diversificar a produção, adaptando-se gradualmente à legislação sanitária para conseguir acesso a outros mercados. Para as autoras, essas iniciativas contribuem para melhorar a renda e a vida dessas mulheres.

O PAA, em suas distintas modalidades, indiscutivelmente valoriza o trabalho feminino, ao criar canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (entregas parceladas, constantes, em pequenas quantidades). No entanto, ainda existem fortes desafios para que possa contribuir de maneira efetiva para a construção de uma maior autonomia econômica das mulheres (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.28).

Chmielewska, Souza e Lourete (2010) ressaltam que, para a população rural existem limitadas possibilidades de comercialização e que o PAA tornou-se a principal ou até mesmo a única opção para esses atores locais. No entanto, ainda não existe uma consolidação de

mercado para os produtores que acessam o PAA, como também não há garantias que terão acesso a outros mercados. Essa condição mantém os agricultores dependentes do programa, para continuar a desfrutar das mudanças positivas realizadas nos âmbitos produtivos e organizacionais, viabilizada somente por meio do acesso regular a um mercado vantajoso. Os autores temem ainda que, no caso do encerramento do PAA, os agricultores voltem a uma situação muito próxima daquela vivenciada anteriormente.

2.5.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴, instituído em 1979, foi posto em prática somente com a promulgação da Constituição de 1988, assegurando aos alunos do ensino fundamental o direito à alimentação escolar. O processo de descentralização dos recursos financeiros para os estados e municípios teve início em 1994, pretendendo melhorar o desempenho do programa. Dessa forma, a Lei nº 8.913/1994 possibilitou a transferência de recursos públicos aos estados e municípios, promovendo a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e priorizando a utilização de produtos de cada região, reduzindo assim os custos (Brasil, 1994). Por meio dessa lei foram criados os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), com colegiado deliberativo e autônomo, composto por representantes do Poder Executivo, da comunidade escolar e da sociedade civil organizada, que se tornaram responsáveis pela fiscalização dos recursos aplicados e pela qualidade dos produtos adquiridos (Melão, 2012).

Em 2009, a promulgação da Lei nº 11.947/2009, diz respeito à obrigatoriedade da aplicação de no mínimo 30% dos recursos com produtos de origem da agricultura familiar e dos empreendedores rurais, sem intermediários e dispensando o processo licitatório priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos – produtos sustentáveis (Brasil, 2009). Essa medida promove “[...] a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades (Moreira e Santos, 2020, p.177). Segundo Grisa e Schneider (2015, p. 139) “[...] estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da

⁴ Desde 1930, o Governo desenvolve políticas assistenciais para o controle e o combate à fome. O PNAE passou por uma trajetória de seguidas mudanças em sua estrutura normativa ao longo do tempo, e em 1979, passou a se chamar oficialmente Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos [...]”.

Para Nunes et al. (2018), o PNAE é considerado um dos principais mecanismos de política de inclusão no meio rural, incorporando o conceito de alimentação adequada, e promovendo a valorização da diversificação da agricultura familiar, da sua estruturação econômica e sua organização coletiva. De acordo com os autores, o programa atua como uma ferramenta de políticas públicas que busca reduzir as desigualdade sociais e fortalecer o papel da agricultura familiar, reconhecendo a capacidade coletiva que os agricultores familiares têm para produzir alimentos de qualidade. Além disso, o PNAE cria oportunidades de participação dos agricultores na comercialização direta dos seus produtos.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE está regulamentado atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. O PNAE atende estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal, assim como em entidades filantrópicas ou por elas mantidas, e nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos. O objetivo principal do programa é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Isso é realizado por meio de ações de educação alimentar e nutricional, além da oferta de refeições que atendam as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2020).

De acordo com o FNDE (2023), o PNAE repassa alimentos ou recursos financeiros a seus beneficiários com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Com a publicação da Resolução CD/FNDE nº 02, de 10 de março de 2023, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno passou a ser: As creches: R\$ 1,37; pré-escola: R\$ 0,72; escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,86; ensino fundamental e médio: R\$ 0,50; educação de jovens e adultos: R\$ 0,41; ensino integral: R\$ 1,37; programa de fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,56; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,68.

Para Elias et al. (2019) o PNAE transforma a estruturação produtiva dos agricultores o que garante sua inserção no mercado, promovendo assim, a geração de renda no campo. Corroborando Nunes et al. (2018), afirmam que o programa se configura numa política pública muito importante para a construção de uma densidade econômica no meio rural, pois subsidia a geração de renda e amplia a oferta de alimentos de qualidade, contribuindo para o

regaste de valores da agricultura familiar realizando o desenvolvimento rural nos níveis local e regional.

Entre os desafios para acessar o PNAE, Foguesatto, Breitenbach e Gomes (2023) apontam que para as mulheres existe um excesso de sobrecarga de trabalho para dar conta de realizar todas as atividades da casa, da propriedade e da produção de alimentos. Além disso, para participar das chamadas públicas as agricultoras precisam de tempo e habilidades para organizar os documentos necessários que atendam aos procedimentos burocráticos. Assim, a assistência técnica ofertada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria de Educação e associações ou cooperativas é essencial para facilitar na gestão da documentação (Foguesatto, Breitenbach e Gomes, 2023).

Segundo Biase (2007) com o processo de modernização no campo, a realidade agrícola familiar continua marcada pela desvalorização do trabalho feminino no campo, reduzindo o saber tradicional que passa a ser substituído pelas facilidades oferecidas pelo mercado. Isso acarreta na perda de espaços e funções das mulheres na esfera produtiva, contribuindo para a desvalorização da mulher enquanto ser social, aumentando sua dependência. Para Marques (2015), o PNAE representa uma política pública capaz de reverter essa situação de dependência das mulheres.

O PNAE é essencial para melhoria da renda das famílias, para a valorização e divulgação dos saberes e sabores produzidos pelas mulheres em diversos espaços e tempos no campo, como também para reafirmar a existência de outra lógica no campo que não é a do agronegócio, o qual envenena e destrói a nossa rica sociobiodiversidade (Marques, 2015, p.41).

Contudo, a política que é destinada a valorização do trabalho das mulheres do campo é vulnerável ao bem querer do poder político. Marques (2015) evidencia a existência de imposições burocráticas realizadas pelo poder público municipal que geram aumento nos custos e dificultam a realização da produção e entrega ao programa.

Nesse sentido, como se viu ao longo do capítulo a implementação das políticas públicas no país é marcada por descontinuidades e por processos de redução da atuação do estado, de modo que cada vez mais o que fica como alternativa para os grupos vulneráveis são projetos de inclusão sociais realizados por empresas como o que resultou na organização da Associação Aroeira. No próximo capítulo será analisado o trabalho das mulheres extrativistas. E, por meio da continuidade do trabalho de campo, se aprofundará a análise das condições produtivas e das estratégias de desenvolvimento das mulheres da Associação Aroeira,

buscando identificar potencialidades e desafios que enfrentam para manter esse processo produtivo, bem como debater sobre as lutas dessas mulheres para acessar as políticas públicas.

CAPÍTULO 3: MULHER E O TRABALHO EXTRATIVISTA NO ESPAÇO AGRÁRIO – uma análise a partir da Associação Aroeira

Este capítulo visa debater o trabalho das mulheres extrativistas, destacando as características do processo de trabalho das mulheres que participam da Associação Aroeira em Piaçabuçu, bem como os conflitos socioambientais e desafios organizativos que enfrentam, além de fazer alguns apontamentos sobre as políticas públicas na trajetória dessa organização.

3.1 Extrativismo e trabalho feminino no Brasil

O extrativismo vegetal refere-se à coleta de produtos existentes na natureza. Segundo Homma (1993), o extrativismo tem desempenhado um papel importante na formação socioeconômica do Brasil, produzindo o envolvimento da população rural nos processos de coleta, beneficiamento e agroindustrialização. Assim, o extrativismo como atividade econômica começa com a descoberta do recurso natural que possui valor econômico ou utilidade para o ser humano. A exploração econômica ocorre através do seu consumo in natura, do beneficiamento ou industrialização (Homma, 1993).

Homma (1993), classificou o processo extrativista em dois grupos com base na forma de exploração: extrativismo por aniquilamento ou depredação e extrativismo de coleta. O extrativismo por aniquilamento ou depredação ocorre quando a extração do recurso provoca a extinção dessa fonte ou a exploração extrativa for maior do que sua capacidade de regeneração. Quanto ao extrativismo de coleta, trata-se da coleta de recursos naturais onde o limite máximo que pode ser retirado é determinado pela oferta de frutos. Schmitz, Mota e Silva Júnior (2009, p.281) explicam que, nesse tipo de extrativismo “[...] mesmo que sejam retirados todos os frutos, isso não diminuirá a quantidade de unidades da próxima safra, nem prejudicará o sistema, porque sempre haverá ainda propagação por sementes de frutos caídos, não catados [...]”.

Drummond (2013) define o extrativismo como uma maneira de produzir bens em que os recursos naturais úteis são retirados da sua área de ocorrência natural. Esse tipo de atividade é adotado por populações rurais pobres como estratégia de sobrevivência. Esses trabalhadores utilizam baixa tecnologia para extrair produtos vegetais de diversas flora e fauna e não dependem de grandes insumos de capital e tecnologia. O autor chama atenção para o fato de que esse extrativismo se aplica a bens renováveis, isto é, aqueles cujos estoques são repostos por processos naturais em uma escala de tempo compatível com a cultura humana (Drummond, 2013).

Alguns autores consideram que o extrativismo é uma atividade com produtividade declinante e inviabilidade econômica. Homma (1993) defende que a economia extrativa possui uma base de desenvolvimento muito frágil e está fadada ao desaparecimento, pois tem dificuldades em atender à crescente demanda, sendo necessário ocorrer o cultivo dos produtos extrativos para sua continuidade. Por outro lado, Rêgo (1999) discute o extrativismo sob uma perspectiva cultural, apontando que a preservação das tradições locais contribui para a harmonia com a natureza. Por sua vez, Mota e Fernandes (2014), afirmam que o extrativismo não apenas integra, mas também produz e recria a cultura local, mantendo uma relação com os ecossistemas florestais, levando em consideração tanto as dimensões sociais quanto a preservação dos recursos naturais.

Segundo Cavalcanti, Resende e Brito (1999), o extrativismo vegetal, mesmo com baixo nível tecnológico, tem contribuído para o aumento da renda e de absorção da mão de obra para muitas famílias rurais. Conforme Soares et al. (2018, p. 647) “o extrativismo praticado por agricultores familiares não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza [...]” (Soares et al., 2018, p. 647)

O Brasil possui uma grande biodiversidade na fauna e flora. Nesse sentido, Borges Filho e Felfili (2003), destacam que existem espécies úteis ao homem em diversas áreas, como alimentação, medicina, ornamentação, forragem, apicultura, material para artesanato. Essa diversidade evidencia a importância das espécies vegetais no desenvolvimento da região. A disponibilidade desses recursos, aliada às necessidades humanas, possibilita que uma parte da população rural realizem atividades extrativistas vegetais, abrangendo desde a coleta e beneficiamento até a industrialização e produção artesanal.

No entanto, Borges Filho e Felfili (2003) apontam que a ocupação desordenada do solo provocada pela expansão agrícola e pela criação de novas cidades, está levando à

fragmentação da paisagem, reduzindo a disponibilidade de áreas para o extrativismo, afetando a biodiversidade local. Os autores ressaltam ainda que o investimento público e a implementação de políticas públicas podem tornar as atividades extrativistas mais viáveis, oferecendo suporte técnico e financeiro que podem melhorar as perspectivas de mercado.

Segundo Fiedler, Soares e Silva (2008), o uso inadequado das riquezas naturais resultou em desmatamento predatório, essas ações contribuíram para o desequilíbrio ambiental. Entretanto, as atividades extrativistas podem ajudar as comunidade locais oferecendo uma importante fonte de subsistência e promovendo um maior engajamento das pessoas nessa prática (Fiedler, Soares e Silva, 2008). Souza e Silva (2002) explicam que o extrativismo é uma atividade fundamental para os moradores da região que fornecem recursos naturais, pois ao mesmo tempo que gera renda para a comunidade local também contribui para preservação da floresta.

Para Carvalhaes e Oliveira (2018), o extrativismo praticado em baixa densidade e com boas práticas de manejo sustentável visa minimizar a degradação ambiental, garantindo a manutenção dos recursos naturais na paisagem. Além disso, Silva et al. (2016) relatam a importância de repensar o uso da biodiversidade, agregando valor aos produtos extrativistas e reconhecendo o conhecimento tradicional dos povos da floresta que respeitam e preservam a biodiversidade (Silva et al., 2016).

No Brasil, os biomas oferecem uma diversidade de matéria prima que podem ser utilizados pela população de diversas maneiras. Nesse contexto, Fiedler, Soares e Silva (2008) observam que os produtos de origem vegetal e animal se apresentam como fonte alternativa de renda para as comunidades rurais, além disso, utilizando uma nova racionalidade produtiva poderia ajudar as comunidades florestais a satisfazerem suas necessidades sem degradar os recursos. Assim, é necessário rever os métodos de extração que frequentemente, são realizados de forma rudimentar e com grande desperdício (Fiedler, Soares e Silva, 2008).

Leff (2006) enfatiza que a valorização cultural dos recursos naturais é fundamental para o fortalecimento dos potenciais ecológicos, incluindo a garantia de que gerações futuras tenham recursos para seu sustento e desenvolvimento, e também assegurar que os recursos naturais e serviços ambientais sejam acessíveis e utilizados de maneira justa entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, a sustentabilidade envolve tanto a preservação para o futuro quanto a justiça no acesso e uso dos recursos no presente.

Fiedler, Soares e Silva (2008), chamam atenção para as limitações impostas pelo modelo extrativista tradicional, comumente praticado pelas comunidades locais, que realizam a extração dos recursos naturais apenas para conseguir uma condição mínima de sobrevivência. Diante desse fatos apontam a necessidade da inclusão e desenvolvimento de programas voltados à extração, beneficiamento e comercialização dos recursos naturais, indo além do acesso básico aos recursos, para criar novas alternativas de renda para a população local. Sendo assim, “[...] o mero acesso a uma floresta e a seus produtos não é suficiente para predizer o sucesso do manejo florestal comunitário e seus impactos na redução da pobreza ou da vulnerabilidade das comunidades” (Fiedler, Soares e Silva , 2008, p. 271).

O manejo adequado dos recursos naturais contribui para conservação ambiental e da biodiversidade presente nas áreas rurais. Maciel (2020) ressalta o papel essencial das mulheres na conservação dos recursos naturais, especialmente para a produção agroecológica de alimentos, mantendo as condições necessárias para sua reprodução e manutenção da atividade extrativista. A autora enfatiza o protagonismo das mulheres que têm assumido papéis ativos nas atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no rural. São protagonistas na luta pela agricultura familiar e pela agroecologia e sua participação em grupos produtivos e diversas organizações sociais construídas sobre a sua liderança (Maciel, 2020).

Segundo Mota et al. (2008), a atividade extrativista persiste como uma das formas de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos com técnicas de baixo impacto ambiental. Nesse cenário, também está impresso um espaço de dominação baseado no patriarcado, onde o trabalho produtivo é atribuído aos homens, que são vistos como provedores do sustento da família, enquanto o trabalho doméstico é considerado uma responsabilidade das mulheres, que mesmo contribuindo financeiramente tanto quanto ou até mais do que os homens possuem uma função de complementar a renda da família [...] (Mota et al., 2008). Nesse sistema de relações sociais, Santos (2016) argumenta que as relações de dominação e subordinação fortalecem a superioridade política, moral e econômica dos homens sobre as mulheres, além de desvalorizar o caráter produtivo e econômico do trabalho feminino.

No Brasil é frequente a percepção do trabalho na agricultura familiar e no agroextrativismo como atividade masculina. Embora as mulheres desempenhem um papel decisivo na execução das atividades relacionadas à produção e ao manejo dos recursos naturais nos vários biomas, elas não são valorizadas da mesma maneira. Em várias regiões, quando as mulheres vão para a roça e trabalham junto com a família, é comum escutarmos ser dito que elas apenas “ajudam” (Mendes et al., 2014, p.80).

Estudos científicos abordam a importância da atividade extrativista e a contribuição das mulheres para manutenção da economia familiar local, especialmente em regiões rurais. No entanto, segundo Mendes et al. (2014), mesmo com as mobilizações das mulheres rurais em busca do reconhecimento do trabalho feminino, ainda persistem diversas formas de desigualdades e que muitas mulheres encontraram no campo agroecológico, através do trabalho com o extrativismo sustentável, um espaço do seu empoderamento político.

Se há predominância das mulheres nas atividades domésticas, o mesmo pode-se dizer das atividades agroextrativistas, pois elas são as responsáveis pelo extrativismo das frutas – como a mangaba, o bacuri, o tucumã, o murici – e pelo plantio de espécies agrícolas anuais, como milho, mandioca, melancia, maxixe, jerimum e fruteiras, como a goiaba, o caju e a manga. A maior parte da produção extrativa é destinada à comercialização, diferente da produção dos roçados, que é direcionada para o consumo familiar do grupo doméstico ou para trocas e presentes entre a vizinhança (Lima e Mota, 2016, p.103).

As mulheres trabalham e estão engajadas em praticamente todas as atividades agrícolas e extrativistas, assumindo jornadas de trabalho muito extensas, contudo, o reconhecimento do seu trabalho ainda é colocado em questão. Paulilo (2004) revela que o trabalho feito pelos homens é considerado pesado, enquanto o trabalho feito pelas mulheres é visto como leve, essa distinção é realizada apenas pelo sexo de quem os realizam, mesmo que sejam exaustivos ou prejudiciais a saúde. Lima e Mota (2016) ressaltam que diante da opressão exercida pelo patriarcado, muitas mulheres não se reconhecem como trabalhadoras, acreditando que seu trabalho seja uma ajuda ou complemento na renda familiar.

As relações de poder e os papéis exercidos por cada um dos membros da família, contribuem para manter invisível o trabalho das mulheres. Segundo Pacheco (2009), mesmo diante de várias conquistas e lutas dos movimentos sociais, ainda assim, as mulheres rurais continuam com restrição de acesso aos recursos produtivos. O reconhecimento da condição de trabalhadora rural pelas mulheres e pela sociedade apontam para um cenário de mudanças, em que a ampliação do espaço de atuação das mulheres ocorre em um processo de criação de uma nova consciência de direitos no quadro das desigualdades, buscando o reconhecimento da identidade e a conquista de direitos como parte do processo de auto-organização das mulheres.

Segundo Mendes et al. (2014), o papel da mulher tem se ampliado além da esfera doméstica, ocorrendo assim novas mudanças, como a busca pela consolidação das unidades organizativas descentralizada dos grupos de mulheres através da agroecologia e do

extrativismo sustentável. Apesar de ser um processo ainda em desenvolvimento, Maciel (2020) considera que o reconhecimento da condição de agricultoras e extrativistas bem como a garantia de direitos de propriedade e apoio institucional têm sido avanços importantes para a inclusão produtiva e social das mulheres rurais.

Nesse contexto, tem-se a experiência bem sucedida das quebradeiras de coco babaçu, que lutam pela construção de uma identidade coletiva, pela conservação do meio ambiente e pela proteção dos seus modos de vida, bem como a criação de instrumentos legais para garantir o acesso à terra e, conseqüentemente, a reprodução social (Barbosa, 2008). Mais recentemente, ressalta-se também as catadoras de mangaba e marisqueiras que desempenham papéis importantes na coleta, processamento e comercialização desses recursos, contribuindo para economia local e a conservação ambiental, enquanto lutam pela igualdade nas relações de gênero e pela divisão social do trabalho (Fernandes e Mota, 2014).

Na análise da literatura sobre gênero, mulheres rurais e movimento social constata-se que a construção da visibilidade social das extrativistas se dá num campo de disputas, onde as mulheres encontram mais restrições que os homens no acesso a recursos, mercado e serviços. Além disso, Barbosa (2008) relata que as mulheres extrativistas enfrentam impedimentos relacionados ao acesso às áreas de ocorrência natural dos frutos devido a concentração fundiária, queimas de roçados e devastação das florestas ameaçando a sobrevivência das extrativistas. O autor chama atenção para os diferentes tipos de violência que as mulheres rurais sofrem, impostas pelos seus opositores como ameaça de agressão física e ofensas verbais.

De acordo com Siqueira (2014), quando comparadas aos homens, as mulheres ocupam papéis sempre menores, menos acesso a informação, menos crédito e serviço de financiamento, menos acesso aos recursos, recebem salários menores por um mesmo trabalho, possuem uma pesada carga de atividades de baixa produtividade e, conseqüentemente, têm menor renda. Nesse sentido, o autor enfatiza que as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero precisam ser consolidadas.

Intervenções políticas podem ajudar a fechar a lacuna de gênero na agricultura e na mão de obra do mercado rural, com a eliminação das práticas discriminatórias contra a mulher no acesso a recursos agrícolas, educação, suporte financeiro e mercados de trabalho. Fazem-se necessários investimentos em segurança do trabalho, melhorias em tecnologias e infraestrutura para atividades mais produtivas no tempo livre das mulheres; facilitação e participação das mulheres em um mercado rural flexível, eficiente e justo. Inseridas com equidade no sistema agrícola produtivo, as mulheres, com maior renda, são uma estratégia comprovada para melhorar a saúde, a nutrição

e a educação infantil, o que resulta em capital social, em bem comum (Siqueira, 2014, p.24).

Deste modo, embora a participação das mulheres rurais nas mobilizações sociais tenha contribuído para o processo em andamento de rompimento da relação de subordinação das mulheres e da natureza aos homens, resultando no reconhecimento e valorização das mesmas, local e nacionalmente, e na criação e desenvolvimento de organizações sociais e coletivas, se faz necessária a promoção de um reconhecimento mais equitativo com ocupações das mulheres rurais nos espaços de tomada de decisão. É necessário implementar políticas públicas estruturantes e permanentes, e não apenas políticas emergenciais e de curto prazo, que quase não se percebe a existência. Bem como, se faz necessário também o apoio a práticas de extrativismo sustentável para valorizar as contribuições das mulheres e garantir a conservação da biodiversidade.

3.2 Entre campo e casa: o trabalho das mulheres extrativistas em Piaçabuçu

No trabalho de campo tanto as entrevistas quanto as observações evidenciaram que as mulheres extrativistas transitam entre dois espaços: a casa e o campo. O tempo em que estão envolvidas na atividade é muito variado. Das 7 mulheres entrevistadas, 4 já realizavam a coleta antes de se associarem, há 20 anos. Três iniciaram a coleta extrativista somente após se associarem. Dentre elas, uma associada que mudou-se para Piaçabuçu há 5 anos é a única que realiza a coleta da pimenta rosa há pelo menos 3 anos, enquanto as outras duas realizam a atividade há 6 e 10 anos.

No extrativismo da aroeira, alguns membros da família permanecem em casa enquanto as mulheres vão a campo, assim, é comum às catadoras deixarem seus filhos mais novos aos cuidados dos mais velhos ou dos avós. Elas preferem iniciar suas atividades cedo para colher as aroeiras e os outros frutos que estejam disponíveis. De acordo com a Associada 4 (2024), a grande quantidade de tempo empregada nessa atividade é necessária “[...] Porque a aroeira a gente cata com delicadeza, é uma fruta que não pode desmatar, não pode tá quebrando galho”.

A decisão e o percurso da caminhada até as áreas com plantas frutíferas para coleta são feitos em conjunto pelas catadoras. Elas relatam que levam comida para passar o dia e que o tempo de coleta é influenciado pelo clima, pela distância até o local de coleta e pela quantidade de aroeira disponível. Quanto maiores esses fatores, maior é o tempo que passam no campo.

É possível observar também nas falas das associadas que existe uma proximidade entre elas, e que durante o deslocamento, coleta e beneficiamento dos frutos surgem oportunidades para conversas descontraídas, compartilhamento de informações e relatos de experiências. Dado que o grupo é predominantemente feminino, há uma tendência natural para uma maior interação social entre as associadas “[...] é uma associação que tem mais mulheres, aí nós nos identificamos né. Ali a gente conversa, é tão bom tá naquele lugar. A Associada 1 acolhe todos nós, então ali é um lugar que você se sente à vontade, por ser mais mulheres e a renda também [...]” (Associada 3, 2024)

Assim, as associadas realizam todas as atividades em conjunto, utilizando coletivamente os recursos naturais encontrados no território para garantir sua existência. Além disso, elas se ajudam mutuamente e dividem os esforços no trabalho, o que fortalece os laços entre elas. Nos depoimentos das associadas, percebe-se um forte sentimento de solidariedade e cooperação, demonstrando que não é apenas a renda que as motiva a participar da associação, mas também a interação coletiva que promove o bem-estar entre todas.

No processo de coleta da aroeira não ocorre uma delimitação do território para cada membro associado, o processo de extração é feito em parceria onde os associados coletam a quantidade que conseguem, deixando uma parte para manutenção do recurso natural.

A gente faz uma grande coleta e o que dá divide em partes iguais, isso no campo. Quando chega na Associação cada um é responsável para fazer o beneficiamento da sua pimenta. A venda é feita por igual, se 10 tem eu divido a venda pelos 10. No caso de vender só uma parte da pimenta é priorizado que tá com mais necessidade, há uma preferência na sequência (Presidente da Associação, 2023).

As etapas do processo de trabalho e as longas jornadas na coleta e beneficiamento da aroeira demandam muito tempo, mesmo que o ganho com a pimenta rosa seja em sua maioria para as despesas com alimentos, ainda é muito pequeno diante do volume de trabalho. Durante as safras a dedicação é muito maior, conforme relata a Associada 1 (2023), “Quando está na safra da pimenta a gente tá aqui de dia à noite, até de madrugada. Tem que realizar o trabalho rápido porque não pode armazenar a aroeira sem desidratar pois estraga em menos de 24h”.

Pode ser observado nas falas das mulheres entrevistadas, que o trabalho desempenhado na coleta e beneficiamento da aroeira torna-se extremamente cansativo, além de resultar em uma alta carga de trabalho. Como relatou a Associada 7 (2024) “[...] A gente catava o dia todo, às vezes até pela noite quando tava desocupada, quando dava sono a gente ia dormir e dexava para lá e no outro dia pegava”. As entrevistadas também mencionam que

durante esse processo, sentem dores no corpo, especificamente na coluna, devido à repetição constante dos movimentos.

As mulheres entrevistadas relatam, ainda, que durante o processo de beneficiamento da aroeira prevalece o zelo e a preocupação com a qualidade do produto a ser comercializado. Conforme relato da Associada 4 (2024) “A gente demora bastante que é pra catar, tem que ser de uma por uma, que a aroeira é muito pequenininha. Aí tem que tirar as ruins das boas, tem o procedimento da lavação, da secagem, da embalagem”.

Tendo em vista que a pimenta rosa é o “carro-chefe” da associação, verifica-se que a maior parte da renda obtida depende do período de safra. A safra varia conforme as condições edafoclimáticas, se for um longo período de chuvas ou de seca a safra será ruim, levando a uma baixa produtividade interferindo na quantidade e qualidade dos produtos a serem comercializados. Deve ser levado em consideração também, a dificuldade de acesso aos mercados para comercialização do produto, levando a negociação com poucos canais de venda.

Contudo, a Associação teve a necessidade de criar novas fontes de renda para os membros associados, passando a realizar a extração de outras frutas e a diversificar a produção para tornar possível sua manutenção no mercado, gerar renda de forma mais frequente, possibilitando assim a permanência das extrativistas na associação. A Associação passou a produzir bolos de aipim, leite, laranja, doces de leite e frutas, cocadas e geleias.

A diversificação da produção foi essencial para manter a associação ativa, uma vez que apenas a extração da aroeira não seria suficiente. Enfrentando desafios que vão desde as condições ambientais até o processo de comercialização, foi necessário explorar outras atividades a partir do setor de agroindustrialização de alimentos utilizando produtos da agricultura familiar para dar continuidade às atividades da associação. Para a Diretoria, essas novas atividades contribuirão para fortalecer financeiramente o empreendimento, gerando mais capital de giro para fomentar o beneficiamento da pimenta rosa e de outras frutas. Dessa forma, o objetivo principal é gerar renda para os membros envolvidos na associação.

De acordo com a Diretoria o principal entrave para o desenvolvimento da associação atualmente é o baixo aporte financeiro, ocasionando a falta de capital de giro para conduzir as atividades. As fundadoras relatam que, quando a associação começou a ter acesso a projetos e programas públicos, fortaleceu o desenvolvimento socioproductivo da associação, garantindo a continuidade das atividades realizadas ao longo do ano. Contudo, é necessário destacar o papel das mulheres na organização desse coletivo, principalmente quanto às tomadas de decisão, pois são elas que direcionam os rumos da associação.

Esse processo de manutenção da associação não foi fácil para as mulheres, e a obtenção de recursos financeiros, através do acesso a projetos e programas, ainda é de extrema importância para a manutenção das atividades da associação.

Diante de jornadas intensas e exaustivas, as mulheres ainda têm de conciliar o trabalho na associação com a realização de tarefas domésticas em casa, muitas vezes não recebem a ajuda do marido ou filhos, levando a mulher a uma sobrecarga de trabalho e com escasso tempo disponível para cuidarem de si. Conforme relatos das associadas, algumas mulheres realizam ainda uma série de tarefas e atividades extras para obtenção de renda, como a pesca, os trabalhos domésticos fora de casa e outras várias atividades não agrícolas.

É possível observar, de acordo com a fala das mulheres entrevistadas, que antes de participar da Associação Aroeira a atividade que demandava o maior tempo delas era o trabalho doméstico e atualmente após se tornarem associadas à prioridade é o trabalho na Associação. Segundo a Associada 5 (2024) “Antes era praticamente o dia todo, porque eu faço o meu serviço no campo e depois o serviço de casa. E agora eu vou pra associação e quando eu chego da associação o restante do tempo é pra casa. A associação é prioridade”. A Associada 3 (2024) corrobora afirmando que “Antes era o dia inteiro, depois a gente encaixava né. Primeiro ia pra associação e quando chega fazer alguma coisa em casa, deixava as crianças com minha mãe”.

Já a Associada 7 (2024) complementa, afirmando que:

Pra cuidar de casa quando não tem o que fazer fora a gente cuida o dia todo, porque não falta serviço numa casa. Depois que entrei na associação o serviço da casa continua o mesmo agora a gente faz quando tem tempo, varreu a casa, lavou a roupa, forrou as camas e passou a vassoura já tá bom, quando tiver tempo faz uma faxina. Primeiro vou para associação.

Evidencia-se, assim, que as mulheres dedicam maior tempo às atividades produtivas na associação, contudo, elas continuam realizando as tarefas domésticas, embora tenham reorganizado o tempo e o horário para realizá-las. No entanto, é crucial reconhecer as diversas responsabilidades que elas desempenham em casa, cuidando do lar e da família, além de enfrentarem uma jornada adicional de trabalho na associação. Isso resulta em uma sobrecarga significativa para as mulheres.

Sobre a divisão das atividades domésticas nos lares, algumas mulheres entrevistadas apontam que assumem todas as atividades domésticas, enquanto outras indicam que recebem ajuda do marido, filhos ou netos. Relatam, ainda, que raramente têm tempo livre ou momentos de lazer e predominantemente, seu tempo é dedicado ao trabalho e aos cuidados domésticos. A Associada 3 (2024) ilustra isso ao afirmar: “Eu não tenho folga, meu esposo trabalha de

segunda a sexta, aí tem o sábado e domingo pra descansar, eu trabalho de domingo a domingo. O meu descanso é uma hora de relógio que eu sento no sofá pra assistir alguma coisa”.

As mulheres entrevistadas também mencionam que, além de não terem tempo para si, até mesmo seu tempo de descanso é sacrificado. Quando questionada sobre o que faz no seu tempo livre, a Associada 6 (2024) relata: “Quem viu essa folga? Trabalho limpando as casas, limpo uma casa hoje quando saiu, vou lá pra outro sítio que tô criando um bezerro e umas ovelhas, aí de lá vou pra casa. No outro dia, a mesma vida. Eu não tenho festa pra ir, não tenho nada pra ir. O meu divertimento é trabalhar”.

É importante ressaltar que uma grande dificuldade mencionada pelas entrevistadas na realização do trabalho de extrativista é à distância e falta de transporte até os locais de ocorrência natural das aroeiras ou até a Associação Aroeira, conforme relata a Associada 4 (2024) “Minha dificuldade é a lonjura, porque várias vezes eu já fui de pé, tem o carro de mão pra pegar e trazer, a longura, o percurso, isso é minha dificuldade. Porque às vezes eu saía 5:00 da manhã eu já cheguei em casa 6:00 da noite”.

As mulheres entrevistadas também destacam os perigos que enfrentam no campo devido à presença de animais como cobras, abelhas, aranhas, insetos e vacas. No entanto, mesmo diante dessa periculosidade, elas sentem a necessidade de continuar, pois esse trabalho é essencial para elas. A Associada 1 (2024) compartilha sua experiência: “Tem cobra, maribondo. Outro dia eu fui tirar um caju, quando eu olho, uma cobra passando no meio das minhas pernas, era uma jiboia enorme, eu fiquei com medo e corri. Mas de maribondo e abelha já levei muita picada”. Já a Associada 6 (2024) relata: “E a aranha caranguejeira, quando dá fé tá nos pé da gente, é um risco danado. A pessoa que não tem, tem que fazer, porque muitos acha certo roubar, Jesus livra a gente de tudo. E tem as abelhas, que a gente corre e elas atrás. Tem as vacas paridas que dá carrera”. Esses relatos destacam não apenas os desafios físicos e emocionais enfrentados por essas mulheres no campo, mas também o compromisso com o trabalho, apesar dos riscos envolvidos.

3.3 Conflitos socioambientais que caracterizam a atividade extrativista das mulheres em Piaçabuçu

Para Leff (2006, p.415), as comunidades rurais “[...] são capazes de se reapropriar produtivamente de suas economias locais com base na revalorização de suas práticas e saberes tradicionais [...]”. Nesse contexto, ao reivindicarem autonomia sobre suas terras e a natureza,

mantendo suas identidades culturais, essas comunidades demonstram sua capacidade de adaptar e redefinir suas práticas em relação aos recursos naturais, visando garantir sua sobrevivência e promovendo o bem-estar.

Segundo a literatura, a utilização dos recursos naturais representa a base do patrimônio das famílias rurais. Além de estar relacionado com o modo de viver, desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão econômica das mulheres. Como trabalhadoras rurais, as mulheres acumulam um conhecimento profundo dos agroecossistemas, incluindo aspectos relacionados à conservação do solo e da biodiversidade. Esse conhecimento não apenas contribui para a sustentabilidade das práticas agrícolas, mas também fortalece o papel das mulheres no contexto rural e na gestão dos recursos naturais.

A ocupação e a utilização dos recursos naturais pelas mulheres extrativistas da Associação Aroeira estabelecem uma conexão intrínseca com o meio ambiente. Isso se deve ao conhecimento integrado de crenças e práticas transmitidas de geração em geração, moldando seus estilos de vida e suas territorialidades. Dessa forma, a reapropriação do meio ambiente, visto como um bem coletivo requer a colaboração dos atores sociais locais, a valorização dos saberes tradicionais e o aprimoramento de técnicas para explorar o ambiente como potencial produtivo, esse processo também depende da capacidade de autogestão das comunidades rurais (Leff, 2006).

A região do baixo São Francisco enfrenta uma disputa por recursos naturais, resultando em conflitos entre proprietários de terras e extrativistas da aroeira, bem como entre órgãos ambientais e extrativistas, extrativistas da Associação Aroeira e extrativistas locais. O município de Piaçabuçu estabeleceu Áreas de Proteção Ambiental⁵ (APA) para proteger o ambiente, que estava ameaçado por problemas fundiários, atividades de pecuária extensiva e invasões de terras. A implementação dessas áreas de conservação impôs limites para a utilização dos recursos e destacou a necessidade de técnicas de manejo adequadas para preservar o ambiente.

Entretanto, ainda persistem pressões sobre o recurso natural e práticas extrativistas inadequadas por parte de alguns agentes locais que não priorizam a conservação/preservação da árvore de aroeira. Essas ações frequentemente revelam conflitos com outros atores em

⁵ Art. 15º. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei 9.985, 18/07/2000).

relação à suas formas de apropriação da terra e dos recursos provenientes das matas, que constituem a base de sua sobrevivência. Como narra a Associada 7 (2024):

É um povo tão ignorante que às vezes a gente nem fala, se a gente for reclamar aí a gente já passa a levar nome ruim, a gente vê num gosta, mas deixa para lá. Tem uma mulher aqui no povoado que é uma destruidora. Tinha uma aroeira que era uma coisa linda, e ela acabou, ela cortou as moitas de aroeira uns quatro anos até que a árvore morreu. Ela é destruidora.

As extrativistas da associação receberam treinamento pra realização do manejo das árvores, realizando a extração de uma parte da aroeira por meio da poda dos ramos. Durante esse processo, é garantido que no mínimo 30% dos frutos permaneçam na árvore, visando à manutenção da avifauna e renovação natural da espécie para assegurar, assim, a continuidade da produção. Essas práticas visam manter suas tradições culturais e garantir seu sustento, ao mesmo tempo em que assumem a responsabilidade pela preservação das árvores e manutenção da biodiversidade.

De acordo com as entrevistadas, o acesso às áreas de ocorrência natural da aroeira é realizado em locais de acesso livre e também em áreas de propriedade particular mediante a permissão dos proprietários das terras. No entanto, surgem conflitos em algumas ocasiões quando os proprietários proíbem a entrada e a coleta em suas terras. Em um relato, observa-se que há proprietários de terras (donos de fazendas) que realizam o desmatamento ilegal por meio de corte ou queimada das áreas de ocorrência da espécie, para a realização da criação de gado e da produção de carvão, o que reduz a disponibilidade do recurso natural.

Na fala das associadas, é possível observar que umas preferem aconselhar quanto ao uso de técnicas antiquadas e evitam se envolver em conflitos maiores, enquanto outras relatam que, em alguns casos de desmatamento, ameaçam denunciar ao IBAMA.

Num terreno que eu apanhava aroeira, cada aroeira do caroção, aí ele foi lá e derrubou ia roçar aí eu disse: rapaz tu vai fazer o que aí? Aí ele me disse: vou roçar que o povo agora só vem apanhar aroeira aqui. Aí eu disse: daqui pra mais tarde o IBAMA chega aqui porque eu vou denunciar. Uma coisa que a natureza plantou e ele queria destruir, aí ele não roçou não (Associada 6, 2024).

Outro conflito identificado nas falas das associadas entrevistadas é a pressão exercida por grupos hegemônicos e capitalizados que intimidam as associadas, uma vez que detêm a posse das terras. Eles tentam restringir o acesso delas a algumas áreas de coletas das aroeiras, onde há alta incidência do fruto na região. Isso ocorre com o objetivo de forçá-las a participar da Associação Aroeira e tirar proveitos financeiros dessa relação, além de tentarem assumir maior controle na gestão e corromper a lógica reprodutiva adotada pela associação.

Nesse contexto, a Diretoria da associação está buscando soluções para suprir suas necessidades. Como parte desse esforço, elas estão considerando plantar e manejar a reprodução e coleta da pimenta rosa. Isso surge como uma estratégia para contornar as restrições de acesso a certas áreas, buscando formas sustentáveis de garantir o fornecimento de recursos essenciais para suas atividades, ao mesmo tempo em que fortalecem sua autonomia e capacidade de sustento.

De acordo com as extrativistas entrevistadas, a árvore da aroeira é considerada um recurso natural disponível para os extrativistas, uma vez que, “não foi ninguém que plantou foi Deus que deu” (Associada 1, 2024). As pessoas que coletam a aroeira enfrentam diversos desafios, como a falta de transporte, a exposição ao sol quente, riscos à saúde devido ao contato com animais perigosos e esforço físico intenso. No entanto, elas perseveram diante desses obstáculos e continuam a se dedicar às atividades extrativistas devido à importância econômica que essas atividades representam para as comunidades locais.

As extrativistas enfrentam dificuldades para garantir sua autonomia e receber uma remuneração justa pelo trabalho realizado. Elas relatam que, os homens muitas vezes capitalizados, pertencentes a grupos hegemônicos ou extrativistas não associados, as pressionaram a ceder uma parte significativa das pimentas coletadas, às vezes até todas, para eles. Essa prática é uma manifestação de poder e dominação sobre as mulheres que realizam o trabalho de coleta. Alguns homens aproveitam-se da vulnerabilidade das catadoras para impor sua vontade e se apropriar dos recursos coletados por elas. Essa forma de conflito reflete não apenas desigualdades de gênero, mas também questões de poder econômico e social na comunidade.

Outra situação que muitas vezes gera situações de conflitos entre os extrativistas é a presença de extrativistas de outros municípios e a visita do atravessador, o que resulta em uma competição pelos locais de coleta, conforme observado pela Associada 1 (2024), que relata: “quando o atravessador vem todos os extrativistas da região vai pra campo, quem é da associação ou não vai pra campo”. Isso se deve ao fato de que o aumento do número de pessoas em busca do recurso torna-o escasso, e aqueles que não fazem parte da associação têm métodos diferentes de coleta, como explica a Associada 3 (2024): “não faz da forma que nois fazemos, eles vão lá e derruba tudo, corta com facão, foice, machado”. A Associada 6 (2024) também compartilha essa preocupação, mencionando que “Tem pessoas que vão lá e corta, faz à bagaceira. Tem galho de aroeira que é alto pra pegar né, aí se eu vou em cima corto, ele cai, com 2 anos é que vai botar de novo”.

Essa coleta inadequada pode ter impactos negativos significativos, como aponta Maciel (2020, p.64), afirmando que a realização incorreta do extrativismo e o desmatamento “[...] tende a impactar diretamente a obtenção de renda e subsistências das mulheres e de seu grupo doméstico, posto que o extrativismo tem como principal função a garantia da renda familiar, além dos danos ambientais as áreas de floresta”.

As extrativistas entrevistadas mencionam ter recebido permissão para realizar a extração dos frutos da aroeira em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) após participarem de um curso oferecido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Isso indica uma abordagem de manejo sustentável, na qual a coleta é autorizada mediante a adoção de práticas adequadas para a conservação da espécie. No entanto, o fechamento da sede do ICMBio no Pontal do Peba/AL durante o governo anterior (2019-2022) causou preocupação entre as associadas. A ausência de fiscalização e monitoramento por parte do órgão ambiental resultou em um aumento da pressão sobre a aroeira na região, especialmente porque as práticas de coleta não foram devidamente controladas.

Do ponto de vista científico, a gestão adequada dos recursos naturais, como a aroeira, é fundamental para a conservação da biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. O manejo sustentável, que envolve a autorização controlada da atividade extrativista, baseia-se em princípios científicos de conservação e sustentabilidade, visando garantir a exploração dos recursos naturais de forma a preservar sua disponibilidade para as gerações futuras. A falta de fiscalização e monitoramento pode comprometer esses esforços, aumentando o risco de sobre-exploração e impactos negativos sobre a biodiversidade local.

As extrativistas consideram a especulação imobiliária crescente na região litorânea como uma ameaça significativa às áreas de acesso onde realizam suas atividades. A expansão dessa especulação tem levado ao loteamento de áreas de propriedade particular onde ocorre naturalmente espécies como a aroeira, o cambuí e o caju. Esse fenômeno tem gerado sucessivas agressões à natureza resultando na redução e exaustão dos recursos disponíveis, representando uma ameaça direta à subsistência dos extrativistas.

O conflito entre preservação ambiental e interesses econômicos imediatos é evidente nesse contexto. Enquanto as extrativistas buscam proteger os recursos naturais e manter suas fontes de sustento, a elite socioeconômica tem como objetivo principal obter lucro por meio da venda de terrenos loteados. Essa disparidade de interesses cria um choque entre aqueles que buscam preservar o meio ambiente e aqueles que buscam lucrar com sua exploração.

As condições de existência das comunidades dependem da legitimação dos direitos de propriedade das populações sobre seu patrimônio de recursos naturais e de sua própria cultura, e da redefinição de seus processos de produção, seus estilos de vida e seus sentidos existenciais. Assim, as lutas sociais pela reapropriação da natureza vão além da resolução dos conflitos ambientais através da valorização econômica da natureza e da concentração de direitos sobre o uso dos recursos (Leff, 2006, p.466).

Essa situação destaca a necessidade de políticas e práticas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, garantindo que os recursos naturais sejam protegidos para as gerações presentes e futuras. Além disso, é fundamental promover a participação e o empoderamento das comunidades locais, como as extrativistas, na tomada de decisões que afetam seus meios de subsistência e seu ambiente natural.

Os desafios socioambientais enfrentados pelas mulheres extrativistas em Piaçabuçu impactam suas vidas e rotinas diárias, evidenciando a intrincada relação entre trabalho, meio ambiente e sociedade. Esses desafios englobam a degradação ambiental e a busca por reconhecimento, direitos e autonomia, ressaltando a necessidade de políticas públicas que atendam suas realidades. No próximo tópico, analisaremos de que maneira ocorre o acesso das mulheres do campo e da floresta a essas políticas.

3.4 O acesso às políticas públicas pelas mulheres do campo e da floresta

Segundo Farah (2004, p.47) a “Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. [...]”. A autora enfatiza ainda que, desde 70, os movimentos sociais feministas lutam pela formação de políticas sociais de gênero, visando a superação de desigualdades entre mulheres e homens. No entanto, a autora aponta que mesmo diante de mudanças ocorridas as mulheres continuam sendo um dos segmentos mais vulneráveis da população.

Para Lavinias (1996) as políticas públicas sociais desenvolvidas no Brasil possuem um caráter clientelista, que favorece parte da população, onde as mulheres são contempladas em programas de proteção materno-infantil na condição de gestantes ou mães de famílias. Para a autora existe a necessidade de inclusão de políticas públicas específicas de combate à pobreza tendo as mulheres como prioridade, pois existem diferenças socioeconômicas entre grupos de mulheres.

Seguindo essa perspectiva analítica Novellino (2004) destaca que as políticas públicas voltadas para as mulheres pobres geralmente possuem um viés assistencialista direcionada a família. Contudo, é necessário que essas políticas promovam as atividades produtivas desempenhadas pelas mulheres para assim impulsionar o desenvolvimento econômico e social incluindo acesso a educação, a geração de renda, geração de empregos, acesso a linhas especiais de crédito, reforma agrária, distribuição de propriedades e programas de emprego. O autor aponta ainda que a criação e implantação de programas governamentais direcionados a pequenos grupos têm se tornado uma prática frequente como parte da política neoliberal para reduzir os gastos públicos, esta prática esta sendo adotada pela maioria dos países em desenvolvimento.

De acordo com Mazetto (2015) as políticas públicas funcionam como instrumentos governamentais para colocar em prática seus projetos e programas. Corroborando, Farah (2004, p.47) enfatiza que “[...] Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública. Dessa forma, essas iniciativas mais específicas e limitadas buscam a eficiência da utilização dos recursos públicos.

Segundo Siliprandi e Cintrão (2011) a criação de programas governamentais com foco nas mulheres rurais vem refletindo os avanços das organizações rurais e de mulheres, que buscam garantir o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização. No entanto, primeiramente, é necessário reconhecer as dificuldades que as mulheres rurais encontram para se inserir nas atividades de comercialização, devido à rígida divisão sexual e geracional do trabalho no meio rural, onde as mulheres comumente são designadas a vida doméstica (Siliprandi e Cintrão, 2011).

Farah (2004) entende ser necessária a formação de políticas mais abrangentes que criem um espaço de inclusão às mulheres. Dentre as áreas mais comuns nos programas governamentais que incluem ações de gênero estão saúde, violência e geração de emprego e renda. A autora destaca que os programas voltados para as mulheres rurais frequentemente se concentram na geração de emprego e renda com iniciativas que concedem crédito e assistência técnica a pequenos produtores rurais. Dessa forma, não apenas as mulheres tem acesso ao crédito mas também o “homem-chefe de família”, marcando a persistência da desigualdade de gênero.

Conforme Siliprandi e Cintrão (2011), as mulheres do campo e da floresta geralmente encontram-se organizadas em grupos produtivos informais que buscam obtenção de renda

através da comercialização de produtos agrícolas, no entanto esses grupos encontram ainda mais dificuldades em efetivar a comercialização.

[...] Normalmente esses grupos de mulheres rurais não se especializam em uma única atividade, dedicando-se a diferentes tipos de produtos, conforme o período do ano, combinando a transformação de produtos agrícolas [...] Por serem informais, quase sempre vendem diretamente ao consumidor em mercados locais. O alcance de outros mercados e a obtenção de maiores ganhos econômicos estão muitas vezes condicionados ao apoio externo de movimentos sociais e de entidades de assessoria (estatais ou de organizações não-governamentais) (Siliprandi e Cintrão, 2011, p. 14).

Analisando-se as iniciativas governamentais pode-se destacar o III Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013-2015) lançado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) teve como eixo estratégico o direito à terra, com igualdade para as mulheres do campo e da floresta e se propôs a buscar a articulação de ações em várias áreas para melhorar as condições de vida das mulheres em múltiplos aspectos.

Assim, as políticas públicas desenvolvidas buscam o fortalecimento e a consolidação da autonomia econômica das mulheres, possibilitando o “[...] acesso à terra, à água, à documentação, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização da pequena produção familiar, entre outras medidas que, de forma articulada, contribuem para a inserção produtiva das mulheres rurais”(SPM, 2013, p.66).

Segundo a SPM (2013), a ampliação do acesso das mulheres a políticas e serviços inclui a formalização das organizações produtivas que adotam a autogestão e a formação contínua de suas integrantes. Nesse sentido, a consolidação desses grupos depende da capacitação das produtoras rurais e suas lideranças, não apenas para o exercício de uma gestão competente de suas organizações, mas também para acessar às políticas de apoio à produção e exercer o controle social qualificado sobre essas políticas (SPM, 2013).

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2011), a organização em grupos produtivos é uma estratégia adotada pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e superar as dificuldades no acesso aos programas governamentais. É muito importante a implementação de políticas que ajudem a promover a autonomia econômica das mulheres rurais, como também a igualdade de gênero com uma maior presença das mulheres na vida pública.

A garantia de acesso ao crédito e a possibilidade de comercialização são desafios presentes para o pequeno produtor, principalmente para as mulheres. Segundo Siliprandi

(2017), dentre as políticas implantadas pelo Governo Federal desde 2003, a política mais conhecida é o PRONAF Mulher que se constitui em uma modalidade de crédito específica para mulheres. Formulado no âmbito do PRONAF em um país marcado pelas desigualdades estruturais agrárias que caracterizaram a formação econômica e social do Brasil, o PRONAF Mulher foi criado para atender as necessidades de crédito de investimentos para projetos específicos de interesse da mulher agricultora (Boni, 2005).

Segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), apesar da série de limitações enfrentadas pelas mulheres rurais para acessar o PRONAF Mulher, como o medo de se endividar, falta de informação, ausência de assistência técnica e documentação, as mulheres agricultoras que conseguiram acessar o crédito aumentaram sua participação nas atividades produtivas, mesmo sendo minoria no acesso ou sofrendo interferência do homem “chefe de família”.

3.5 A luta das mulheres extrativistas de Piaçabuçu pelo acesso a políticas públicas

Por meio da diversificação da produção e após diversas lutas a Associação Aroeira passou a acessar os mercados institucionais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma parceria com a prefeitura de Piaçabuçu, Alagoas, que comprava da Associação parte de sua produção. A produção contava com bolos de aipim, leite, laranja, doces de leite e frutas, sequilho, tapioca, frutas desidratadas, pizzas de mandioca e pães. Atualmente estes canais não são mais acessados e continua sendo um dos desafios do empreendimento para consolidação do seu mercado, embora possua um grande potencial existe esse entrave por conta de conflitos políticos.

Em 2019, foi lançado o Projeto Ecocozinhar, financiado pelo Ministério da Cidadania e Governo Estadual, o projeto tem a finalidade da construção de uma cozinha industrial e a capacitação das associadas em gastronomia e culinária para torna-se chefes de ecocozinhas por meio do beneficiamento de frutas e verduras típicas da região que possam ser vendidas com maior valor agregado que resultaram na produção de geleias, cocadas, doces, bolos e pães.

Figura 7: Sala de refrigeração e cozinha industrial, Piaçabuçu, Alagoas, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Em 2020, foi lançado o Projeto de Educação Ambiental e Reflorestamento Bosque Berçário das Águas em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE, sendo financiado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) com o objetivo de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas na Mata Ciliar do rio São Francisco com foco no manejo de Sistemas Agroflorestais e educação ambiental dos beneficiários. O projeto serve para o plantio de mudas nativas e frutíferas que auxiliam ações ambientais ao longo do leito do rio e possuem considerável valor econômico e agroecológico, preservando a biodiversidade da região, além disso, contribui para a geração de renda das famílias que fazem também o beneficiamento dos frutos.

Em 2021, foi implantado o viveiro de mudas em Piaçabuçu com a capacidade de produção de 115.000 mudas ao ano. As novas mudas são feitas a partir da coleta do excedente em Área de Proteção Ambiental (APA) e também das sementes das frutas nativas beneficiadas que viram doces, geleias, compotas, cocadas e bolos.

Figura 8: Viveiro de mudas, Piaçabuçu, Alagoas, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Em 2021, foi criada a Cooperativa Ecoagroextrativista Aroeira de Piaçabuçu (Coopearp), interligada a Associação Aroeira, reúne 28 cooperados entre produtores e extrativistas. A Coopearp tem como objetivo a comercialização da pimenta rosa através da emissão de nota fiscal, bem como, produzir e processar frutas da Mata Atlântica usando

sistemas agroflorestais. A cooperativa também se dedica à produção de geleias, licores e cocadas a partir dos recursos naturais disponíveis na região. Além disso, oferece serviços de implantação de sistemas agroflorestais, venda de mudas e sementes, contribuindo para ampliar a produção agroecológica na região.

Os impactos da implantação de uma política específica de inserção produtiva no campo podem gerar efeitos positivos e/ou negativos. Nessa situação encontra-se a Associação Aroeira no município de Piaçabuçu. A Diretoria da Associação considera que o Projeto Aroeira foi o ponto de partida para o início da organização coletiva de mulheres extrativistas em Piaçabuçu. Essas mulheres tiveram que se diversificar para manter a associação. Isso pode ser avaliado na fala da Diretora Financeira (2024):

“O projeto do Ecoengenho não deu certo na época que ele tava bancando aqui, que era cheio de gente. O projeto deu certo agora, porque tá aqui se mantendo mesmo com todas as dificuldades. Então, o projeto tá vivo. Aqui não é um elefante branco que, depois que acabou o dinheiro do projeto, ficou abandonado”.

A fala da Diretora Financeira da Associação evidencia a importância do Projeto Aroeira como catalisador de recursos financeiros para a manutenção e progresso da atividade extrativista na associação durante a fase de implementação do projeto, mas também destaca a necessidade de adaptação e diversificação para garantir a sustentabilidade da associação após o término do financiamento inicial. Além disso, a citação da Diretora Financeira destaca a capacidade de uma organização se adaptar e prosperar diante de adversidades.

Uma política distributiva eficaz é essencial para atender às necessidades desse grupo social e auxiliar na superação dos desafios do desenvolvimento rural. É necessário ressaltar que apesar de todas as mudanças no desenvolvimento da atividade e comercialização da pimenta rosa, especialmente com a criação da Associação Aroeira em 2011 e a disseminação de conhecimentos associativos e organizacionais na comunidade pelo Projeto Aroeira, ainda há necessidade de o Estado aprimorar seu apoio aos atores sociais locais. Isso requer uma política de incentivos financeiros mais robustos, que fortaleça e sustente o desenvolvimento dos trabalhadores rurais como um todo.

É incontestável que a coleta e a comercialização da pimenta rosa e de outros frutos representam uma fonte de renda para muitas famílias extrativistas. Entretanto, a sustentabilidade da cadeia depende da inclusão social desses trabalhadores, que enfrentam

desafios em um ambiente marcado pela expansão do latifúndio, que provocam impactos ambientais e sociais (Mello, 2015).

A Diretora Financeira considera que seria estratégico fortalecer não apenas a compra dos produtos fabricados na associação pelo poder público municipal, mas também implementar políticas de comercialização e marketing. Essas iniciativas podem aumentar a visibilidade da atividade extrativista em Piaçabuçu, promovendo, ao mesmo tempo, a manutenção e o desenvolvimento da associação. Tal abordagem valoriza o extrativismo por seu papel crucial para as famílias locais e para a preservação e conservação dos recursos florestais.

Nesse contexto, conforme Leff (2006, p.417) é importante “[...] criar condições políticas no interior da sociedade nacional para fomentar as iniciativas de projetos de pequena escala, promovendo apoios dos governos para reforçar as capacidades de subsistência e produção sustentável das comunidades [...]”. Essas estratégias configuram-se como integração das economias de auto-subsistência com a preservação dos equilíbrios ecológicos.

Como já foi visto anteriormente, a pimenta rosa é um produto que não tem um mercado consolidado, assim, a associação necessita de acesso às políticas públicas para a manutenção das atividades. Dentre as políticas que contribuem para o fortalecimento do segmento, tem-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incentivam a produção extrativa. No entanto, a Associação Aroeira tem encontrado obstáculos para acessar esses programas devido à burocracia relatada pelos próprios extrativistas, o que impede sua participação.

Anteriormente existia uma parceria firmada com a Prefeitura de Piaçabuçu, em 2016, para garantir a inserção de pequenos agricultores familiares e produtores locais em mercados institucionais, como o PNAE e o PAA. A associação realizou um financiamento para adquirir fornos e fogões industriais, bacias e freezer, para confeccionar e armazenar bolos e doces de leite que eram vendidos ao município, e os lucros eram repartidos entre as associadas que participavam do programa.

O programa também incluía a compra de frutas e verduras que são utilizadas na merenda escolar. Essas atividades de fornecimento aos programas representavam a principal fonte de renda ao longo do ano para a associação. Os contratos eram renovados trimestralmente, de acordo com as condições e demandas da cidade. Ao término do contrato com a Prefeitura de Piaçabuçu, a associação sofreu impactos negativos com a redução do faturamento advindo das vendas dos produtos à Prefeitura, como forma de superar essa

situação passou a vender a população local os bolos de macaxeira, doces, cocadas, tapioca, esfirra e pizza de macaxeira. Contudo, o número de vendas é bem inferior em relação ao volume fornecido aos programas PAA e PNAE.

As entrevistas revelam a importância econômica das pequenas propriedades rurais, porém também evidenciam críticas à grande burocracia para acessar o PAA e o PNAE. Segundo as mulheres entrevistadas, após o término do contrato com o município, elas não conseguiram mais acessar esses programas. Elas afirmam que há um impedimento por parte da Prefeitura de Piaçabuçu no acesso às políticas públicas destinadas as extrativistas da associação no município, prejudicando assim, o desenvolvimento socioprodutivo da associação.

Em relação às dificuldades de acesso a esses programas, Oliveira et al. (2010) considera que deveria haver mais financiamentos de forma contínua, contudo ressaltam que a burocracia é um obstáculo significativo. Eles sugerem a simplificação do processo para atender melhor às demandas dos agricultores familiares, enfatizando a necessidade de uma reformulação na gestão do programa para garantir o acesso dos cidadãos alvo dessa política.

No município de Piaçabuçu as políticas públicas voltadas para os produtores rurais são programas ou projetos do Governo Federal. O Secretário de Agricultura do município de Piaçabuçu afirma que “A gente visa muito essa parte das políticas voltadas para mulheres, até porque hoje no governo Lula trabalha muito a questão do PAA e de outras políticas com uma cota maior pras mulheres, que tenha uma participação maior das mulheres”. Entretanto, reconhece a ausência de políticas específicas voltadas para as mulheres e que são realizadas capacitações através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com cursos de doces e pães caseiros.

Os programas e projetos disponíveis no município ocorrem através do Governo Federal. Quanto à inclusão das mulheres nos programas e projetos disponíveis, o Secretário explica que os critérios incluem ser da agricultura familiar, possuir o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ou ser pescadora. No entanto, a Diretoria da Associação Aroeira afirma possuir toda a documentação necessária para participar, mas encontra barreiras devido a conflitos políticos com a atual gestão.

Essa situação evidencia a importância da relação entre o poder público e os extrativistas locais. A falta de parcerias da gestão municipal com as mulheres da Associação Aroeira prejudica seu desenvolvimento, perpetuando desigualdades de gênero e limitando oportunidades no meio rural. Valorizar o trabalho feminino é crucial para promover a equidade de gênero e fortalecer o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais.

Em 2019, as mulheres associadas também acessaram outra política pública, o Projeto Ecocozinhar. Financiada pelo Ministério da Cidadania e pelo Governo Estadual, o projeto construiu uma cozinha industrial e proporcionou capacitação às associadas para se tornarem chefes de ecocozinhas. O objetivo era produzir pães, bolos, geleias, cocadas e doces a partir das frutas disponíveis na região.

Desde 2021, a associação tornou-se responsável pela realização do projeto Bosque Berçário das Águas, Educação Ambiental e Sistemas Agroflorestais (SAFs) com foco no agroextrativismo sustentável. Financiada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), o projeto consiste em implantar um Bosque Berçário e construir um viveiro para produção de mudas destinadas ao reflorestamento da mata ciliar na região da foz do rio São Francisco. Isso tem notável valor econômico e agroecológico, contribuindo para a preservação da biodiversidade local. Além disso, o projeto visa implantar Sistemas Agroflorestais (SAFs) e realizar a mobilização social dos beneficiários da Associação Aroeira. Investir em iniciativas como o Bosque Berçário das Águas não apenas beneficia a geração de renda local, mas também contribui para a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e a proteção dos recursos naturais.

Mesmo com várias manobras para superar as dificuldades de obtenção de renda, as pessoas associadas têm necessidade de acessar políticas de transferência de renda para assegurar a reprodução social. De modo que programas como Bolsa Família, Criança Alagoana (CRIA)⁶ e o Seguro Defeso, que beneficia pescadores artesanais durante o período em que ficam impedidos de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies, são fundamentais para evitar o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres.

As extrativistas entrevistadas consideram que as ações do governo são insuficientes para melhorar a qualidade de vida dos membros da associação. Elas são unânimes ao afirmar que políticas mais ativas são necessárias, especialmente aquelas específicas para mulheres rurais, valorizando seu trabalho e promovendo aumento na geração de trabalho e renda no campo. Elas também mencionaram a importância de políticas de habitação rural para atender aqueles que ainda vivem em casas de aluguel ou de taipa, e políticas de infraestrutura e transporte para melhorar as estradas vicinais e facilitar a locomoção das pessoas que vivem nas áreas rurais.

⁶ De acordo com o Governo do Estado de Alagoas o CRIA é um programa de política pública intersetorial, que envolve Assistência Social, Saúde e Educação, com o objetivo de prover e aprimorar a contribuição da gestão pública aos atores da primeira infância. Tem direito ao benefício famílias inscritas no CadÚnico, nos grupos de pobreza e extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes e crianças até cinco anos de idade. As famílias permanecem no programa até a criança completar seis anos de idade.

Para Siliprandi (2017) as mulheres rurais têm enfrentado desafios ao longo da história em suas interações com o Estado brasileiro. Esses desafios surgem da necessidade de serem reconhecidas como cidadãs, com direito a voz, participação nos processos decisórios e acesso aos benefícios das políticas públicas. Dessa forma, a ativa participação das mulheres rurais em suas reivindicações, contribui para romper a invisibilidade das mulheres como produtoras rurais e abrir espaço para outras conquistas. Contudo, as políticas continuaram falhando em atender suas demandas, ainda persistem os preconceitos de gênero e estruturas institucionais que favorecem os interesses dos homens.

Segundo Butto et al (2014, p.13) “[...] a auto-organização das mulheres rurais nos territórios permanece não só como garantia de romper barreiras ao acesso às políticas públicas, mas também na sociedade e na família. As mulheres rurais vão tecendo este espaço de vida, de uma vida que vale a pena ser vivida”. Nesse contexto, a organização das mulheres rurais atua não apenas no acesso a políticas públicas, mas também é reconhecida como um importante catalisador de mudança, contribuindo para transformações sociais mais amplas. Essas organizações desafiam normas de gênero arraigadas e promovem a igualdade de oportunidades.

É importante ressaltar que atualmente o único benefício público ao qual a associação tem acesso é ao projeto Bosque Berçário das Águas e não conta com nenhum outro apoio de políticas públicas. No discurso das associadas pode ser observado um apelo para que o Governo Federal envie mais recursos para programas como o PAA, incentivando assim o fortalecimento da produção agrícola, aumento da segurança alimentar e melhora da qualidade de vida das comunidades rurais, especialmente das mulheres.

Quanto às políticas desenvolvidas pelo Governo Estadual, a percepção das associadas é de que existe a falta de incentivos e a concentração de recursos em grupos privilegiados. A literatura em economia política e sociologia destacam como políticas governamentais podem perpetuar ou reduzir desigualdades sociais e econômicas. A sugestão das associadas para que o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOEP), do Estado de Alagoas, seja direcionado também para o desenvolvimento da associação proporcionaria melhores condições de vida as mulheres extrativistas associadas. Ressalta ainda, a importância da utilização eficaz dos recursos públicos, destacando a necessidade de transparência, prestação de contas e eficiência na alocação de fundos para programas de desenvolvimento.

Além disso, a proposta de que a prefeitura poderia contribuir comprando produtos da agricultura familiar para programas como assistência social e educação está alinhada com os princípios da segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e apoio à economia local. Por

fim, a observação da Associada 1 (2024) sobre como “Infelizmente, a política é um sonho de que ela funcione da maneira que queremos, mas acredito que pode mudar” reflete uma compreensão crítica dos desafios políticos enfrentados pelas comunidades rurais.

Dessa forma, o discurso das associadas não apenas descreve suas experiências e desafios, mas também se encaixa em debates científicos mais amplos sobre desenvolvimento rural, política pública, equidade de gênero e participação cidadã. Dessa forma, é importante a atuação dos gestores públicos, através de programas e projetos governamentais, para impulsionar as mudanças na forma de organização produtiva e assegurar a reprodução dos atores sociais rurais, baseadas em práticas e saberes ambientais que irão refletir no desenvolvimento rural do Estado.

Quanto aos projetos atuais da Diretoria para a associação, destaca-se a mudança do rótulo das embalagens, com foco na comercialização dos produtos através da Coopearp. A Associação continuará com os projetos sociais, incluindo a ideia da construção de uma creche no terreno da associação para que as associadas possam deixar suas crianças enquanto trabalham na associação.

Para o futuro, os projetos sociais incluem buscar capacitações e parcerias para desenvolver trabalhos sociais na comunidade, demonstrando o impacto positivo da associação. Além disso, a Associação Aroeira pretende desenvolver atividades não agrícolas como o turismo rural, com ofertas de passeios as áreas de ocorrência natural das aroeiras e as áreas que serão reflorestadas pelo projeto Bosque Berçário das Águas, como também aos pontos turísticos naturais do município de Piaçabuçu.

A Diretoria idealiza a construção de um espaço semelhante a um mercado da economia criativa e solidária, onde serão expostos os produtos das cooperativas e dos artesãos. Levando em consideração o potencial turístico da localização geográfica das mulheres envolvidas, a Diretoria destaca a ausência de uma identificação que informe que Piaçabuçu abriga pessoas que são extrativistas e trabalham com frutos da natureza, bem como produtos que são beneficiados. Essa é uma luta constante que a associação tem buscado enfrentar.

Com base nos depoimentos das associadas, é perceptível que o acesso às políticas públicas contribuiu para ampliar as capacidades das mulheres em diversos aspectos. Economicamente, possibilitou a venda dos produtos agroextrativistas, promovendo sua independência financeira. Além disso, incentivou o acesso a uma alimentação saudável por meio do consumo das frutas colhidas na mata, melhorando a qualidade de vida. No âmbito doméstico, ainda existe a necessidade de uma reorganização das responsabilidades do

trabalho, possibilitando uma melhor conciliação entre as atividades familiares e produtivas. Por fim, o acesso às políticas públicas contribuiu para a expansão das capacidades de liderança das mulheres, através da participação ativa na Associação Aroeira.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação, analisamos a atividade extrativista realizada por mulheres rurais a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu, AL, de modo articulado com o debate das políticas públicas no contexto contemporâneo, marcado pelo predomínio do neoliberalismo.

Para isso, analisamos a trajetória de construção da Associação Aroeira, verificando como se deu a inserção produtiva da pimenta rosa nesse grupo de mulheres e sua influência nas condições de vida das associadas; debatemos sobre as políticas públicas descrevendo como o contexto neoliberal impactou a construção das políticas públicas no Brasil, particularmente as voltadas para as mulheres rurais; identificamos ameaças e conflitos socioambientais que podem comprometer o desenvolvimento produtivo da Associação Aroeira; bem como verificamos quais ações desenvolvidas na Associação implicam em avanços socioeconômicos e ambientais.

Na trajetória de construção da pesquisa se buscou analisar inicialmente o contexto socioeconômico em que está inserida a associação, seguindo a proposta teórica metodológica, de analisar esse processo organizativo dentro de uma estrutura social que influencia no desenvolvimento da associação. A Associação Aroeira está localizada no município de Piaçabuçu, que integra o Território do Baixo São Francisco (BSF) em Alagoas e abriga duas unidades de conservação da Mata Atlântica. O ambiente onde se encontram as mulheres da aroeira é marcado por falta de emprego, insegurança alimentar, violência doméstica velada, baixo nível de escolaridade e por relações de poder e pela forte concentração fundiária. Portanto, uma realidade socioeconômica marcada por desigualdades sociais. Compreender essa realidade é fundamental para que se pudesse analisar as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres extrativistas.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa que procurou caracterizar a atividade extrativista, bem como analisar a percepção das sujeitas da

pesquisa – as mulheres extrativistas – sobre o próprio trabalho e as transformações que o processo produtivo em que estão inseridas vem produzindo na vida delas e na localidade em que vivem. Nesse sentido, além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, foi fundamental a realização da pesquisa empírica, que consistiu em dois trabalhos de campo.

O primeiro trabalho de campo foi realizado em fevereiro de 2023 e consistiu na observação, coleta de informações e documentos para resgatar a história da associação, conhecer os locais de trabalho. O segundo trabalho de campo foi realizado em janeiro de 2024 e implicou na realização de entrevistas semi-estruturadas com sete mulheres associadas, de diferentes idades e com períodos de experiências de trabalho também distintos, e também foi aplicado um questionário ao representante da gestão do município de Piaçabuçu em Alagoas.

Nessa segunda imersão na realidade da associação também se acompanhou o trabalho das associadas em várias etapas produtivas, se visitou os locais de moradia, o trabalho de reflorestamento das matas ciliares. Nos dois trabalhos de campo foram realizados procedimentos de observação sistemática com anotações no diário de campo, pesquisa documental e registros fotográficos da biodiversidade existente no local de estudo e nos sistemas de produção que foram visitados.

Antes da formalização da Associação, as pessoas catavam pimenta rosa e consideravam o extrativismo da aroeira apenas um complemento na renda familiar e enfrentavam problemas como vendas a preços baixos para atravessadores e falta de orientação técnica. A necessidade de se unir para combater a exclusão social e melhorar suas condições de vida levou à formação da associação, com o Instituto EcoEngenho desempenhando um papel fundamental na organização e desenvolvimento do grupo.

O Projeto Aroeira, financiado pela Petrobras, e a subsequente criação da Associação Aroeira por meio de atividades econômicas sustentáveis fortaleceram a coleta e a comercialização da pimenta rosa, permitindo as extrativistas um maior controle sobre o processo e garantindo preços mais justos para seus produtos. Além disso, as mulheres envolvidas no projeto ampliaram a renda, o que implicou em maior autonomia econômica, o que se reflete em melhoria da autoestima. Outro ponto importante no processo de organização desse grupo foi à luta para promover o associativismo, implantar uma nova cultura ecológica e realizar a reapropriação coletiva dos recursos naturais e culturais, valorizando a natureza como fonte de riqueza para as mulheres do campo e para suas famílias rurais.

Após a formalização do grupo extrativista com a criação da Associação Aroeira e a capacitação das mulheres na gestão do beneficiamento da pimenta rosa, incluindo técnicas de coleta, mudanças na forma de extração da pimenta e uso de equipamentos de corte e de poda adaptados, surgiu à necessidade de diversificar a produção devido à sazonalidade do extrativismo da pimenta rosa e ao mercado reduzido para comercialização. Assim, foram introduzidas práticas de agroindustrialização de alimentos, utilizando outras espécies frutíferas presentes na região, garantindo a continuidade da Associação resultando em maiores vantagens econômicas e produtivas para as extrativistas.

Constata-se que, após a execução do Projeto Aroeira e a criação da Associação Aroeira, algumas mulheres associadas passaram a desempenhar papéis de liderança, sendo formadas durante a execução do projeto. Algumas mulheres da associação se destacam como articuladoras e gestoras, empenhadas em aprimorar o desenvolvimento das atividades da associação e envolver mais mulheres nesse processo.

Observando as mudanças na vida das mulheres pesquisadas após seu ingresso na associação, conclui-se que, para a maioria delas, houve uma transformação nas relações familiares. O trabalho associado criou um espaço de protagonismo feminino, oferecendo melhores condições produtivas e capacitação técnica. Isso resultou na valorização do trabalho dessas mulheres e no acesso a uma renda própria, aumentando sua participação na geração da renda familiar, e conseqüentemente, seu poder de compra, melhorando assim a alimentação da família, como também alterou a forma de educar os filhos em casa e promoveu o compartilhamento do conhecimento adquirido na associação com os membros da família. Além disso, a participação na associação proporcionou crescimento pessoal, independência financeira e autonomia das mulheres, além de contribuir para a preservação dos recursos naturais através de um sistema produtivo autogerido.

O estudo identifica que a Associação Aroeira desempenha um papel importante no apoio à independência dessas mulheres, oferecendo oportunidades para interagir com pessoas fora de seu círculo familiar. A participação nessa associação tem promovido maior mobilidade e acesso a diversas esferas sociais, permitindo que essas mulheres estabeleçam suas próprias redes de relacionamento, compartilhem informações e conhecimentos, e construam laços de solidariedade. Além disso, as associadas demonstram uma forte preocupação com a sustentabilidade ambiental e o legado para as futuras gerações,

evidenciando a importância da conservação da natureza e do desenvolvimento de boas práticas que promovam a regeneração dos ecossistemas degradados.

A conquista da renda foi um fator comum nos discursos de todas as mulheres entrevistadas. Além disso, elas destacaram melhorias no bem estar de suas famílias, com realizações de reformas, construção de moradias, aquisição de bens duráveis, criação de pequenos negócios e compra de terrenos. É evidente que o trabalho associativo e organizado, com práticas de extrativismo sustentável, trouxe transformações positivas para a vida dessas mulheres.

As mulheres extrativistas equilibram suas responsabilidades entre a casa e o campo, realizando a coleta dos frutos e demais atividades em conjunto, momento no qual compartilham experiências e informações. Observa-se um forte sentimento de solidariedade e cooperação entre as associadas, indicando que, além da renda, a interação coletiva e o bem-estar proporcionado pela associação são grandes motivadores para sua participação.

Evidencia-se que as mulheres dedicam maior tempo às atividades produtivas na associação. Assim, é observado que o trabalho de coleta e beneficiamento da aroeira é extremamente cansativo e implica em uma alta carga de trabalho. As mulheres ainda têm de conciliar essas atividades com as tarefas domésticas, muitas vezes sem o apoio do marido ou filhos, levando a uma sobrecarga de trabalho e com pouco tempo para cuidarem de si. Verifica-se que devido a essa sobrecarga de trabalho tende a limitar seu maior envolvimento na gestão da Associação.

É importante destacar que o município de Piaçabuçu está localizado em áreas de proteção ambiental, o que impõe restrições à utilização dos recursos e demanda de técnicas de manejo adequadas para preservar o ambiente. As extrativistas da associação receberam treinamento para a realização do manejo das árvores, que é compartilhado com os demais membros da comunidade extrativista, ao mesmo tempo em que assumem a responsabilidade pela preservação das árvores e manutenção da biodiversidade local.

Identifica-se a presença de poder e dominação sobre as mulheres envolvidas na coleta, evidenciado pelas desigualdades de gênero, poder econômico e social. O acesso às áreas de ocorrência natural da aroeira é possível tanto em locais de acesso livre quanto em propriedades privadas, desde que se obtenha permissão dos proprietários. No entanto, surgem conflitos quando alguns proprietários proíbem a entrada e a coleta em suas terras o que reduz

a disponibilidade do recurso natural. Há casos em que proprietários de fazendas realizam desmatamento ilegal, seja por meio de corte ou queimada, para abrir espaço para a criação de gado e a produção de carvão.

Além disso, a pesquisa revelou outros pontos de conflitos, incluindo a competição intensa pelos locais de coleta devido à presença de extrativistas de outros municípios e de atravessadores, resultando na utilização de métodos inadequados, como o uso de facões e machados, que prejudicam a coleta e o crescimento das árvores e a subsistências das mulheres. As associadas também relataram a pressão exercida por homens sobre as mulheres extrativistas para que cedam uma parte ou todas as pimentas coletadas e são intimidadas por grupos hegemônicos e capitalizados que tentam forçá-las a participar da Associação Aroeira para obter vantagens financeiras e corromper a lógica reprodutiva da associação.

Quanto a estes fatos, as associadas estão considerando realizar o cultivo e o manejo da pimenta rosa. A pesquisa identifica ainda que as mulheres da aroeira enfrentam vários desafios, incluindo a falta de transporte, exposição ao sol quente, riscos à saúde devido ao contato com animais perigosos e esforço físico intenso.

A crescente especulação imobiliária na região litorânea representa uma ameaça significativa às áreas de acesso da aroeira. A expansão imobiliária tem levado ao loteamento de terrenos onde ocorrem naturalmente espécies como a aroeira, o cambuí e o caju. Esse fenômeno tem causado sucessivas agressões à natureza, reduzindo e esgotando os recursos disponíveis, o que ameaça diretamente à subsistência dos extrativistas. Constata-se que há um claro conflito entre a preservação ambiental defendida pelas extrativistas e os interesses econômicos da elite, que busca lucro com a venda de terrenos.

Outro aspecto relevante é o enfraquecimento das instituições fiscalizadoras durante o governo anterior (2019-2022), que resultou em um aumento da pressão sobre a aroeira na região. A falta de controle adequado das práticas de coleta prejudica a conservação da biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas.

Destarte, é essencial adotar políticas que equilibrem o desenvolvimento econômico com os aspectos ecológicos e produtivos, considerando os recursos sociais disponíveis, para garantir à manutenção da sobrevivência das famílias e proteger os recursos naturais para o presente e o futuro.

Quanto à avaliação de políticas públicas, o neoliberalismo projeta uma cultura voltada para soluções ágeis e eficientes, com uma diminuição da intervenção Estatal nas políticas sociais. Com o neoliberalismo, surge o Novo Gerencialismo Público, que prioriza a racionalização e eficiência dos recursos. Isso se traduz em cortes nos gastos públicos e em uma redução da presença do Estado, resultando na privatização e terceirização de algumas áreas anteriormente geridas pelo setor público, levando ao aumento da exclusão, do desemprego e da desigualdade.

O neoliberalismo impulsionou a Reforma do Estado no Brasil, transformando sua função de responsável direto pelo desenvolvimento social e econômico para a de financiador e regulador desse desenvolvimento. Dessa forma, ampliou-se o papel do setor privado na implementação de projetos voltados para atender demandas sociais, como a geração de emprego e renda. Assim, é nesse cenário complexo de maior participação social e da influência do neoliberalismo nas políticas macroeconômicas e públicas que se ampliam as políticas públicas para o campo no Brasil.

O Estado foi pressionado por organizações de movimentos sociais que lutam pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais. Dentro dessas lutas pela ampliação dos direitos sociais, as mulheres do campo se destacaram como protagonistas nas reivindicações por políticas públicas específicas para elas. A participação dos movimentos sociais rurais na Constituição de 1988 foi essencial para a implementação de políticas públicas que garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres, proporcionando a inclusão das mulheres como beneficiárias da previdência social, e a garantia do direito à aquisição de terras. Além disso, houve um esforço para combater a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres no meio rural, que frequentemente é considerado como trabalho reprodutivo.

A pesquisa constatou que a política para as mulheres rurais deve estar preocupada com a esfera produtiva e reprodutiva, incidindo sobre a valorização do trabalho das mulheres tanto no campo quanto no trabalho doméstico e do cuidado com a família. No caso da Associação Aroeira, constata-se que, apesar das deficiências na implementação das políticas públicas, ainda assim contribui para o desenvolvimento socioproductivo da organização de mulheres rurais em Piaçabuçu, Alagoas.

As políticas públicas incidem diretamente na sociedade, proporcionando-lhes outra realidade e condição. Contudo, o percurso de efetividade de políticas públicas, seja por

projetos ou programas, disponíveis as mulheres da Associação Aroeira têm sido caracterizado por interrupções e descontinuidades.

A Associação Aroeira no município de Piaçabuçu participou de um Projeto de desenvolvimento realizado com financiamento público, gerido pela Petrobras, que inicialmente os inseriu em uma política específica de desenvolvimento social. Entretanto, o projeto durou pouco tempo e ao término da execução do Projeto Aroeira a Associação em questão ainda tinha muitas fragilidades, pois não foi preparada para conduzir as suas atividades de forma estável. Dessa forma, o que era para ser uma política distributiva tornou-se uma política de divulgação de responsabilidade social da empresa, Petrobras, restringindo o objetivo de uma política que deveria atender as demandas dessa população beneficiada.

Foram identificadas limitações após o fim da fase de injeção de fundos públicos que alterou a própria dinâmica de organização da Associação, como por exemplo, a redução do processo produtivo diante da não consolidação do mercado para a pimenta rosa beneficiada, seu principal produto. Essa situação deveria ter sido resolvida pelo Instituto Ecoengenh, conforme aposta inicial do projeto, levando os associados a uma situação de desvantagem e com pimenta estocada e sem compradores. Além disso, a não capacitação dos extrativistas para que continuassem a comercializar a pimenta rosa, ocasionou a evasão de algumas pessoas associadas. Essas dificuldades de comercialização ainda enfrentadas pela Associação podem ter limitado melhorias mais significativas na renda das mulheres extrativistas associadas.

Nesse contexto, o Estado enquanto produtor de políticas públicas e em função dessa condição assimétrica da Associação Aroeira mereceria ter uma continuação do projeto para que os atores sociais daquela localidade pudessem ser capacitados para manter a atividade e promover, assim, melhorias locais socioeconômicas e ambientais. No entanto, à medida que esse processo é realizado no âmbito das políticas neoliberais, sendo executado por um agente privado e sem uma posterior regulação e avaliação do Estado no sentido de cobrar o cumprimento do conjunto do processo da política pública, este passa a não cumprir com a função distributiva deixando de atender as necessidades do grupo.

A pesquisa bibliográfica e, sobretudo as entrevistas com as mulheres associadas revelaram que existem dificuldades estruturais no processo de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para mulheres rurais. Como destacado anteriormente, a pimenta rosa, principal produto da Associação Aroeira, ainda não possui um mercado consolidado,

assim, a associação além de diversificar a produção através da agroindustrialização de alimentos, também depende do acesso às políticas públicas para manter suas atividades.

Nesse caso específico, da Associação Aroeira, identificaram-se desafios na efetivação de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são fundamentais para o fortalecimento do segmento. Embora esses mercados tenham sido anteriormente acessados pelas mulheres da Associação, atualmente representam um dos desafios do empreendimento. As dificuldades em retomar o acesso a esses mercados decorrem de conflitos políticos que incidem em burocracias excessivas, que impedem a participação da associação e dificultam a expansão de seu mercado, apesar do grande potencial existente.

As mulheres da Associação Aroeira participavam dos programas institucionais fornecendo bolos de macaxeira, doces, cocadas, tapioca, esfirra e pizza de macaxeira, frutas e verduras. A inserção dessas catadoras em uma rede de relações que fortalecia o processo produtivo da associação e concretizava demandas resultou em uma mudança significativa na sua qualidade de vida e nas estratégias de trabalho. Esses contratos representavam a principal fonte de renda ao longo do ano para a associação, oferecendo preços justos a produtos frequentemente desvalorizados. Além disso, a garantia dessa renda contribuiu para a redução da pluriatividade das mulheres com valorização econômica pelo seu trabalho. Entretanto, com o término do contrato com a Prefeitura de Piaçabuçu, surgiram novamente incertezas e instabilidades, decorrentes de um mercado frágil e da redução do faturamento, destacando assim, a vulnerabilidade da associação diante da volatilidade do mercado.

Identifica-se ainda que, no município de Piaçabuçu as políticas públicas voltadas para os produtores rurais são programas ou projetos do Governo Federal, com ausência de políticas específicas para as mulheres. Observa-se também que a falta de parcerias da gestão municipal com a Associação Aroeira prejudica seu desenvolvimento e perpetua desigualdades de gênero, limitando oportunidades para as mulheres no meio rural.

O estudo também identifica que as mulheres pesquisadas buscaram outras políticas públicas e desenvolveram projetos para garantir a continuidade da Associação Aroeira. Assim como o Projeto Ecocozinhar, que proporcionou a construção de uma cozinha industrial e capacitação para que as associadas se tornassem chefes de ecocozinhas. Também se tornou responsável pela realização do projeto Bosque Berçário das Águas, que se concentra em educação ambiental e sistemas agroflorestais com foco no agroextrativismo sustentável, para

implantar um Bosque Berçário e construir um viveiro para produção de mudas destinadas ao reflorestamento da mata ciliar na região da foz do rio São Francisco. Esses projetos não apenas geram renda local, mas também contribuem para a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e a proteção dos recursos naturais.

Apesar dessas iniciativas para superar as dificuldades de obtenção de renda, as associadas necessitam de políticas de transferência de renda para assegurar a reprodução social. Programas como Bolsa Família, Criança Alagoana (CRIA) e o Seguro Defeso, são fundamentais para evitar o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres.

Todas estas fragilidades demonstram que as políticas públicas são essenciais para garantir uma rede de segurança que apoie a continuidade do trabalho e a estabilidade econômica das mulheres do campo. Assim, é evidente a importância do apoio das políticas públicas para o fortalecimento da associação, mas é fundamental reconhecer o papel de liderança das mulheres na organização desse grupo, bem como a autonomia decisória das mulheres na administração da associação.

Dessa forma, as políticas públicas podem contribuir com a autonomia das mulheres, tanto no campo financeiro, como na transformação de sujeito capaz de mudar suas vidas e da sociedade em que vive. Contudo, ainda existe a necessidade de mudança nas políticas públicas com o estabelecimento de prioridades de ação que devem buscar novas formas de articulação para alcançar o fortalecimento e desenvolvimento dos agentes locais.

Percebe-se que os membros da Associação enfrentam dificuldades quanto ao desenvolvimento e estabilidade das atividades, necessitando de um reordenamento institucional para as políticas públicas na realidade local, direcionadas a promoção e desenvolvimento da autonomia econômica e protagonismo feminino, rompendo com o modelo político-administrativo neoliberal.

Portanto, esta dissertação confirmou sua hipótese norteadora da pesquisa de que utilizando a extração dos recursos naturais disponíveis na região com práticas de manejo sustentável e por meio do trabalho organizado na associação as mulheres da comunidade rural de Piaçabuçu em Alagoas ampliaram sua inserção econômica e fortalecimento social, e que as políticas públicas podem contribuir para alavancar esses processos produtivos, mas no contexto neoliberal, as políticas têm caráter cada vez mais limitado e descontínuo. Assim, podemos afirmar que existe um conjunto de transformações em curso e o acesso as políticas

públicas é parte essencial neste contexto político para o fortalecimento do trabalho das mulheres no espaço agrário, promovendo benefícios socioeconômicos e ambientais e contribuindo para a redução de múltiplas desigualdades.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, V. V. P. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804>. Acesso em: 04 set. 2023.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n.2, p. 12-42, julho/dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir & Gentili, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1995.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. n. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANJOS, K. P.; LAGES, A. M. G. Desregulamentação e migração da cana-de-açúcar em Alagoas. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIX, n. 3, p. 83- 94, jul., ago., set. 2010. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/352/298>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BANDEIRA, L. **Brasil**: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília. Relatório de Pesquisa SPM/Cepal, 2005. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_publ_1ourdes_bandeira.pdf. Acesso em: 05 mai. 2024.

BARBOSA, L. C. B. G.; BRANDÃO, T. F. B. Desenvolvimento rural e a agricultura familiar em Alagoas: Um olhar a partir do Censo Agropecuário de 2017. In: Anais do 58º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2020, Foz do Iguaçu, PR. **Anais Eletrônicos** [...] Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/254326.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BARBOSA, V. O. Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu. **História Social**, Campinas, n. 14, p. 255-275, 2008. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/137/130> . Acesso em: 04 jul. 2024.

BECHER, C.; KLANOVICZ, J. Mulheres Camponesas e os Desafios do Acesso às Políticas Públicas para Igualdade de Gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 159 - 177, ago. / dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7837/5009>. Acesso em: 05 mi. 2024.

BERTOLDI, M. C. **Atividade antioxidante in vitro da fração fenólica, das oleorresinas e do óleo essencial da pimenta rosa (Schinus terebinthifolius Raddi)**. 2006. 96 f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Viçosa: UFV. 2006. 96p.

BESERRA, M. R. **Associativismo Rural: Estratégia de Participação para Consolidação da Agricultura Familiar na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, em Picos – Piauí**. 2011. 87 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

BEZERRA, M. C. D. M. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região Oeste Potiguar – 2008/2012**. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2013.

BIASE, L. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 7, p. 4-36, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/128/128/248&ved=2ahUKEwj2xtrU_LqHAXWDppUCHZ9kBxMQFnoECBkQAQ&usq=AOvVaw0i5M2t2Yl4OogRKsX2IWP-. Acesso em: 26 jun. 2024.

BONI, V. **Produtivo ou reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina**. 2005. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BORDALO, C. A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BORGES FILHO, H. C.; FELFILI, J. M. Avaliação dos níveis de extrativismo da casca de barbatimão [*stryphnodendron adstringens* (mart.) coville] no Distrito Federal, Brasil. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.27, n.5, p.735-745, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/rhtYSw4KpBxMvFYwKWLTSKg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Revogado pela Lei nº 11.947, de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18913.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003.** Dispões sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.** Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em 22 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** Brasília, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha-paa-2010.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil.** Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, n. 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/21279/S0102-64451998000300004.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRITO, L. L. **O Intelectual e o desmonte do Estado no Brasil:** Luiz Carlos Bresser Pereira e o MARE (Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado). 2016. 340 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF Mulher. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 23, p.89-112, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/download/23746/19392>. Acesso em: 12 set. 2023.

BUTTO, A. et al. **Mulheres rurais e autonomia: Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: MDA, 2014.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011. p. 11-34. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3920p/B3920p.pdf#page=12>. Acesso em: 05 set. 2023.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (org.). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 19 – 37. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres_na_reforma_agraria.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

CALAÇA, M. As mulheres rurais, entre protagonismos e a invisibilidade: uma reflexão sobre investimento no desenvolvimento sustentável a partir da agricultura familiar camponesa. In: **Programa de pequenos projetos Ecosociais na Amazônia – Portifólio 2013 – 2017**. Brasília: ISPN, 2017, p. 66-78.

CAMPOS, C. S. S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – O caso de Cruz Alta/RS**. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARVALHAES, M. A.; OLIVEIRA, R. E. Práticas agroextrativistas, dinâmica social e conhecimento científico: Base para boas práticas de manejo da palmeira babaçu. In: BUSTAMANTE, P. G.; BARBIERI, R. L.; SANTILLI, J. (org.). **Conservação e uso da agrobiodiversidade: Relatos de experiências locais**. Brasília: EMBRAPA, 2017, p. 165-188.

CARVALHO, P.R de. **Associação Aroeira, Piaçabuçu-Alagoas: Um olhar a partir da Economia Solidária**. 42f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2019.

CASTRO, C.N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. Brasília: **Ipea**, 2017.

CASTRO, E. Prefácio. In: SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 15-21.

CAVALCANTI, N. B.; RESENDE, G. M.; BRITO, L.T.L. Extrativismo vegetal como fator de absorção de mão-de-obra e geração de renda: o caso do imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr. Cam.). In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz do Iguaçu, **Anais Eletrônicos [...]**, Foz do Iguaçu, 1999. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/131743?locale=en>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHAVES, A. R. S.; CASTRO, R. R. A.; MENEZES, A. A busca pela ascensão feminina do PDS Virola Jatobá, Anapu-Pa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kJy9FcfRdwVT9TdDLJfctwr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas orientadas ao mercado destes agricultores: Estudo de caso no Estado de Sergipe**. Relatório de Pesquisa PNUD. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1393/1/TD_1510.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Cartilha do PAA**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento. 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha-paa-2010.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

CRUZ, R. E. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional? **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 51-75, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2174>. Acesso em: 31 jul. 2023.

D'ÁVILA, C. R.; ROSSI, M. M. S. Programa de Aquisição de Alimentos. In: R. I. L. C. (Org.). **Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. Passo Fundo IFIBE, v.3, p. 21-32, 2010.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p.175- 204, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2024.

DELGADO, M. C. G. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. 255 f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **IPEA**, Brasília, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Pearson; Prentice-Hall, 1992.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 4, n. 1, p.115-137, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/88>. Acesso em: 02 jul. 2024.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: TIBURCIO, B.; MIRANDA, C. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural: Avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

ELIAS, L. P. et al. Os impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 57, n. 2. p. 215-233, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gnwRTbf9XFfBjg7dhqk4rRr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p.47-71, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011, p. 37-53.

FERNANDES, A. S. A. “Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social”. In: DANTAS, H.; JUNIOR, J. P. M. (org.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus. 2007.

FERNANDES, I. L. C. A Realidade das Mulheres Rurais na Luta pela Reforma Agrária: Ação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 03-10, 2009. Disponível em: https://orgprints.org/id/eprint/25048/1/Fernandes_Realidade.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. “É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n 01, p. 09-024, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/SgLpt8bCCN8BStV7rQGx3ss/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2024.

FIEDLER, N. C.; SOARES, T. S.; SILVA, G. F. Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v. 10, n. 2, p. 263- 278, 2008. Disponível: <https://revistas.unicentro.br/index.php/RECEN/article/view/712/885>. Acesso em: 03 jul. 2024.

FILIPACK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

FOGUESATTO, C. R.; BREITENBACH, R.; GOMES, C. J. O. A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a emancipação das mulheres rurais. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 13, n. 2, p. 1-19, jul./dez., 2023. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/4933&ved=2ahUKEwj9o666rqHAXUwr5UCHT9EDLEQFnoECCEQAQ&usq=AOvVaw1qycfoPzPidnKWbdQvWb3w>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial e a educação brasileira: 20 anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 229-253.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIRON, G. R. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania? **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 17-26, junho 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/109>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GOMES, L. J. et al. **Pensando a biodiversidade: Aroeira (Schinus terebinthifolius Raddi)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

GONÇALVES, R.; ABREU, S. Do Plano Nacional de Políticas para as mulheres ao “Machistério” de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158845008/321158845008.pdf>. Acesso em 05 mai. 2024.

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 137-170, 2010. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69/59>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p.125-146, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 22 jun. 2024.

GUZMAN, V. A equidade de gênero como tema de debate de políticas públicas. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (org.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2000, p. 63-87. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2000/01/Caderno-GenPP.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p.1-28, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 03 set. 2023.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Porto Alegre, 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Fiocruz, 2007.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. XXI, n. 55, p. 30-41, novembro, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2023.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993, 202 p.

HORA, K.; BUTTO, A. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A. et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>. Acesso em: 02/03/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 02 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/piacabucu.html>. Acesso em: 02 jan. 2024.

INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira**. Maceió: Ecoengenho, 2011.

IZIDORO, L. T.; SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A. Políticas públicas e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v.16, n.2, 2013. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/144/130>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JENKINS, W. I. **Policy analysis: A Political and Organisational Perspective**. Londres: Martin Robertson, 1978.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816/15405>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Record LTDA, 2004.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

LIMA, B. F.; MOTA, D. M. da. Percepção de mulheres extrativistas sobre o trabalho na Ilha de Marajó-Pará. **IDÉIAS Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, UNICAMP, v.7, n.1, p. 89-110, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/148505/1/2284-6342-1-SM.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LINDBLOM, C. E. The Science of Mudding Thought. **Public Administration Review**, v. 19, n.2, p. 79-88, 1959.

LINHARES, A. S. **Quebradeiras de Coco Babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão**: (re)construindo identidades e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos. 2016. 288 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MACIEL, K. N. **Mulheres da aroeira e o trabalho associado**: ações organizativas de extrativistas em Piaçabuçu, Alagoas. 2020. 101f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP, 2020.

MARQUES, G. P. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Catalão (GO): alguns desafios do Grupo de Mulheres do Movimento Camponês Popular (MCP). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 03, n. 17, p. 30-44, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/86742318/1030.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MARQUES, P. E. M.; LUCAS, A.; GASPARI, L. C. Desenvolvimento territorial em questão: Estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, v.17, n.1, 2014. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/134/120>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MAZETTO, F. E. Estado, Políticas Públicas e Neoliberalismo: um Estudo Teórico sobre as Parcerias-Público-Privadas. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 1-21, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/issue/view/33>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES**, Curitiba, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/article/view/533/714>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MELLO, A. F. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p. 91-108, set. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6025>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: FILHO, H. S. S. P. et al. (Org.). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011, p. 53-76.

MELO, M. J. **Universidade, Gerencialismo e Neoliberalismo**: uma revisão crítica da literatura. Salvador, 2022. 79 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

MENDES, M. F. et al. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.1, p. 71-89, abril, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CFxs7z7J6YtKHkMsfHk5ghm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, Goiânia,

v. 14, n. 1, p. 14-23, jan/jun, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco/article/view/19382/11270> Acesso em: 13 set. 2023.

MOMBELLI, E. S. **A Geração de Energia Renovável Através de uma Inovação Social pelo Projeto Aroeira: O Caso da Pimenta Rosa e Pequenos Extrativistas de Piaçabuçu/AL.** 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2019.

MOREIRA, A. D.; SANTOS. A. R. Políticas públicas do PAA e PNAE na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB. In: FALEIRO, W.; CARDOSO, E. C. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. (Org.). **Nucleação ou exclusão escolar? Caminhos e descaminhos da política de fechamento das escolas do campo.** Goiânia: Kelps, 2020, p.175-204.

MOTA, D. M. da et al. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 03, p. 449-470, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/d8h9XZyLc6XWSfnhGKDD7QD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MOTA, D. M. da et al. O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 2, p. 155-168, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/276>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MOTA, D. M. da et al. Família, trabalho e sociabilidade no extrativismo da mangaba. In: MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da, SCHMITZ, H. e RODRIGUES, R. F. de A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo.** Belém: Embrapa, p. 141-167, 2011.

MOTA, D. M da.; FERNANDES, T. “É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 01, p. 09-24, Jan/Mar. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/SgLpt8bCCN8BStV7rQGx3ss/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MULLER, P. **Les politiques publiques.** Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 1, p. 103-111, 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/18809/13991>. Acesso em: 31 jul. 2023.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais Eletrônicos** [...], Caxambú, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Salet-Novellino/publication/242302882_OS_ESTUDOS_SOBRE_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES/links/5492bc4c0cf209fc7e9f7d6c/OS-ESTUDOS-SOBRE-FEMINIZACAO-DA-POBREZA-E-POLITICAS-PUBLICAS-PARA-MULHERES.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

NUNES, E. M. et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista grifos**, v. 27, n. 45, p.114-135, 2018. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5729/572960989006/572960989006.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

OLIVEIRA, A. B. et al. Uma análise do processo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso Rio Grande do Norte. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v.14, n.1, p. 157-171, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/368/4234>. Acesso em: 20 mar, 2024.

OLIVEIRA, A. J. **Capital Social e Tecnologia Social: Um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas**. 2016. 161 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2016.

OLIVEIRA, R. G. Reforma do Estado e Políticas Públicas: avanços e retrocessos ao alcance da sustentabilidade. **INTERFACE**, Natal, v. 3 - n. 2. p. 13-29, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1>. Acesso em: 09 ago. 2023.

OLIVEIRA, S. P. **O espaço da mulher nas Políticas Públicas Rurais: Recortes de gênero em programas de agricultura familiar**. 2021. 21 f. Artigo (Graduação em Administração Pública) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Ceará, 2021.

OLIVEIRA, Z. T. de. **“A castanheira, aqui, é a mãe castanheira”**: o extrativismo da *Bertholletia Excelsa* na Resex Cajari-Amapá. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado Diversidade Sociocultural) - Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, 2022.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://aspta.org.br/files/2019/10/Agriculturas_Dez_Site_EdConvidado-1.pdf&ved=2ahUKEwjc5or4qdyHAXWMpJUCHaw8K-4QFnoECCEQAQ&usq=AOvVaw2xtXEEYie1QynHOwonQHsS. Acesso em: 03 jul. 2024.

PAL, L. **Public Policy Analysis: An Introduction**. Toronto: Nelson, 1992.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2024.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PIMENTA, F. F. **Políticas feministas e os feminismos na política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)**. Brasília, 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PONTES, D.; DAMASCENO, P. As políticas públicas para mulheres no Brasil: Avanços, conquistas e desafios contemporâneos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos** [...], Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, v. 25, n.147, p. 62-65, 1999. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

REIS, T. S. Expropriação do funcionalismo público: o gerencialismo como projeto. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 80-89, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6m6dK6nzhKBBT6G5h86h4ZQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 mai. 2024.

RIBEIRO, K. N. B. As Mulheres dos Castanhais e a Sobrevivência na Amazônia Brasileira: Organizações de Mulheres na Reserva Extrativista do Rio Cajari no Amapá. In: **18° REDOR**, 2014, Recife, PE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/783/743>. Acesso em: 14 jun. 2022.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/790/3053>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p.437-443, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 331-337, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321153853033/321153853033.pdf> . Acesso em: 03 jul. 2024.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 2, p. 273-292, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Fg4RLDLDCRFXTckdqmT4bq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SOUSA, G. M. O Fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p.80-103, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/157647/1/49348-165380-1-SM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.18, n. 2, p. 12-32, 2011. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/download/8634675/2594/3675&ved=2ahUKEwi3_qm76KuHAX9GrkGHav8CjUQFnoECDAQAQ&usq=AOvVaw3UtEciV6Xi8rqBetKH14w7. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, n. 9, p. 169-183, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>. Acesso em: 04 mai. 2024.

SILIPRANDI, E. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017, p. 277-294. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, D. S.; CURY, M. J. F. A identidade camponesa nos assentamentos do MST no Brasil. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 4, p. 22 - 35, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31936/22340>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SILVA, M. A. **Políticas para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional**. 1999. 327f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SILVA, D. W. et al. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 557-577, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revistas.ufpr.br/made/article/download/44455/29139&ved=2ahUKEwjU6fD7vtWHAXVApJUCHUTGMnQQFnoECCEQAQ&usq=AOvVaw2bGvffn9dNHsl7y2NwJli1>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SIMEON, R. Studying Public Policy in **Canadian Journal of Political Science**, v. 9, n. 4, p. 548-580, 1976.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, W. V. **Tecendo fios de solidariedade: uma experiência com mulheres do assentamento Rio Bonito, de Cavalcante – GO**. 2014, 69 f. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Planaltina, 2014.

SKONIECZNY, H. L.; SCHAFASCHEK, M.B. A influência do trabalho associativo na vida de mulheres agricultoras no município de Mafra, Santa Catarina. **Revista Extensão em Foco**, v.3, n.1, p. 31-45, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/779/349>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOARES, K. R. et al. Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **RESR**, Piracicaba, v. 56, n. 04, p. 645-662, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/hKDnz3qkx6T4ycFLWkxzQYj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SOUZA, L. A. G.; SILVA, M. F. Bioeconomical potential of Leguminosae from the Lower Negro River, Amazon, Brazil. In: Conservación de biodiversidad en los andes y la amazonia. Lyonia, v. 5, n. 1. p.15-24, 2002. **Anais Eletônicos** [...] Cuzco, 2002.

SOUZA, S. P. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: o Programa Territórios da Cidadania no estado de São Paulo**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis Revista Latinoamericana**, v. 44, p. 1-18, set. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11963#tocfrom1n4> Acesso em: 05 set. 2023.

SPANEVERELLO, R. M. et al. Contribuições do acesso ao crédito rural: Uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5418>. Acesso em: 20 abril 2024.

TELLES, L.; ARANTES, A. O.; FREITAS, A. F. Mulheres, agroecologia e a trajetória da Ater no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...] Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498487354_ARQUIVO_Artigo_Ater_Mulheres_Fazendo_Genero_Final_Enviado.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

TONIASSO, H. R. et al. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec**, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1323/1074>. Acesso em: 20 ago. 2024.

UCHÔA, M. Z. S. **Acesso às políticas públicas sociais de mulheres do campo: uma análise da atuação da associação de mulheres trabalhadoras rurais do município de Belterra - Pará**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. **Previdência Rural: Contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso**. Brasília: IPEA, 2016.

VASQUEZ, G. C. F. A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. **Psicologia Ciência E Profissão**, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DyLWkSTfq44RzwKDCLVhZ3n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2024.

VENTURA, J. A. et al. **Estágios de maturação e qualidade dos frutos da aroeira**. Vitória: Incaper, 2018.

VERAS, E. C. Agricultura Familiar em Alagoas: elementos para discussão. In: VERAS, E. C.; AMARAL, M. V. B. (Org.). **Capital x trabalho no campo: questão agrária**,

agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 85-111.

VIEIRA, M. C. Impactos do Programa Bolsa Família na vida das famílias egressas com foco nas mulheres titulares do benefício em São Luís/MA. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/CCSo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário 1: Membros da Associação Aroeira

IDENTIFICAÇÃO (ENTREVISTADA)

1. Nome:
 2. Idade:
 3. Cargo/função:
 4. Endereço (área rural/urbana):
 5. Estado civil:
 6. Filhos:
 7. Etnia:
 8. Naturalidade:
-
1. Quando você começou a catar aroeira e por quê? Já fazia a catação de aroeira antes ou só depois de entrar na Associação?
 2. Há quanto tempo realiza essa atividade? Há quanto tempo faz parte da Associação?
 3. O que levou você a participar dessa organização?
 4. Em sua opinião, qual a função da Associação?
 5. Qual importância que tem o seu trabalho para os extrativistas de maneira geral?
 6. Conte um pouco do seu trabalho, quais meses do ano realiza o trabalho como extrativista?

7. Nesses meses que a aroeira tem produção quantas horas você dedica à catação? E ao beneficiamento?
8. Além da aroeira que outros frutos cata, que épocas do ano e o que produz?
9. Na jornada de trabalho, da catação da aroeira ao beneficiamento, você sente dores no corpo? Acha que esse processo trás problemas a sua saúde?
10. Como ocorre o acesso às áreas de catação da aroeira? É uma área livre ou de propriedade particular?
11. Existem conflitos entre os extrativistas para conseguir obter acesso às áreas de extração da aroeira?
12. Quais as dificuldades que encontra na realização do trabalho de extrativista (é perigoso ir a campo)?
13. Por que esse trabalho é feito principalmente por mulheres?
14. Vocês têm percebido alguma redução das áreas de aroeira? Ou queda da produção das aroeiras que tem? O que vocês acham que está afetando a produção dos recursos naturais na região?
15. Quando pensa no futuro para você, tem interesse em continuar na atividade extrativista? Quer que seus filhos e filhas sigam esse trabalho?
16. Qual a importância do trabalho da associação para as mulheres associadas e para o meio ambiente?
17. A Associação possibilitou o acesso à educação?
18. De que maneira se dá o contato entre a associação e os usuários?
19. Você participa ativamente das reuniões do conselho? Qual sua opinião sobre a forma de tomada de decisão?
20. Houve alteração no número de participantes das atividades? Se sim, explique o que provocou essas mudanças?

21. Dentre as atividades desenvolvidas na associação, você participa de todas?
Sim () Não () Quais?
22. Quais dificuldades são encontradas na realização das atividades?
23. Você tem conhecimento sobre pessoas ou grupos de pessoas que tem opiniões contrárias entre elas sobre a utilização dos recursos pela Associação?
24. Em caso de divergência de opiniões relativas ao manejo de recursos naturais, como se chega a um consenso sobre quem está realizando a prática correta? (Recorrem a regras morais ou a legislações?).
25. Existe rivalidade entre os extrativistas dentro da Associação? E fora?
26. Como pode ser classificada a participação das mulheres nas atividades?
() ruim () regular () boa () muito boa
27. Em sua opinião, as mulheres rurais da região enfrentam dificuldades para participarem da Associação Aroeira ou de alguma atividade da associação?
() Não
() Sim
() Dificuldade de transporte/locomoção
() Falta de informação no atendimento
() Marido não permite
() Falta de tempo por que trabalha fora de casa
() Falta de tempo por que trabalha nas tarefas de casa
() Crianças
() Não gosta
() Outras. Quais:
28. Em sua opinião, participar da Associação Aroeira contribui para a autonomia das mulheres?
29. Em sua opinião, houve alteração nas relações no interior das famílias que participam?
30. Antes de participar da Associação, quantas horas eram dedicadas ao trabalho doméstico? E depois da associação?

31. Você recebe ajuda para realizar as atividades domésticas? Ou a responsabilidade é toda sua?
32. O que faz no tempo livre?
33. Quais melhorias você identifica após a participação nas atividades desenvolvidas pela associação?
() Renda () Moradia () Lazer () Escolaridade () Outras
34. Em sua opinião, as mulheres da comunidade estão mais fortalecidas?
35. Há iniciativas de apoio à organização produtiva das mulheres da Associação Aroeira na região? Apoio político ou de empresas?
() Sim () Não () Não sabe dizer
Quais:
36. Como ocorre a comercialização dos produtos da Associação Aroeira?
37. Você prefere vender pela associação ou a atravessadores? Por quê?
38. Após a inserção na associação, houve ampliação na renda, no consumo familiar?
39. Qual a sua fonte de renda?
() Associação Aroeira () Funcionário público () Aposentadoria
() Bolsa família () Benefício do Governo () Pensão
() Agricultura
40. Em média quanto é sua renda mensal? Qual é a sua principal fonte renda?
() 0-500 () 500-1000 () 1000-1500 () 1500-2000 () 2000-3000
41. Está satisfeita com o que ganha?
42. Quem possui a maior renda na casa? A mulher ou o marido?
43. Como se sente após ganhar seu dinheiro advindo do trabalho na Associação Aroeira?
44. Existe algum impedimento por parte de algum familiar que te impeça ou dificulte o trabalho na Associação ou em algum outro lugar?

45. Como você se sente após começar a trabalhar na Associação Aroeira?
46. Você contribui para previdência social ou faz parte do sindicato dos trabalhadores?
47. A associação conta com alguma(s) política(s) pública(s) direcionada(s) para as associadas?
48. A associação conta com alguma política pública que possibilita o apoio efetivo de recursos financeiros direcionados para o desenvolvimento das atividades na associação?
49. O acesso a programas assistenciais do Governo fortalece a Associação Aroeira? Quais benefícios?
50. Em sua opinião, a associação enfrenta dificuldades para acessar políticas públicas? Se sim, quais são essas dificuldades?
- () Não há dificuldades
- () Falta de informação de como proceder ou onde ir
- () Não possuir todos os documentos para o acesso
- () Dificuldade de transporte e locomoção para ir ao local de atendimento
- () Falta de quem apoie na elaboração de projeto
- () A burocracia para o acesso
- () Outras. Quais:
51. Quais as políticas públicas que a senhora gostaria que a associação possibilitasse o acesso?
52. Em sua opinião, qual o maior entrave que a Associação enfrenta para se desenvolver?
53. Me fale sobre o município. Quais as dificuldades de viver em Piaçabuçu - Al?
54. O que a prefeitura, o governo estadual e federal poderiam fazer para melhorar a qualidade de vida das mulheres da associação aroeira?

APÊNDICE B - Questionário 2: Direção da Associação Aroeira

IDENTIFICAÇÃO (ENTREVISTADA)

1. Nome:
2. Idade:
3. Cargo/função:
4. Endereço (área rural/urbana):
5. Estado civil:
6. Filhos:
7. Etnia:
8. Naturalidade:

01. Qual o público que participa da Associação Aroeira? Quantas são?

- | | |
|--|------------------------------------|
| 1() Agricultora familiar | 2() Assentada da reforma agrária |
| 3() Pescadora artesanal | 4() Quilombola |
| 5() Ribeirinha | 6() Indígena |
| 7() Extrativista | 8() Trabalhadora rural |
| 9() Liderança de movimento sindical ou social | 10() Não respondeu/não sabe dizer |

02. Quantos membros associados compõe a Associação Aroeira entre homens e mulheres?
 N° Homens_____ N° Mulheres_____ Total=_____

03. Quais tipos de assistência/ações foram oferecidas às mulheres no período da execução do projeto Aroeira?

04. Qual a importância do trabalho da associação para as mulheres associadas e para o meio ambiente?

05. Quais tipos de políticas são necessárias para melhorar a qualidade de vida das pessoas participantes da associação?

06. Que tipo de atividades as pessoas associadas desenvolvem?

07. Como a associação se sustenta?

08. As pessoas que fazem a gestão são escolhidas de que modo, por quanto tempo?

09. Como é a experiência de participar da gestão, quanto tempo consome, que tipo de atividades exige, como concilia com outras tarefas de produzir e cuidar da própria família?

10. O que aprendeu nesse processo de participar da gestão da associação?
11. Que tipo de mudanças ocorreu na associação com o fim do projeto, como passaram a se viabilizar?
12. Como a pandemia impactou o trabalho e a vida das pessoas associadas?
13. Quais são os projetos atuais da gestão para a associação?

APÊNDICE C - Questionário 3: Gestor Público

Município (da entrevista):

Local (da entrevista):

Data da entrevista:

Identificação

Nome:

Sexo:

Idade:

Instituição:

Cargo/função:

Quanto tempo está no cargo?

1. Existe no município ou na secretaria de agricultura uma equipe que pensa as políticas públicas para mulheres rurais? Se sim, quem compõe a equipe e como atua?

2. Em quais instâncias são apresentadas, discutidas e reafirmadas ou contestadas às ações para mulheres rurais da região?

- () Presidência () Ministérios () Câmara de Vereadores
 () Secretarias () Coordenadorias () Equipes locais
 () Outros. Quais?

3. Com que público a sua instituição trabalha?

- () Agricultora familiar () Assentada da reforma agrária
 () Pescadora artesanal () Quilombola
 () Ribeirinha () Indígena
 () Extrativista () Trabalhadora rural
 () Outros. Quais:

4. Quais dificuldades enfrentadas na execução de políticas públicas para as mulheres rurais? Justifique.

- () Pessoal - falta uma equipe mais ampliada
- () Recursos - Não existem um recurso, só se for na secretaria de assistência social.
- () Infraestrutura – a gente não tem um local pra debater sobre as políticas
- () Político – a gente não tem políticas destinada as mulheres.
- () Outras. Quais?

5. Existe algum programa de organização produtiva para as mulheres rurais? Se sim, quais os princípios e objetivos desse programa?

6. Como as mulheres rurais da região são contempladas nos programas e projetos executados mais recentes? Existe algum critério de avaliação?

7. Dentre os programas desenvolvidos pela instituição qual o número do montante de recurso destinado a programas para mulheres rurais? Valor em reais:

8. Qual o total de projetos aprovados e o número de beneficiárias?

9. O município ou a instituição incentivam a organização produtiva de grupos de mulheres rurais?

10. O município ou a instituição promove ações de formação política e gestão econômica para as mulheres rurais? Quais?

11. A instituição desenvolve ações de formação e capacitação de beneficiamento da produção e agregação de valor (produção de doces, compotas...) para mulheres rurais?

12. Existe por parte do município ou da instituição ações de apoio à comercialização e geração de renda de produtos advindos da agricultura familiar? Quais?

13. Há iniciativas de apoio à organização produtiva, comercialização e geração de renda das mulheres rurais que fazem parte da Associação Aroeira?

14. Existe alguma parceria da instituição com a Associação Aroeira? Se não, justifique?

15. Que tipo de assistência/ação são oferecidas a Associação Aroeira? Ou a outra instituição, grupo?